



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO
MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO**

SUELY RODRIGUES ALVES

NOSSO CANTO É AQUI!
Quilombolas de Santa Maria do Traquateua
frente a interesses do poder privado em Jambuaçu/Pará

Belém
2014

SUELY RODRIGUES ALVES

NOSSO CANTO É AQUI!

Quilombolas de Santa Maria do Trauateua
frente a interesses do poder privado em Jambuaçu/Pará

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Planejamento do
Desenvolvimento/PLADES, do Núcleo de Altos
Estudos Amazônicos, Universidade Federal do
Pará.

Orientadora: Profa. Dra. Edna Maria Ramos de
Castro.

Belém
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Alves, Suely Rodrigues

Nosso canto é aqui!: Quilombolas de Santa Maria do Trauateua frente a interesses do poder privado em Jambuaçu/Pará/ Suely Rodrigues Alves; Orientadora, Edna Maria Ramos de Castro.– 2014.

164 f.: il.; 30 cm
Inclui bibliografias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2014.

1. Quilombolas - Moju (PA). 2. Dendê - Cultivo - Moju (PA). 3. Minérios - Moju (PA).
4. Questão agrária. 4. Castro, Edna Maria Ramos de, orientadora. II. Título.

CDD 22. ed.305.869008115

SUELY RODRIGUES ALVES

NOSSO CANTO É AQUI!
Quilombolas de Santa Maria do Traquateua
frente a interesses do poder privado em Jambuaçu/Pará

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento/PLADES, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Profa. Dra. Edna Maria Ramos de Castro.

Aprovada em : ____/____/____

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a. Edna Maria Ramos de Castro.

Orientadora NAEA – UFPA

Prof.^a Dr.^a. Nirvia Ravena

Examinadora Interna NAEA – UFPA

Prof. Dr. William Santos de Assis

Examinador Externo- NCADR/UFPA

Prof. Dr. Heribert Schmitz

Examinador Externo – IFCH – UFPA

*Gente simples, fazendo coisas
pequenas, em lugares pouco
importantes, conseguem mudanças
extraordinárias!*

Provérbio Africano

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, em primeiro lugar.

À professora Edna Castro, pela orientação e confiança em mim depositada. Sou honrada por tê-la como orientadora.

Ao professor Heribert Schmitz e à professora Nírvia Ravena, pelas valiosas contribuições tanto na qualificação quanto na versão final deste trabalho. Agradeço também ao professor William Santos, que mesmo chegando na reta final, permitiu-me contar com as suas contribuições.

Ao Professor João Santos Nahum, pelas reflexões críticas ao tema central deste trabalho.

Aos técnicos e professores do NAEA, em especial às bibliotecárias Rosângela e Ruth pelo serviço técnico, mas também pela amizade.

Aqui segue um agradecimento especial ao professor Sílvio Figueiredo, por mostrar que é possível leveza no modo de pensar e ser neste mundo acadêmico.

Finalmente, agradeço à minha família, às minhas mães Antônia (*in memoriam*) e Maria, ao pai Pedro (*in memoriam*) – povo de luta. Agradeço aos meus irmãos Samuel, André e Daniel; às minhas irmãs Silvanir e Danielly. À Bia, Marcos e Mateus. À Cora, Kako e Ava, filhos amados.

À Arleth, pela paciência, carinho e companheirismo – “o seu olhar melhora, melhora o meu”.

À Joelle, Eldenilson, Elane, Sabrina, Simy, Marcel, Jondson, Irá, Ely, Shaji, Karla, Wal, Leila, e Pe Paulinho.

Aos parceiros e amigos da turma de mestrado, aqueles que, como eu, sentiram as dores e as delícias desta caminhada.

Por fim, e com toda a importância merecida, agradeço aos moradores das comunidades de São Manoel, Jacundaí, Santa Luzia e, especialmente, de Santa Maria do Traquateua. Obrigada pela confiança em partilhar suas vidas. Obrigada pelo exemplo de luta e resistência.

Enfim, obrigada a todos!

O homem coletivo sente a necessidade de lutar

Chico Science & Nação Zumbi
Monólogo ao Pé do Ouvido Lyrics

RESUMO

Neste estudo abordamos parte da história de uma comunidade negra rural chamada Santa Maria do Traquateua, no município do Moju, Estado do Pará, que ao incorporar fatores étnicos à luta pela terra, autodefine-se enquanto remanescente de quilombo. Tendo a terra como uma categoria nucleante, na qual praticam o uso comum dos recursos naturais, investigamos o processo de resistência dessa comunidade frente aos conflitos com o poder privado, notadamente empresas monocultoras de dendê e as de mineração, sobre seu território (que se dão desde fins da década de 70). Este trabalho foi desenvolvido segundo o pensamento crítico, partindo da teoria de campo de Pierre Bourdieu e dialogando com os conceitos de populações tradicionais, campesinato e desenvolvimento. A metodologia comportou revisão de literatura, consulta documental e pesquisa de campo onde foram procedidas entrevistas. A análise nos encaminhou a concluir que, mesmo diante do processo de expropriação de suas condições de reprodução social (seja territorial, sócio-econômica ou cultural), a comunidade recria estratégias para assegurar sua permanência no seu lugar de ocupação ancestral, frente às mudanças e à intervenção de agentes econômicos sobre esse território, significando, assim, a resistência de um modo de vida que é camponês e quilombola.

Palavras-Chave: Comunidades Quilombolas. Grandes Empreendimentos Privados. Monocultivo do dendê. Mineração. Luta pela terra.

ABSTRACT

We approach, in this study, part of the history of a rural black community called Santa Maria of Traquateua, in the municipality of Moju, State of Pará, that by incorporating ethnic factors in the struggle for land, define themselves as remaining of quilombo. Having the Earth as a nucleating category, in which they practice the common use of the natural resources, we investigate the process of this community resistance against the conflicts with private power companies, especially monoculture form of palm oil and mining companies on its territory (which started since late of 70s). This study was developed, following the critical thinking, starting from the field theory of Pierre Bourdieu and dialoguing with the concepts of traditional peoples, peasants and development. The methodology included a literature review, documentary consultation and field study followed by interviews. The analysis led us to conclude that, in spite of facing the changes and intervention of economic agents on their territory and even in front of expropriation process of their social reproduction conditions (whether territorial, socio-economical or cultural), the community rebuilds strategies to ensure their permanence in the place of ancestral occupation. Thus, in this sense, the resistance as a way of life is peasant and quilombola.

Keywords: Quilombolas Communities. Large Private Enterprises. Oil palm monoculture. Mining. Struggle for land.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1 -	Caminho que dá acesso ao núcleo principal da Comunidade de Santa Maria.....	45
Foto 2 -	Placa no detalhe.....	45
Foto 3 -	Igreja e Centro Comunitário.....	46
Foto 4 -	Escola da Ensino Fundamental de Santa Maria.....	46
Foto 5 -	Igreja de Santa Maria.....	46
Foto 6 -	Imagem de Santa Maria, padroeira da comunidade.....	47
Foto 7 -	Seu Tomaz Feliciano da Silva, 69 anos.....	48
Foto 8 -	Interior da Igreja de Santa Maria, no primeiro plano um atabaque e o ambão.....	49
Foto 9 -	No detalhe, os dizeres de uma das bandeiras postas no altar: “Somos Quilombolas: acreditamos na força da comunidade” ..	49
Foto 10 -	No detalhe, os dizeres de uma das bandeiras postas no altar: “A Lavoura é nosso ofício”.....	50
Foto 11 -	No detalhe, os dizeres de uma das bandeiras postas no altar: “O negro é gente como outro, quer ter carinho e ter amor”	50
Foto 12 -	Sacos com farinha para venda.....	50
Foto 13 -	Forno de farinha feito de cobre.....	52
Foto 14 -	Arroz colhido da roça de Dona Sabá.....	52
Foto 15 -	Milho colhido da roça de Dona Sabá.....	52
Foto 16 -	Cacho de banana colhido do quintal de Dona Nazaré.....	52
Foto 17 -	Dona Maria de Jesus Malcher, 56 anos.....	53
Foto 18 -	Dona Sabá, 64 anos.....	55
Foto 19 -	Dona Fuluca, 76 anos.....	55
Foto 20 -	Área de plantio de palma da empresa Marborges, em Moju, PA	118
Foto 21 -	Área de reflorestamento da empresa Marborges.....	118
Foto 22 -	Vista de uma das vias cercadas por dendê.....	123
Foto 23 -	Fruto colhido.....	123

Foto 24 -	Bicicleta utilizada para percorrer as extensas áreas dentro e fora da empresa.....	123
Foto 25 -	Concentração dos trabalhadores antes de seguirem às áreas de colheita.....	123
Foto 26-	Fruto aguardando para ser carregado por maquinário até a área de beneficiamento.....	124
Foto 27 -	Animal utilizado para transporte do fruto das áreas não acessíveis ao maquinário.....	124
Foto 28 -	Passagem abertura na cerca que separa a Comunidade de Santa Maria do Traquateua das terras sob domínio da Empresa Marborges.....	131
Foto 29 -	Dona Fuluca, 76 anos.....	133
Figura 1 -	Disposição dos principais núcleos familiares presentes no território de Santa Maria.....	45

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Linhas de financiamento para projetos de dendê nesta primeira fase.....	83
Quadro 2 -	Comunidades que compõem o Território Quilombola de Jambuaçu/Moju.....	103
:		

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Dendê - principal fonte de renda dos trabalhadores da Marborges.....	124
Gráfico 2 -	Atividades econômicas realizadas pelas comunidades quilombolas de Moju – PA.....	127
Gráfico 3 -	Violência do Poder Privado e Público e Categorias Sociais envolvidas em Conflitos.....	138
Gráfico 4 -	Distribuição de atividades das famílias na relação entre o trabalho na roça e na empresa Marborges.....	140

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-	Principais agroindústrias com óleo de palma no Estado do Pará.....	121
Tabela 2 -	Planejamento para aplicação do Pronaf-Eco/Dendê na safra 2012/2013.....	126

LISTA DE ABREVIATURAS

ADCT	Atos das Disposições Constitucionais Transitórias
ADIN	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ARQMO	Associação dos Remanescentes Quilombolas do Município de Oriximiná
BASA	Banco da Amazônia
BCA	Banco de Créditos da Amazônia
CAMTA	Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEDENPA	Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará
CFR	Casa Familiar Rural
COEMA	Conselho Estadual de Meio Ambiente
COHRE	Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos
CPT	Comissão Pastoral da terra
CSPO	Cadeia Produtiva da Palma de Óleo
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DENPASA	Dendê do Pará S.A.
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
EIA	Estudo de Impactos Ambientais
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias
EPIs	Equipamentos de Proteção Individual
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores da Agricultura
FISSET	Fundo de Investimentos Setoriais
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IRHO	l'institut de Recherches pour les Huiles et Oléagineux
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPE	Ministério Público Estadual
MPF	Ministério Público Federal
MRN	Mineração Rio do Norte
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
OIT	Organização Internacional do Trabalho

ONG	Organização Não Governamental
PAS	Plano Amazônia Sustentável
PDA	Plano de Desenvolvimento da Amazônia
PDRS	Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PIB	Produto Interno Bruto
PLS	Projeto de Lei do Senado
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNPB	Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento e Agricultura Familiar
PSOP	Programa Nacional de Produção Sustentável de Óleo de Palma
RADAM	Radar na Amazônia
SAGRI	Secretaria de Agricultura
SECTAM	Secretaria de Ciência e Tecnologia
SECULT	Secretaria de Cultura
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDAM	Superintendência da Amazônia
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRA	Federal Rural da Amazônia
UNB	Universidade de Brasília
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	“LÁ NOS QUILOMBOLAS” - A IGUALDADE CONSTRUÍDA PELA DIFERENCIAÇÃO	25
2.1	A presença de populações negras rurais no Baixo Tocantins.....	25
2.2	Identidade camponesa e quilombola.....	33
2.2.1	Por que camponesas? Breve apontamento sobre o campesinato no Brasil.....	34
2.2.2	Por que Quilombolas? A comunidade de Santa Maria do Traquateua.....	41
3	CAMPO DO DESENVOLVIMENTO E AGENTES ECONÔMICOS E SOCIAIS	58
3.1	A Contribuição dos conceitos de campo e <i>habitus</i>	58
3.2	O desenvolvimento enquanto campo de poder.....	62
3.3	Os agentes no campo do desenvolvimento.....	65
3.3.1	As empresas.....	67
3.3.2	Qual Estado nos interessa?.....	70
4	AVANÇO DA ECONOMIA DO DENDÊ NO VALE DO TOCANTINS	73
4.1	Da intervenção para o desenvolvimento.....	73
4.1.1	Políticas econômicas oficiais e implicações para o atual contexto amazônico.....	76
4.2	A economia do dendê.....	80
4.2.1	O dendê no Pará.....	81
4.3	A Marborges na rede de relações de produção do dendê.....	90
5	GÊNESE DO CONFLITO E PROCESSO DE ETNOGÊNESE DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS	93
5.1	A gênese dos conflitos na localidade.....	93
5.2	Os conflitos recentes no Território Quilombola de Jambuaçu.....	102
5.2.1	O Território Quilombola de Jambuaçu.....	102
5.2.2	O ressurgimento dos conflitos – a presença da empresa Vale na localidade.....	105
5.3	Os velhos/novos conflitos e a imposição da lógica capitalista: a empresa Marborges e a comunidade Santa Maria do Traquateua.....	115
5.3.1	Lógica do discurso e ação da Empresa	117
5.3.2	A empresa e a comunidade Santa Maria do Traquateua.....	128
5.4	Permanência e resistências em um campo de mudanças.....	137
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
	REFERÊNCIAS	154

1 INTRODUÇÃO

A mesorregião do nordeste paraense é hoje resultante de uma complexa história de formação iniciada ainda no século XVIII, quando “recebeu os núcleos de colonização nos quais espanhóis e franceses foram instalados para se dedicarem à agricultura comercial” (MARIN; CASTRO, 2005, s.p.) e “o crescimento de sua população resultou da migração provocada pela construção da Estrada de Ferro de Bragança (1883-1908)” e valorização da economia da borracha (1879-1912) (REBELO et al., 2011, p. 213). Desse processo decorreu a formação de cidades, abertura de rodovias, surgindo “diversos tipos de produção agrícola que levaram à sua intensa antropização”, fazendo-a importante “dentro do contexto econômico e histórico da dinâmica produtiva da Amazônia” (REBELO et al., 2011, p. 213).

Dentre os municípios de antiga ocupação que compõem o nordeste paraense encontra-se a cidade de Moju, cujos fundamentos históricos datam do ano de 1754 (IBGE, 2014). O dinamismo da ocupação territorial da região possibilitou a formação de distintos ajuntamentos humanos, como o que hoje compõe o Território Quilombola de Jambuaçu¹, formado por quinze comunidades negras rurais, das quais quatorze já estão tituladas enquanto Comunidades Remanescentes de Quilombos².

No ano de 2006, notícias sobre estas comunidades ganharam repercussão nacional e internacional, quando na Comunidade Quilombola de Santa Maria do Traquateua, uma torre de energia foi derrubada por um grupo que reunia pessoas de todas as demais comunidades localizadas naquele território. A ação foi um ato de protesto das comunidades frente à Companhia Vale do Rio Doce (atual Vale), que naquele momento intrusava suas terras com a implantação de um dos trechos do Projeto Bauxita Paragominas.

O caminho ao tema tratado neste trabalho nasceu ainda no ano de 2004, quando cursava o quarto semestre do curso de graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (UFPA), atuei como bolsista de Iniciação Científica no *Projeto Mapeamento de Comunidades Negras Rurais no Estado do Pará*, coordenado

¹ O Território Quilombola de Jambuaçu está localizado na mesorregião do nordeste do estado do Pará e na microrregião de Tomé Açu, situada a 15 km da sede do município do Moju (01°53'10"S e 48°46'00"W).

² Povoados rurais com fortes vínculos internos de parentesco e laços de solidariedade, com uma história que alicerça a ancianidade na ocupação das terras (CASTRO, 2005a, s/p).

pela Profa. Dra. Edna Castro (NAEA/UFPa). Durante este projeto, pude me aproximar da literatura sobre as discussões em torno do que chamam “Questão Quilombola”, assim como da realidade vivida por algumas comunidades negras rurais, que naquela época já se autodefiniam enquanto remanescentes de quilombos (algumas já tituladas e outras em processo de titulação), a exemplo das comunidades do Cravo, no município de Bujaru, e Umarizal, no município de Baião (onde pude desenvolver atividades de pesquisa) para o projeto do qual fazia parte.

O interesse particular no território quilombola de Jambuaçu surge com o acesso a notícias sobre os conflitos entre as comunidades de Jambuaçu e a Companhia Vale. No ano de 2007, tive a oportunidade de presenciar uma reunião de negociação entre as Comunidades Quilombolas de Jambuaçu e a Companhia Vale e, naquele momento, a vontade e a necessidade de compreender um pouco mais esta relação de conflito resultou no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da graduação em Ciências Sociais, intitulado *“A Companhia Vale do Rio Doce x Quilombolas no Rio das Cobras: a reconstrução de conflitos”* (2008), quando foram iniciados os primeiros passos da investigação sobre a realidade naquele território quilombola.

No ano de 2011, finalmente, as condições para aprofundar o estudo sobre o Território Quilombola de Jambuaçu foram possibilitadas pela aprovação da proposta de pesquisa apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento do Desenvolvimento (PDTU/NAEA), sendo desenvolvida durante o curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES). A necessidade de continuar este estudo foi sentida ainda durante a realização do TCC, quando percebemos que os casos de conflitos na localidade não tinham sido iniciados pela Companhia Vale, tratando-se, antes, de um histórico de conflitos que teve suas origens em fins da década de 1970, quando enfrentaram, na defesa de seus territórios, as incursões de uma empresa dendeicultora chamada Reflorestadora S/A da Amazônia (REASA), responsável por sérios conflitos, inclusive com mortes.

No entanto, a intenção inicial era investigar as mudanças ocorridas no território quilombola depois de oito anos de intervenção do Projeto Bauxita Paragominas. Assim, com o avanço dos estudos percebemos a presença de mais um expressivo agente privado no território quilombola, representando pela Empresa dendeicultora Marborges Agroindústria S.A.. Esta empresa herdou (através de

transação financeira realizada no fim da década de 1980) o projeto então desenvolvido pela Empresa REASA, dando continuidade aos conflitos com algumas comunidades do território, referentes à apropriação de terras reivindicadas por essas comunidades. Hoje, as relações de trabalho estabelecidas entre esta empresa e moradores das comunidades reconfiguram as relações entre esses dois agentes, enfatizando o elemento de resistência do modo tradicional dada por um *habitus* camponês.

Entre os meses de janeiro e fevereiro de 2013 foi feito o primeiro trabalho de campo no Território Quilombola de Jambuaçu. A chegada ao município de Moju foi permeada por incertezas, diante do desconhecimento da realidade que me aguardava. Essa insegurança começou a ser dirimida nas primeiras horas de permanência em terras mojuenses, graças à recepção de Dona Maria e Seu Benedito, representantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no município de Moju.

A chegada à casa deles se deu na hora da sesta e, depois de nos receber³, Dona Maria, deitada em sua rede, gentilmente narrou as histórias de conflitos que tem acompanhado neste município, especialmente os mais recentes, com o avanço da monocultura do dendê. No ano de 2010, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante a visita ao município de Tomé-açu (nordeste paraense), lançou o Programa Nacional de Produção Sustentável de Óleo de Palma (PSOP) que, juntamente com outras ações, vem atraindo grandes empresas monocultoras para a região. Segundo Dona Maria, o avanço desta *commodity* está incidindo sobre as terras dos pequenos agricultores, muitos dos quais estão desprotegidos devido à ausência de documentos que comprovem o direito deles sobre as terras que ocupam.

Com referência ao território quilombola de Jambuaçu, Dona Maria sabiamente defende que para se entender os problemas referentes ao lugar, era necessário observar mais do que somente as comunidades “diretamente atingidas” pelo empreendimento minerário da Vale (um total de cinco comunidades) – interesse principal naquele momento. Diante da empiria de quem já acompanhou de perto os conflitos que se deram neste território, afirmava que a melhor forma de apreender a realidade daquele local, seria observando também as comunidades não atingidas (diretamente) pelo projeto. E assim foi feito.

³Este trabalho de campo foi feito em parceria com uma bolsista de Iniciação Científica da USP que desenvolvia trabalho de pesquisa na mesma localidade.

Com a ajuda de seu Benedito, o contato com o território iniciou a partir de uma das comunidades mais distantes da cidade de Moju, chamada São Manoel, onde passamos dois dias. Diante da recepção e disponibilidade da anfitriã, Dona Helena, conhecemos um pouco da comunidade através de pessoas, caminhos e da memória.

Por indicações feitas em São Manoel, seguimos então para a comunidade de Jacundaí (fazendo o caminho de volta), onde a mesma receptividade foi dispensada por Seu Branco (ex-presidente da Associação Quilombola desta comunidade) e demais moradores. Estas duas vilas ficam distantes do que a legislação chama de Área de Influência Direta (AID)⁴ de um dado projeto, norma pela qual se assentam os argumentos da Companhia Vale quanto ao número de comunidades “atingidas diretamente” pelo seu empreendimento. Essas classificações são duramente questionadas por lideranças das comunidades, que entendem que antes de ter prejudicado cinco comunidades, a Companhia Vale atingiu o território em sua totalidade, e então deveria ser responsabilizada por reparar, através das condicionantes, todas as quinze comunidades.

A próxima comunidade visitada foi Santa Maria do Traquateua, esta sim, “atingida diretamente” tanto pelo empreendimento da Vale quanto pelo ocorrido entre as décadas de 1970 e 1980, quando enfrentou conflitos fundiários com a Empresa REASA. Graças à hospitalidade de Dona Nazaré, presidente da Associação Quilombola da Comunidade, mais três dias foram passados no Território Quilombola de Jambuaçu. A intenção era seguir até outra comunidade “diretamente atingida”, São Bernardino, cujos relatos colhidos até então contavam da frente de resistência formada nesta comunidade contra as intervenções em seu território, mas, por motivos de organização interna no próprio território, a ida a São Bernardino foi inviabilizada. A proximidade de outra comunidade, Santa Luzia do Traquateua, também atingida por esses dois conflitos (com a Vale e com a REASA), fez com que ela entrasse na agenda de trabalho ainda durante a permanência em Santa Maria do Traquateua.

⁴ “Usualmente, e tal como prevê a legislação, a área de influência é delimitada em três âmbitos: Área de Influência Indireta (AII), Área de Influência Direta (AID) e Área Diretamente Afetada (ADA). Cada um desses subespaços recebe impactos nas fases de construção e operação do empreendimento, ora com relações causais diretas, ora indiretas, e daí a denominação, além da ADA, onde se localiza o empreendimento propriamente dito, muitas vezes chamada de área de intervenção” (REPORTER BRASIL, 2010, p. 1).

Nesta viagem de trabalho, tanto na chegada ao Território quanto na saída, estivemos na Casa Familiar Rural que, assim como o Posto de Saúde, foram construídos por força das condicionantes erigidas no âmbito dos conflitos com a Companhia Vale. Lá pudemos conversar com pessoas que trabalham nestes dois espaços.

Em alguma medida, a nosso ver, essas quatro comunidades visitadas são representativas das demais, no que tange: ao processo de organização interna e territorialização; aos conflitos constantes devido à pressão do poder privado sobre seus territórios; às dificuldades de acesso à saúde, educação e outras políticas públicas específicas; às dificuldades de reprodução da vida do homem/mulher do campo; ao processo de organização política e etnogênese da identidade quilombola. Esse período de vivência nas comunidades foi fundamental para a delimitação da área de estudo, definida posteriormente.

Na medida em que a história do território foi sendo desvelada, os recursos metodológicos foram também se definindo. Foi reunido um número expressivo de informações secundárias acessadas em documentos oficiais dos órgãos públicos do Estado, como o Instituto de Terras do Pará (ITERPA), informações oficiais disponibilizados nas páginas eletrônicas do Ministério Público Federal (MPF), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), entre outros. Foram acessados relatórios técnicos, legislações, livros, cartilhas e documentos diversos que expressam o pensamento do Estado sobre questões pertinentes ao trabalho aqui desenvolvido. Buscou-se informações produzidas e organizadas por movimentos sociais, disponibilizadas na forma impressa (em arquivos da Comissão Pastoral da Terra/CPT, da Sociedade Paraense de Direitos Humanos/SDDH) ou em mídia eletrônica. Procedeu-se a levantamento de referências nacionais sobre o estudo de comunidades quilombolas (a exemplo de ACEVEDO e CASTRO, 1998; BANDEIRA, 1990; O'DWYER, 2002; ALMEIDA, 2002; ARRUTI, 2004; CASTRO, 2005; LEITE, 2008 entre outros autores), inclusive aquelas pesquisas específicas sobre o território Quilombola de Jambuaçu, a exemplo dos trabalhos de Pereira (2008) e Fonseca (2011). Estas informações secundárias foram essenciais para o bom proveito dos momentos que se seguiram, dedicados ao trabalho de campo, realizados entre os meses de janeiro e fevereiro

de 2013 e início de 2014, nas comunidades, para, em julho de 2013, realizar trabalho de campo na Empresa Marborges.

Durante as viagens para trabalho de campo foram realizadas entrevistas com moradores das comunidades do território, sobretudo na comunidade de Santa Maria do Traquateua. Nesta pesquisa, a oralidade é o recurso de maior valor metodológico para acessar informações primárias, visto que as narrativas nos aproximam das experiências possibilitadas pela história oral, compreendendo que a “experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber uma modulação particular da história global” (REVEL, 1998, p. 28). A importância da história oral, traduzida por palavras, marca uma das mais significativas formas de reprodução da existência e resistência desses ajuntamentos humanos. Uma das falas mais contundentes sobre o existir e resistir neste território, está no que disse uma das moradoras da Comunidade de Santa Maria, ao lembrar a fala de seu avô, repete: – “Nosso canto é aqui!” (expressão que nomeia este trabalho). Mais do que memória, esta fala marca o território, o vínculo com a terra e com a rede de relações tecidas naquele lugar.

Diante da exigência do método científico, delimitamos como *lócus* principal da pesquisa a Comunidade Quilombola de Santa Maria do Traquateua, como espaço privilegiado na busca de compreender os reflexos dos processos incidentes sobre o Território de Jambuaçu, no que se refere à aproximação dos interesses do poder privado sobre o lugar. Mesmo que haja essa delimitação para fins de método, a dinâmica da história não deixa separar o que os próprios moradores querem unir, pois se trata de um território social e étnico (mesmo “dividido em comunidades”), e este é atravessado pela mesma lógica comum, mesmo que esta lógica seja percebida com variações entre os próprios moradores locais.

Diante das dificuldades em entender a ação, relações e estratégias dos agentes no âmbito dos processos de conflitos/resistências desenrolados neste território, o exercício sociológico exigiu a busca de uma matriz de análise, cuja contribuição foi identificada na teoria de *campo*, de Pierre Bourdieu (1983), definido enquanto *lócus* onde se reproduz uma luta concorrencial entre os agentes na defesa de interesses que caracterizam o campo em questão. Neste esquema interpretativo procuramos entender a lógica desenvolvimentista como parte desse *lócus* de disputas, como um campo específico de relações, sobre as quais Gustavo Lins

Ribeiro (2008) contribui para a compreensão, observando a construção da ideologia do desenvolvimento como um campo de disputas.

Diante da composição do cenário de concorrência e valorização do ideal desenvolvimentista, dois processos explicitam esta realidade: a) a potencialização da *commodity* da palma de dendê (através de políticas de Estado), que irá influenciar diretamente no fortalecimento do poder privado presente na região de estudo, representado aqui pela Empresa Marborges; b) o processo de etnogênese quilombola, que contribui tanto para o fortalecimento de identidades políticas e surgimento de novos sujeitos sociais, quanto para a resistência do projeto camponês e quilombola ocorrente no Território de Jambuaçu, mas recortado pelo estudo da comunidade de Santa Maria do Traquateua.

Esses caminhos são necessários para alcançar o objetivo principal deste trabalho: investigar o processo de resistência do modo de vida de uma comunidade negra rural, diante da renovada pressão do Poder Privado sobre o seu território. Para tanto, alguns objetivos específicos foram traçados: a) Mapear práticas e estratégias empresariais referentes ao uso da terra e ao uso intensivo dos recursos naturais voltados à produção de *commodities*; b) Analisar o papel das políticas públicas e sua relação com o modelo capitalista de privatização das terras e da sua liberação ao mercado; c) Entender e caracterizar a relação estabelecida entre os moradores das comunidades visitadas e outros agentes que hoje exercem pressão sobre os seus territórios; d) Identificar nas falas dos entrevistados indícios que apontem ou neguem a continuidade de conflitos quanto ao uso da terra na região, mesmo as tituladas, buscando responder ao seguinte questionamento: *se as práticas de uso comum da terra tendem a se afirmar diante de pressões privadas que avançam sobre o Território Quilombola de Jambuaçu.*

O estudo aqui desenvolvido procura ainda localizar a experiência das comunidades negras rurais no interior das discussões sobre campesinato, vistas como seguimento camponês específico e qualificado pela identidade étnica. Este exercício é apresentado no segundo capítulo da dissertação, construído com o suporte de importantes fontes referenciais como Martins (1981), Hébette (2004), Acevedo e Castro (1998) e Carvalho (2005), entre outras. Neste mesmo capítulo, apresentamos a Comunidade de Santa Maria do Traquateua, lócus deste estudo. No terceiro capítulo apresenta-se a contextualização da discussão no âmbito da história

das políticas de desenvolvimento pensadas para a Amazônia, as quais definiram os ambientes social, político e econômico que moldam a realidade da região estudada, em seu nível intermediário (município de Moju) e micro (Comunidade Quilombola de Santa Maria do Traquateua). O quarto capítulo é um complemento do anterior, no qual reconstruímos a história de valorização da *commodity* do dendê, que fez do estado do Pará o maior produtor desta palma no país. No quinto capítulo foi possível, diante da reconstrução histórica contida nos capítulos anteriores, acessar a gênese dos conflitos no município de Moju e entender como a etnogênese das Comunidades do Território Quilombola de Jambuaçu se constitui como elemento inovador na defesa dos direitos dessas comunidades em tempos mais recentes. Para, finalmente, refletir sobre as implicações da relação estabelecida entre o poder privado, representado pela Empresa Marborges, e a Comunidade Negra Rural de Santa Maria do Traquateua, sobre o processo de resistência e persistência do modo de vida tradicional camponês e quilombola.

2 “LÁ NOS QUILOMBOLAS” – A IGUALDADE CONSTRUÍDA PELA DIFERENCIAÇÃO

2.1 A presença de populações negras rurais no Baixo Tocantins

A partir do início do século XVIII, a coroa portuguesa começou a conceder as cartas de datas de sesmarias aos moradores das freguesias de Belém e proximidades – eram documentos de posse de terras (CASTRO, 2003). Este movimento foi crescendo com a vinda de muitas pessoas interessadas no acesso a terras e que, mais tarde, possibilitaram a vinda do negro escravizado para servir de mão de obra à exploração econômica na região.

Trabalho e exploração de recursos é uma equação presente desde a origem colonial na estrutura de posse e propriedade que foi a sesmaria. A sociedade escravocrata teceu uma cultura patrimonial, de dominação, formada desde o início da colonização. As modalidades de posse da terra conformaram a grande propriedade como sistema de poder (CASTRO, 2006, p. 29).

No estado do Pará, a chegada da mão de obra escrava foi intensificada com a crescente atuação da Companhia de Comércio do Grão-Pará, que em 22 anos teria trazido para a região “o montante de 12.587 indivíduos, e posteriormente, vindos de Cachéo e Bisnao, até 1782, mais 7.606 escravos” (REIS, 1993 apud CASTRO, p. 2005a, s/p). Antes dos africanos, chegaram os colonos dos Açores, “em 1750, mil pessoas; em 1752, em um só navio, chegaram 430 casaes e em 1770 eram mais 340” (REIS, 1993 apud CASTRO, p. 2005a, s/p).

Segundo Salles (1988), a integração do negro escravizado teve papel relevante e preponderante na formação da sociedade local, bem como na dinamização econômica, contra-argumentando aqueles que insistiam na afirmação de que os negros eram numericamente inexpressivos. Mesmo em menor número, os europeus que chegaram à região já compuseram uma pequena elite beneficiada pela condição de colonizador (REIS, 1993 apud CASTRO, p. 2005a, s/p).

[O] negro participou ativamente da economia regional, trabalhando nos engenhos de açúcar, nos cacauais, nas fazendas de gado ou outras plantações como tabaco, algodão e arroz, integrando-se inclusive fortemente à economia extrativista da madeira, castanha, pescado, frutas, sementes e demais produtos que levaram essa região às pautas de exportação, como também na economia urbana e nos serviços domésticos. Construíram seu espaço social e reproduziram as bases da sociedade de

hoje e da presença negra fortemente encontrada nos traços e na cultura amazônica (PDRS Tocantins, 2012, p. 27).

O rio Tocantins teve grande importância para a ocupação europeia e inserção da mão de obra escravizada na Amazônia, tanto no período colonial quanto no pós-colonial. Iniciada em fins do século XVII, a partir das águas do estuário, rios, igarapés até chegar em terra firme (PDRS Tocantins, 2012), mas foi intensificada somente no século XIX, com a potencialização da lavoura canavieira, sobretudo nas localidades no entorno do Baixo Tocantins⁵ (GOMES, 2006).

A ocupação do território foi potencializada pela política econômica, a exemplo do fomento agrícola da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que fez grandes planos para a produção na colônia, com a proposta, por exemplo, de dinamizar e fortalecer a agricultura, com base na lógica de *plantation*. Foi o que aconteceu no Vale do Tocantins, entre os séculos XVII e XVIII, quando, primeiramente o cacau, e depois a cana-de-açúcar, propiciaram a formação de fazendas e engenhos, A base da mão de obra era negra, fazendo com que “a presença de grupos remanescentes de africanos atualmente no vale do Tocantins” seja inquestionável. (PDRS Tocantins, 2012, p. 27).

O sistema de *plantation* teve um êxito relativo até “o último quartel do século XVIII”, quando houve “um declínio na concessão de Sesmarias e a capacidade dos senhores em adquirir novos escravos se reduz” (CASTRO, p. 2005a, s/p).

Essa situação de decadência por que passa a Província contribuiu para o crescimento de mobilizações no meio de escravos e os processos de fuga passam a se tornar mais frequentes e generalizados. Neles se incluem índios destribilizados, cafuzos e alguns sitiantes em movimento que levaria, mais tarde, a se fortalecer por meio de revoltas organizadas, constituição de quilombos e levantes em fazendas de senhores (CASTRO, 2005, s/p).

Ao contrário do que defende o mito da igualdade racial, “a relação entre senhores e escravos estava longe de ser amistosa” (CASTRO, 2006, p. 15) e as fugas eram duramente combatidas, como se pode atestar em correspondências encontradas no Arquivo Público do Pará, indicando

[...] os procedimentos adotados pela administração para formação de missões de captura, desde a arregimentação de milícias, reserva de

⁵ A região do Baixo Tocantins é formada por 11 municípios: Mocajuba, Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia, e abrange uma área de 36.024,20 km².

orçamento para despesas e relações com os senhores de escravo que reclamaram ações do governo colonial (CASTRO, 2006, p. 20).

Essa mobilização toda se dava uma vez que

A fuga de escravos representava ameaças à organização da produção, mobilizando medos de perda de braços e de capital. Constituíam um fantasma que rondava as casas dos senhores, e os fazia reconhecer a fragilidade dos mecanismos que dispunham para controle sobre seus escravos (CASTRO, 2006, p. 15).

Nas últimas décadas do século XVIII e início do século XIX se intensificou, junto com o declínio da produção canavieira, movimentos de resistência que se espacializaram por vasto território que ia “do delta do rio Amazonas até o seu curso médio, nos rios Tocantins, Tapajós, e Trombetas” alcançando “a proximidade do sul de Belém nos rios Moju, Acará, Capim e Bujaru” (CASTRO, 2006, p. 148), por parte dos negros escravizados, que se espalhou por várias partes do Pará, se traduzindo na própria dispersão desses agentes na busca por terra e liberdade (CASTRO, 2006).

No Grão-Pará, nas regiões banhadas pelo rio Tocantins e seus afluentes, como Abaeté, Barcarena, Igarapé-Miri, Guamá, Moju, Bujaru, Cameté, Baião, Mocajuba, Oeiras etc., havia desde o século XVIII uma tradição quanto à formação de mocambos, comunidades de fugitivos e desertores e a constituição de um campesinato negro (GOMES, 2006, p. 282).

Essas fugas deram origem a um movimento marcado por três características: 1) Interiorização nos espaços de rios e igarapés menos povoados; 2) Ocupação de novas terras, sucedida pelo desenvolvimento da agricultura (lavouras e roças); e 3) Apossamentos coletivos como estratégia grupal de defesa do território e da reprodução social (CASTRO, 2003, p. 60).

O processo de resistência à violência imposta pelo regime escravagista especializa-se nos séculos XVIII e XIX para um vasto território que se estende do delta do Amazonas até seu curso médio, nos rios Tocantins, Tapajós e Trombetas, e mais à proximidade de sul de Belém, nos rios Moju, Acará, Capim e Bujaru (CASTRO, 2003, p. 61).

Eram africanos de grupos distintos, introduzidos em uma mesma lógica de exploração dada pelas necessidades daqueles que os escravizaram, o que aconteceu até o primeiro quartel do século XIX (GOMES, 2006).

Em termos demográficos – ao longo dos séculos XIX e XX – a população negra sempre foi considerável. Em 1848, a população escrava da região desta vasta área que abrangia as localidades de Barcarena, Mojú, Acará, Guamá, Igarapé-Miri, Abaeté, Cameté, Baião e Oeiras, era de 11.199 escravos, sendo 51% (5.702) de homens. A população cativa infantil já

alcançava 30% do total da população. [...] Às vésperas da Abolição, em 1885 – mesmo com a alforria gradual obtida com o Fundo de Emancipação –, existiam nos municípios de Cametá, Mojú, Mocajuba, Baião e Oeiras cerca de 2.783 escravos. Além disso, havia 1.374 “filhos livres” de cativos contemplados com a Lei do Ventre Livre, que garantiu a emancipação para 1.132 negros nascidos depois de 28/09/1871 (GOMES, 2006, 282).

Segundo Castro (2006), após a abolição o que se deu foi “um processo incompleto de emancipação, postergado sempre para a próxima geração” (CASTRO, 2006, p 32) e continua:

Se houve uma melhoria na condição do negro na sociedade regional, com o tempo, com o transcurso das gerações, não significou, no entanto, que tenha sido o resultado efetivo de um direito. Mas teria, ele e seus descendentes, de lutar para obscurecer o estigma original de escravo ou livre alforriado e garantir as prerrogativas de ser igual aos brancos em direitos (CASTRO, 2006, p 32).

A diversidade do povo negro escravizado foi duramente negada por meio do processo de homogeneização empreendido pelo branco, o que chegou a ser potencializado com a inclusão, ao longo do tempo, de práticas culturais dos negros dentre aquelas da sociedade colonial branca, numa tentativa de amenizar os contrastes (BANDEIRA, 1990), com a pretensão de retirar

[...] dos conteúdos culturais das práticas negras sua virtualidade política, tornando-as inoperantes como marca de distintividade e, portanto, inapropriadas à utilização como mecanismos práticos de inclusão e exclusão, como expressão de limites étnicos e de interesses, como meio de seleção, integração e coesão entre negros em oposição aos brancos. [...] O ordenamento da conduta das partes do todo social não elimina a diferença, passa a referi-la estruturalmente (BANDEIRA, 1990, p. 4).

Bandeira (1990) destaca a estereotipação e a folclorização como mecanismos de estigmatização da identidade do negro. Sobre o primeiro, a estereotipação acabaria sendo utilizada por todos, em uma multiplicidade de situações e espaços, uma violência que se apresenta sutil, eficaz, ora assumindo “feição jocosa, promovendo o relaxamento da tensão que envolve a relação racial, ora feição interativa, ora feição disciplinadora e coercitiva, ora feição mais violenta do racismo”. Por suas várias faces, o estereótipo acaba escondendo a intenção negativa daqueles que recorrem a ele. Quanto à folclorização, esta contribuiria para desqualificar o negro quanto às “práticas religiosas, artísticas e de lazer [...] estimulando a invasão desses espaços pelos brancos, tornando a produzir a negatividade do negro como sujeito étnico de sua própria etnicidade” (BANDEIRA,

1990, p. 8), substituindo, segundo a autora, os sujeitos sociais pela prática em si, transformada em objeto.

Nesse sentido de diferenciação é que pode se identificar os ajuntamentos humanos formados por aqueles que se autointitulam remanescentes de quilombos, como uma estratégia de contraposição à ordem na qual estão inseridos, construindo, a seu modo, interpretações de suas histórias de contato com o branco, sendo a formação de comunidades – convergente de interesses – uma estratégia de retomada da construção, enquanto sujeitos coletivos, e neste contexto:

A etnicidade não marcaria, portanto, o reconhecimento de semelhanças previamente dadas, inscritas naturalmente nos corpos e nos costumes e cuja explicação estaria no passado, mas uma atitude positiva e propositiva, através da qual seriam produzidas demandas e um projeto comum, ou seja, cuja vinculação e razão de ser está no futuro (ARRUTI, 1997, p. 25).

As leis que precederam a Abolição (dada pela Lei Áurea ou Lei Imperial n.º 3.353⁶), a pretexto de controlar a organização do mercado de trabalho e preparar os senhores de escravos e os próprios escravos para as novas relações de trabalho, criaram um vazio jurídico em relação às responsabilidades históricas e sociais de ressarcimento da dívida da sociedade e da nação para com os ex-escravos e sua descendência (BANDEIRA, 1990, p. 10).

Com o fim da escravidão, muitos permaneceram ligados aos seus antigos senhores, outros se apropriaram de terras devolutas, doações etc., onde passam a reproduzir sua existência, trabalho que era conjugado à prestação de serviços em fazendas e sítios próximos “de tarefas, parcerias e empreitas”. Das mais diversas formas de chegar a terra, foram criando mecanismos próprios de integração ao meio local e regional – pelo contato ou pelo isolamento –, formas de integração também intergrupar e intragrupal através de crenças, territorialidades, ancestralidade etc. (BANDEIRA, 1990).

Das poucas leis que ordenaram a distribuição de terras no Brasil há as Sesmarias, adotada no período colonial (início das grandes propriedades) como forma de ordenar o território para mantê-lo. Este foi o início da relação entre Estado e elite no Brasil, no que tange ao beneficiamento desta com terras públicas. Com a Lei de Terras

⁶ Esta lei foi sancionada em 13 de maio de 1888, extinguindo a escravidão no Brasil. Em 1871, já havia sido promulgada a Lei do Ventre Livre (Lei n.º 2.040), que libertava as crianças nascidas de pais escravizados e a Lei Ordinária nº 3.270, de 1885, que regulava a extinção gradual do elemento servil.

de 1850⁷, a compra e venda passou a determinar a posse, o que excluiu, mais uma vez, escravos e homens livres brancos pobres do acesso à terra. O privilégio recaiu sobre aqueles que já possuíam benefícios para acessar esse bem.

Sendo assim, a apropriação da terra por parte daqueles escravizados e seus descendentes ocorreu secularmente, e sua configuração se distancia da esfera do direito privado, sendo este um dos fatores de maior confronto com os praticantes deste Direito Legal.

Levando em consideração a perspectiva da terra como bem coletivo, só recentemente o Estado brasileiro se propôs a discutir alguns aspectos desse direito. Esses avanços se dão, segundo Arruti (1997), não só pelas lutas já existentes, mas pelo surgimento de outros agentes, novas figuras legais, chamados “direitos insurgentes” (SILVA 1994 apud ARRUTI, 1997, p. 7), que “penetram nosso direito positivo através dessas rachaduras hermenêuticas que são os ‘direitos difusos’” (ARRUTI, 1997, p. 7).

Um marco na luta pelo reconhecimento dos direitos de populações negras foi definido a partir do processo de redemocratização do país, quando a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), que embora não tenha legislado sobre o direito quilombola à posse de seus territórios, reservou o artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCTs), para tratar do assunto e, com isto, reconhece a necessidade de legislar de forma especial (por emenda constitucional ou lei específica) sobre tais questões. O Art. 68 define: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (Art. 68/ADCT/CF, 1988).

Depois deste fato, que é sim uma conquista política importante para a construção de uma sociedade brasileira dita reconhecedora de direitos, o que se seguiu frustrou as expectativas daqueles que esperavam uma nova reconfiguração na forma de tratar o negro e o seu processo de territorialização no Brasil.

As discussões em torno da definição de “terras tradicionalmente ocupadas” carregaram durante muito tempo uma ligação forte com o que se entende como “terras imemoriais”, o que provocou a dificuldade em reconhecer aquelas terras sem

⁷ Em 1964, com o governo militar, foi instituído o Estatuto da Terra, que acabou reforçando a composição de latifúndios, quando visava a grande propriedade modernizada como meta. Esse fato explica muito sobre a expulsão de milhares de pessoas do meio rural.

memória de suas origens – pensamento expresso no Art. 231 da Constituição Federal de 1988 (ALMEIDA, 2004). O uso do termo “tradicionalmente ocupadas” fortalece o sentido de tradição.

Recuperando criticamente as legislações agrárias coloniais – que instituíram sesmarias e que depois reestruturaram formalmente o mercado de terras com a Lei de Terras de 1850, criando obstáculos de todas as ordens para que tivessem acesso legal às terras os povos indígenas e os escravos alforriados e para a emergência de um campesinato livre (ALMEIDA, 2005, p. 85).

Esta situação começou a mudar em 2002, quando o Brasil ratificou a Convenção nº 169, de julho de 1989, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o sentido do termo “terras tradicionalmente ocupadas” foi ampliado: “Dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam” (Art. 14 da OIT), podendo “ter o direito de voltar a suas terras tradicionais assim que deixarem de existir as causas que motivaram seu traslado e reassentamento” (Art. 14 da OIT), aproximando-se da concepção dos movimentos sociais, desde 1988 (ALMEIDA, 2005).

Almeida (2005) afirma que até há, por parte tanto da Constituição de 1988 quando da Convenção 169, a tentativa de recolocar o sentido de “terras tradicionalmente ocupadas” para reconhecer outras categorias, mas esbarra em questões operacionais, como a inflexibilidade das classificações de cadastro e censo de terras, amarrada em apenas duas categorias: a) estabelecimento (ou unidade de exploração), adotado pelo censo agropecuário do IBGE; b) imóvel rural (ou unidade de domínio), adotado pelo INCRA para fins tributários. Esses dados só reforçam a necessidade de novas categorias de cadastro, que levem em consideração as particularidades do processo de territorialização dos diferentes grupos.

O Artigo 68 teria sido usado pela primeira vez em 1992, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Ministério Público Federal (MPF), como recurso em uma situação de conflito fundiário que envolveu a comunidade de Rio das Rãs (Bom Jesus da Lapa/BA). No entanto, há outro registro mais antigo, de 1989, um ano após a promulgação da constituição de 1988, informando que naquele momento a comunidade de Boa Vista (umas das 31 comunidades da região de Oriximiná, no Estado do Pará), lançava mão deste mesmo artigo para defesa de seu território frente à atuação da empresa Mineração Rio do Norte (1970) e diante da

implantação, em 1979, da Reserva Biológica do Trombetas. Essa comunidade foi finalmente titulada no ano de 1995 e sua história de existência e de resistência foi contada através de relatórios e trabalhos de campo que resultaram em importante ferramenta técnica e científica para o processo de titulação desta e de outras comunidades naquele território, dando origem, em 1993, ao Livro *Negros do Trombetas*⁸.

Ainda segundo Arruti (1992) o termo “remanescente de quilombo”, nas leituras que se seguiram a estes primeiros momentos, foi deslocado de seu sentido histórico, desenhando-se “uma interpretação do artigo constitucional que, pautada mais na intenção da lei que no seu limitado texto, contemplava não só as comunidades que conseguissem documentar a sua vinculação direta com antigos quilombos”, abrangendo ainda:

[...] aquelas que, sendo compostas por descendentes de escravos, e estando ameaçadas na posse das terras de uso comum centenário, não possuem outro recurso legal para o reconhecimento de suas particularidades e de seu direito, historicamente construído (ARRUTI, 2002, p. 6).

Essa “complexidade de elementos identitários, próprios de autodenominações afirmativas de culturas e símbolos, que fazem da etnia um tipo organizacional” (ALMEIDA, 2004, p. 24), quando foi trazida para o campo das relações políticas provocou uma ruptura profunda com o caráter colonialista homogeneizante, que historicamente fez das diferenças étnicas e diversidade cultural aspectos diluídos “em classificações que enfatizavam a subordinação dos ‘nativos’, ‘selvagens’ e ágrafos ao conhecimento erudito do colonizador” (ALMEIDA, 2004, p. 24).

Mesmo que hoje exista o esforço na ressignificação das denominações, elas esbarram na complexidade da realidade e na pouca flexibilidade da lógica formal que rege as leis e normas. A complexidade de elementos identitários está intimamente relacionada à percepção desses grupos sobre as terras que ocupam, ainda muito questionada quando dos pedidos de titulação de seus domínios.

Quando lidamos com esses grupos e suas percepções, há que se pensar em “processos de territorialização”, para compreender como esses agentes sociais

⁸ De autoria das pesquisadoras Rosa Acevedo e Edna Castro (ambas da Universidade Federal do Pará).

estão invocando a sua “existência coletiva”, e não incorrer mais na velha concepção que separa as noções de terra (recursos naturais) e território (que identifica a identidade coletiva) – a exemplo de como se iniciou a prática corrente (ALMEIDA, 2005).

Bandeira afirma que essa territorialidade não depende de origem patrimonial, efetivando-se sim “pelas comunidades negras enquanto sujeito coletivo configurado como grupo étnico”, enquanto sujeitos sociais, e não a posse puramente como pessoa física. Para Almeida (2004, p. 9), a territorialidade cumpre o quesito de identificação, força e defesa, compondo “laços solidários e de ajuda mútua [...] um conjunto de regras firmadas sobre base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias porventura existentes”.

Orientemo-nos pela compreensão de que a lógica de reprodução da vida de comunidades negras rurais (vinculadas ao conceito de quilombos ou formas correspondentes) não deve se reduzir à busca por “pequenas Áfricas’ que poderia remeter a uma ideia de resistência cuja contrapartida seria a conservação e/ou o retorno ao passado” (ARRUTI, 1997, p. 26). A análise deve ser orientada para a compreensão dos “mecanismos de criação e/ou manutenção de uma forma organizacional que prescreve padrões unificados de interação” (ARRUTI, 1997, p. 26), que regulam quem faz ou não parte do grupo, e que regulam também as relações estabelecidas entre os que fazem parte e entre os que não fazem (ARRUTI, 1997).

2.2 Identidade camponesa e quilombola

As comunidades observadas neste trabalho são formadas por famílias unidas por laços de parentesco e/ou de solidariedade consolidados ao longo do tempo, e pelo processo de territorialização desses ajuntamentos humanos. Seus antepassados tiveram a vida organizada às margens da colonização e da escravidão. Foram processos dolorosos, entre eles a fuga da ordem escravocrata e a constituição de quilombos em lugares dispersos, longínquos, refúgios localizados no emaranhado da floresta e de rios, hoje já encontrados pela “civilização”.

O pensamento colonial, que nunca deixou de se atualizar, subjaz à identidade desses grupos nas nomeações e interpretações sobre eles. Por isso, dependendo da orientação teórica, ideológica ou política, ou do lugar de poder de que se fala, já foram

chamados de invasores, posseiros, camponeses, ribeirinhos, caboclos etc. Hoje, diante de um processo de etnogênese, alguns desses grupos são definidos e/ou se autodefinem como comunidades remanescentes de quilombos.

Tanto os grupos étnicos que vivem no meio urbano quanto aqueles que vivem no meio rural sofrem com as invisibilidades sociais dadas por cada um destes espaços. Para os que vivem no meio rural a resistência a essa invisibilidade explicita-se através de práticas específicas que caracterizam a identidade étnica, mas também uma identidade camponesa.

2.2.1 Porque camponesas? Breve apontamento sobre campesinato no Brasil

O campesinato não pode ser entendido de forma abstrata, pois possui especificidade “em relação à empresa capitalista, especificidade esta que é consequência de uma racionalidade econômica, social e ecológica” que foi e é “desenvolvida na história do próprio campesinato e na interação crítica e adaptativa com a racionalidade da empresa e do mercado capitalista” (CARVALHO, 2005, p. 170).

Pela compreensão da realidade vista através da sucessão de formas de vida social o campesinato aparece como residual, uma vez que não seria agente protagonista nas principais contradições sociais, isso em uma perspectiva evolucionista dos processos históricos (NEVES et al., 2009).

No caso particular do Brasil, a esta concepção se acrescenta outra que, tendo como modelo as formas camponesas européias medievais, aqui não reconhece a presença histórica do campesinato. A sociedade brasileira seria então configurada pela polarizada relação senhor–escravo e, posteriormente, capital–trabalho (NEVES et al., 2009, p. 9).

Panorama que vem sendo modificado pelo reconhecimento da condição camponesa como “forma eficaz e legítima de se apropriar de recursos produtivos” (NEVES et al., 2009, p. 9), entendimento que dá margem a muitas interpretações tanto na definição conceitual do que seja campesinato quando a sua forma de existir.

No debate teórico sobre o campesinato, duas vertentes se sobrepuseram historicamente. De um lado, as análises que procuram demonstrar com evidências e argumentos o fim do campesinato e a destituição de suas estruturas que poderiam ser capazes de resistir às investidas do capitalismo (portanto, da forma empresarial), resultando no processo de “descamponização” e a consequente proletarização do

camponês, como defenderam Karl Kautsky (1898) em “*A Questão Agrária*” e Wladimir I. Lênin (1899) em “*O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: o processo de formação do Mercado Interno para a Grande Indústria*” – o primeiro tratando do contexto alemão e o segundo da realidade na Rússia.

A outra interpretação sustenta a hipótese da permanência do campesinato, reproduzindo-se por meio de relações não-capitalistas de produção no interior do próprio capitalismo (MARTINS, 1981; OLIVEIRA, 1997; HÉBETTE, 2005; CAMACHO, 2011). Alexander Chayanov, outro teórico das ciências sociais que estudou o campesinato, ao contrário das duas referências anteriores, sustenta que há a manutenção ou a permanência do campesinato no tempo, frente à expansão do modo de produção capitalista.

No Brasil, esse debate prolonga-se tanto no meio acadêmico quanto no político, orientando estratégias de diferentes grupos que visam reforçar a pequena produção familiar em função do lugar e do papel que desempenha na estrutura da sociedade, inclusive considerando as enormes contradições de classes e fissuras sociais resultantes da história colonial escravagista, e da tradição mantida pela relação latifúndio x expropriação social que atravessa o território nacional e é reeditada por formas autoritárias de mando, dominação e violação de direitos (FERNANDES, 1976).

Segundo Carvalho (2005), diante deste contexto, houve uma hegemonização das ideias dominantes, baseada nas concepções de diferenciação do campesinato. No Brasil, “essas ideias materializaram-se seja na concepção e prática das políticas públicas” “seja nas palavras de ordem por vezes reinantes nos movimentos e organizações sociais e sindicais do campesinato”, muitos defendendo a “inserção competitiva da agricultura da familiar no mercado” (CARVALHO, 2005, p. 21).

No entanto, a realidade do país exigia uma reflexão particularizada por suas especificidades, tanto do ponto de vista da composição social de sua população quanto do nível tecnológico aplicados aos processos industriais, uma vez que a industrialização era um item importante na interpretação da permanência ou não do campesinato. Tais debates, portanto, são influenciados por questões particulares, dada a forma de relação do homem do campo com “os modos de produção, os resquícios do colonialismo e do escravagismo no campo, a expansão da fronteira

agrícola, a reforma agrária e o papel do Estado na reprodução do campesinato” (CARVALHO, 2005, p. 21; WANDERLEY, 2001).

Os termos “camponês” e “campesinato” foram adotados no Brasil, segundo José de Souza Martins (1981), pelo caminho da importância política, guiado por grupos de esquerda, na tentativa de dar conta das lutas dos trabalhadores do campo, na efervescência dos anos 50 do século passado. O termo passa a ser usado para nomear trabalhadores que até então recebiam outras denominações, de acordo com suas ocupações e região onde moravam, a exemplo de: *caipira* em São Paulo, Minas Gerais, Paraná; *tabaréu* no Nordeste; ou mesmo *caboclo*, no Norte e outras partes do Brasil etc.

São palavras que desde tempos remotos têm duplo sentido. Referem-se aos que vivem lá longe, no campo [...]. Às vezes querem dizer também preguiçosos, que não gostam de trabalho e que por isso são também rústicos, atrasados (MARTINS, 1981, p. 22).

Essa influência política se deu também sobre a denominação dos proprietários de terras: de “estancieiros no Sul; fazendeiros em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais [...] senhores de engenho no Nordeste; seringalistas no Norte” (MARTINS, 1981, p. 22), que passaram a ser chamados de latifundiários.

Martins (1981) enfatiza que a chegada das discussões sobre campesinato no Brasil está diretamente vinculada às lutas de classes sociais e lutas políticas enraizadas em uma concepção mais ampla da história, que também vai influenciar a história de lutas no campo brasileiro.

Segundo Marques (2008), é um conceito significativo também na história das ciências sociais no Brasil, e que “tem se relacionado às disputas políticas e teóricas travadas em torno da interpretação da questão agrária brasileira e das direções tomadas pelo desenvolvimento capitalista no campo” (MARQUES, 2008, p. 58).

A denominação “camponês” marca o lugar social deste segmento na estrutura da sociedade, e não apenas no espaço geográfico em oposição à cidade (MARTINS, 1981), como historicamente se fez. Martins (1981) descreve o camponês como:

[...] aquele que está em outro lugar, no que se refere ao espaço, e como aquele que não está, senão ocasionalmente, e nas margens, nesta sociedade. Ele não é de fora, mas também não é de dentro. Ele é, num

certo sentido, um excluído [...] Isso definirá também o modo de colocá-lo no debate político (MARTINS, 1981, p. 25).

O que Martins (1981) chama de exclusão do camponês do pacto político implica diretamente na ação política desse camponês, não se tratando de mera exclusão política, mas com fundamentos históricos e pautada por mecanismos econômicos, sociais e políticos que precisam ser compreendidos. Tal exclusão define qual o “lugar do camponês no processo histórico”.

A história brasileira, mesmo aquela cultivada por setores de esquerda, é uma história urbana – uma história dos que mandam e, particularmente, uma história dos que participam do pacto político [...]. A história do Brasil é a história das suas classes dominantes, é uma história de senhores e generais, não é uma história de trabalhadores e de rebeldes (MARTINS, 1981, p. 26).

Afinando seu argumento ao de Martins (1981), Fernandes (2004) afirma que conceituar campesinato é um exercício político, tendo que lançar mão da história (para demarcar sua natureza) e da teoria política (para saber da sua existência e perspectivas) para entender sua perseverança, cuja origem estaria na gênese da história da humanidade. Fernandes (2004) identifica três paradigmas que marcam as discussões sobre o campesinato:

a) O paradigma que acredita no fim do campesinato, compreendendo que este está em vias de extinção, que, por sua vez, possui duas leituras:

Uma está baseada na diferenciação gerada pela renda capitalizada da terra que destrói o campesinato, transformando pequena parte em capitalista e grande parte em assalariado. A outra [...] acredita simplesmente na inviabilidade da agricultura camponesa perante a supremacia da agricultura capitalista (FERNANDES, 2004. p. 1).

b) O paradigma do fim do fim do campesinato, que entende a sua existência a partir de sua resistência, com uma leitura mais ampla que o primeiro, também com duas vertentes: uma que “desenvolve ações para o crescimento do número de camponeses por meio de uma política de reforma agrária e pela territorialização da luta pela terra”; e outra “desenvolve ações para a manutenção do número de camponeses, acreditando que garantir a existência é suficiente” (FERNANDES, 2004. p. 1).

c) Surgido na última década do século XX, o paradigma da metamorfose do campesinato acredita na mudança do camponês para agricultor familiar

Acredita no fim do campesinato, mas não no fim do trabalho familiar na agricultura. Desse modo utiliza o conceito de agricultor familiar como eufemismo do conceito de camponês. A partir de uma lógica dualista de atrasado e moderno, classifica o camponês como atrasado e o agricultor familiar como moderno. Essa lógica dualista é processual, pois o camponês para ser moderno precisa se metamorfosear em agricultor familiar (FERNANDES, 2004, p. 1).

Segundo o autor, pensar o camponês através do conceito de agricultor familiar tem implicações sérias no conteúdo político que o primeiro sentido possui, ocorrendo um esvaziamento da história de resistência do camponês, tornando-o conformado “com o processo de diferenciação que passa a ser um processo natural do capitalismo” (FERNANDES, 2004, p. 1).

Essa leitura é marcada por uma importante diferença entre o paradigma da metamorfose do campesinato dos outros paradigmas. Os paradigmas do fim do campesinato e do fim do fim do campesinato têm como fundamento a questão agrária. O paradigma da metamorfose do campesinato tem como fundamento o capitalismo agrário (FERNANDES, 2004, p. 2).

Fernandes (2002; 2004) destaca que as discussões sobre a questão agrária possuem como essência o princípio da superação (luta contra o capital e construção de experiências para mudanças na sociedade), enquanto que o capitalismo agrário se baseia no princípio da conservação das condições da sociedade capitalista.

A questão fundamental a ser considerada aqui é que o agricultor familiar é um camponês. As diferenças entre esses dois sujeitos – que são um – é ideológica, construída politicamente para que a luta do campesinato se resumisse ao espaço da diferenciação, rompendo com a perspectiva da superação (FERNANDES, 2004, p. 2).

A definição do conceito de campesinato guarda muita complexidade, necessitando considerar sua estrutura organizacional, sua base familiar, o trabalho em sua terra ou em terra alheia, trabalho associativo, em forma de cooperativa, em mutirão, coletivo, comunitário ou individual; considerando a base familiar, com mais força de trabalho e, se necessário, fazendo do trabalho assalariado um componente de sua forma de organização, olhando o limite deste.

Segundo Jacques Chonchol, estudioso chileno sobre a questão agrária na América Latina, não há uma obra síntese capaz de “interpretar a natureza e a trajetória particulares do campesinato brasileiro” (WANDERLEY, 2001, p. 36). Para este autor, o modelo de campesinato no Brasil guarda particularidades

geradas por processos mais gerais, como a história da agricultura brasileira, sobretudo o que herdamos do período colonial, perpetuado na “dominação econômica, social e política da grande propriedade”, na “marca da escravidão e na existência de uma enorme fronteira de terras livres ou passíveis de serem ocupadas pela simples ocupação e posse” (WANDERLEY, 2001, p. 36).

Em meados dos anos 1990, surgem outras formulações teóricas que influenciam o pensamento sobre o agrário e a leitura dos conflitos sociais. A discussão sobre sujeitos políticos, classes sociais, movimentos sociais e cidadania, demarcam as lutas de resistência que atravessam os países latino-americanos que ainda têm expressivo e diversificado campesinato (como no Brasil). Observe-se que muitos desses países viveram ditaduras nos anos 1960 e 1970, e que os processos de redemocratização passaram pela reinvenção das formas de luta, ressemantização de categorias sociais e constituição de novos sujeitos sociais e políticos.

Por outro lado, cresce a resistência de trabalhadores rurais contra a agricultura intensiva e expropriadora, o avanço de monocultivos e a homogeneização de produtos, que pretende controlar o mercado de gêneros agrícolas, seguindo o modelo vigente em países como os Estados Unidos.

As críticas à agricultura industrial capitalista e aos impactos sociais e ambientais que produz mundo afora, provocando expropriações, deslocamentos compulsórios, desmatamento, empobrecimento da biodiversidade, entre outros efeitos largamente discorridos na literatura nas duas últimas décadas, são reflexos de novos processos políticos que fortalecem o campesinato como identidade política.

Na Amazônia, quando falamos de campesinato, o que fazemos é reordenar, em nível abstrato, distintos campesinatos historicamente reconhecidos no tempo e no espaço (MOREIRA; HEBETTE, 2009), em relação e em conflito⁹:

[...] disputas pelas terras entre grandes empresas multinacionais e posseiros pobres; entre fazendeiros tradicionais e os mesmos posseiros; entre as próprias grandes empresas; entre grandes empresas e índios; entre índios e posseiros; entre arrendatários e índios. Não há lutas

⁹ Há que se “entender os conflitos e os processos sociais que neles se expressam” para entender as teias que enredam todos estes conflitos, cada um com sua particularidade, de acordo com os agentes que se enfrentam, segundo Martins (1981).

unicamente entre ricos e pobres; há lutas entre ricos e ricos; entre pobres e pobres¹⁰ (MARTINS, 1981, p. 109).

Jean Hébette (2004), pesquisador que se empenhou no estudo do mundo camponês na Amazônia, entende o campesinato como um modo de vida específico e “marcado, principalmente, pela relação direta de determinados grupos com a natureza como base de sua produção material e de sua reprodução social, e por sua organização social baseada na família nuclear, no parentesco e na convivência coletiva em vizinhança” (HEBETTE, 2010), é um “[...] um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleantes a família, o trabalho e a terra [...] tendo como unidade social básica a comunidade” (MARQUES, 2004, p. 145).

Os camponeses são produtores livres de dependência pessoal direta – são “autônomos”; sua sobrevivência de homens livres lhes impõe laços de solidariedade cuja quebra ou enfraquecimento ameaçam seu modo de vida; esses laços mais primários são os de parentesco e de vizinhança que os levam a procurar se agrupar em “comunidade”; a busca de sua permanência e reprodução numa mesma “terra” (ou no mesmo “terroir”, como se diz em francês), traduzidas como apego à terra, é a marca do sucesso de seu modo de vida e a fonte de seu cuidado com seu ambiente: A migração para ele é uma fatalidade, a expulsão, uma degradação inaceitável (HEBETTE, 2005, p. 94).

O modelo de camponês que se tornou parâmetro para políticas públicas no Brasil foi aquele que se formou no Sul e Centro-sul do Brasil, caracterizado por uma população inicialmente europeia alocada em região de clima bem específico e diferente do restante do país. Para “o Norte ficou o refúgio dos camponeses atrasados, os ‘caboclos’” (HEBETTE, 2005, p. 95).

Hebette (2004) afirma que no estado do Pará, por exemplo, o primeiro campesinato totalmente livre que surgiu nesta região foi composto pelos escravos que fugiram e tiveram de esperar “até o fim do século XX para ter algum reconhecimento público de sua identidade e de seu direito à terra duramente conquistada” (HEBETTE, 2005, p. 95), com as garantias outorgadas a partir da Constituição Brasileira de 1988.

Quando se fala do sujeito da ação, o termo camponês “desapareceu do léxico oficial” (HEBETTE, 2005), perdendo espaço para o uso de denominações mais locais, como “lavradores, agricultores, ribeirinhos, varzeiros, quilombolas,

¹⁰ Definindo etnocentricamente índios como pobres, de acordo com o destino que lhes reserva nossa sociedade (MARTINS, 1981).

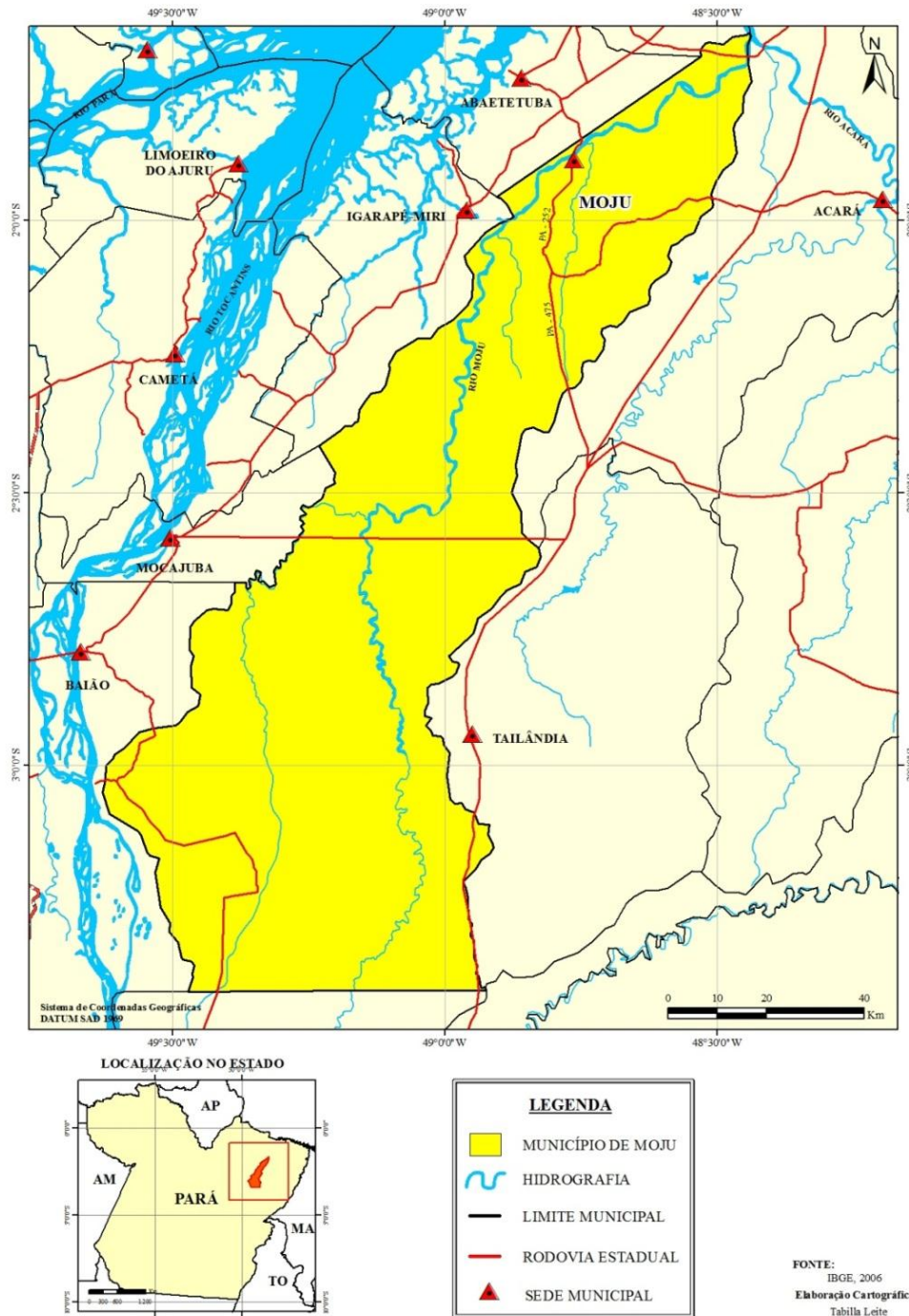
extratores, posseiros, colonos, assentados, atingidos por barragem etc.” (HEBETTE, 2004, p. 12-13 apud CARVALHO, 2005, p. 69), politizando também estes termos, o que confere uma politização das realidades desses agentes, erigindo-os como agentes da ação “ao adotarem como designação coletiva as denominações pelas quais se autodefinem e são representados na vida cotidiana” (CARVALHO, 2005, p. 68), “o que abala o monopólio político do significado dos termos camponês e trabalhador rural” (CARVALHO, 2005, p. 68).

É o movimento de politização que se faz em torno da denominação quilombola.

2.2.2 Por que Quilombolas? A comunidade de Santa Maria do Traquateua

O Território Quilombola de Jambuaçu, no qual se insere a Comunidade de Santa Maria do Traquateua, faz parte do município de Moju. Localizado na microrregião de Tomé-açu, na mesorregião do nordeste paraense, o município de Moju está situado à margem direita do rio Moju, e possui área correspondente a 9.094 km², com população de 63.821, segundo dados do Censo do IBGE de 2007. Ao norte, faz limite com os municípios de Abaetetuba e Barcarena; ao sul, com o município de Breu Branco; a leste, com Tailândia e Acará; e a oeste, com o município de Igarapé-miri (Mapa 1).

Mapa 1: Localização do Município de Moju.



Fonte: IBGE, 2006. Elaborado por Tabilla Leite, 2013.

Proveniente da língua Tupi, o nome do município de Moju significa “Rio das Cobras” (FERREIRA, 2003). A historiografia oficial conta que foi a partir da visita de D. Frei Miguel de Bulhões à região do rio Moju, em julho de 1754, que se iniciou o processo de formação oficial dessa localidade, quando foi recebido nos domínios de Antônio Dorneles de Souza, que na ocasião ofereceu à Igreja grande extensão de terra, almejando tornar a localidade uma freguesia. Nascida a Freguesia Divino

Espírito Santo do rio Moju, esse título foi perdido mais tarde com a decadência econômica, momento em que a localidade foi esquecida pelo poder colonial e autoridades eclesiásticas. Em 1839, já no período monárquico, houve o restabelecimento da categoria de freguesia, “com jurisprudência dos rios Moju e Acará”.

O município de Moju foi criado pela lei nº 279, de 23 de agosto de 1856. O maior crescimento populacional data do século XVIII, o que possibilitou a formação de um núcleo municipal sob a influência do ciclo das drogas do sertão: cravo, canela, cacau, baunilha, salsa, raízes aromática, sementes oleaginosas etc. Posteriormente houve uma transição na economia do Grão-Pará, quando ocorreram mudanças de concepções sobre os investimentos na economia extrativista, potencializando e valorizando uma agricultura mais comercial, com incentivos da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, criada em 1755, sob a tutela do Marquês do Pombal.

A mão de obra utilizada ao longo dessa “evolução” foi a indígena, a cabocla e a escrava. Moju também sofreu as consequências positivas e negativas da economia da borracha em fins do século XIX e início do século XX.

Outra importante fase da história da Amazônia em que Moju teve destaque foi a Cabanagem, cujos vestígios ainda podem ser encontrados na localidade, como ruínas de construções que serviram de prisões e esconderijos para alguns atores dessa insurreição. A igreja do Espírito Santo, padroeiro local, construída no período de 1836 e 1850, é outro espaço histórico da localidade, assim como a Igreja de Caeté, cuja história contada pelos moradores indica que sua fundação data do século XIX (LOUREIRO, L.; LOUREIRO, K. L., 1987).

São os rios Moju, Acará e Guamá que formam a baía do Guajará, percorrendo o território municipal no sentido sul, desembocando no rio Pará a cerca de 24 km de Belém. Possui ainda uma infinidade de igarapés e afluentes originados no rio Moju, destacando-se os rios Ubá, Cairará e o rio Jambuaçu, às proximidades do qual se localizam as comunidades aqui estudadas.

O território desse município originalmente era coberto pela floresta amazônica, mas os processos que levaram ao povoamento e às redes de exploração econômica foram intensos, sobretudo com a abertura de rodovias, destacando a PA-150, que facilitou a chegada de investidores particulares, bem como aqueles

financiados com recursos públicos, como os projetos agropecuários, acompanhados de intenso desmatamento. Deste então, é crescente a perda florestal, apesar de algumas tentativas de preservação ambiental por órgãos competentes. É uma região que chama a atenção de economias como a pecuária, e mais recentemente despertou o interesse para a produção de bioenergia (mapeada como área com potencial para a cultura de dendê).

Santa Maria do Traquateua

[...] parafraseando a conhecida afirmação cartesiana, mais do que o “bom senso” parece ser a *identificação étnica* a coisa “melhor” distribuída no mundo!

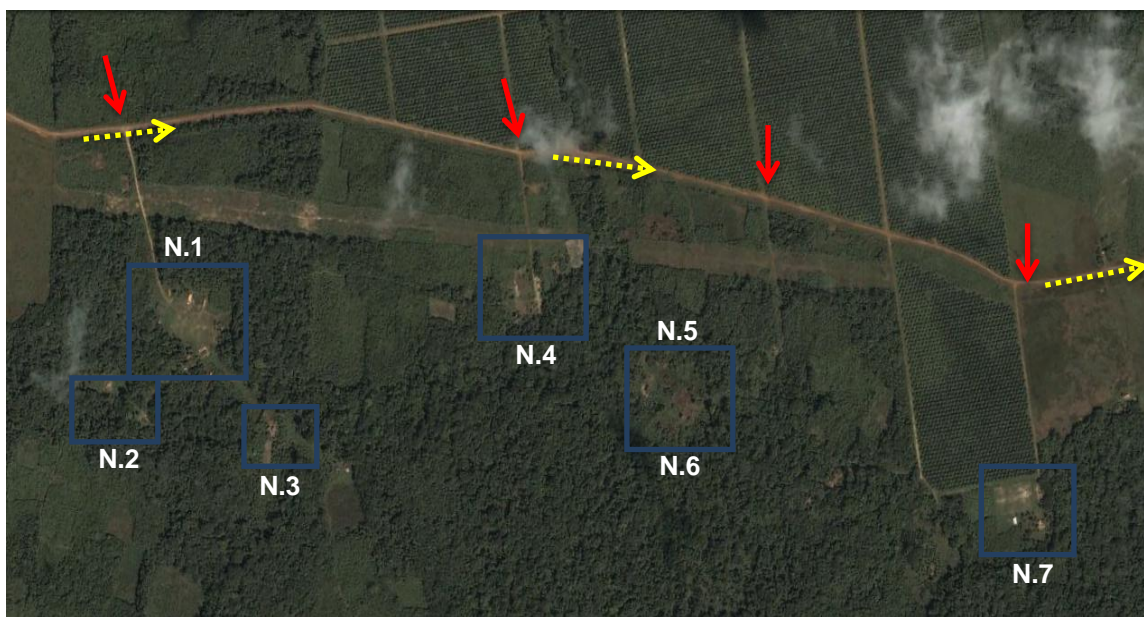
Roberto Cardoso de Oliveira, 1976.

Para alguns moradores de Santa Maria do Traquateua, o que marcou o nascimento da comunidade foi a formação do clube de futebol Santa Maria Esporte Clube, há mais de meio século. Há uma aparente confusão quanto aos relatos sobre a origem da comunidade, explicada pela compreensão deste termo, pois “antes não era comunidade, era povoação”, vila, ou ainda sociedade, como alguns fazem referência. Então, quando se reformula a pergunta: “quando nasceu essa povoação?” A fala dos mais velhos indica que a ocupação da localidade pode ter até mais de 130 anos.

As histórias contadas pelos mais velhos vão organizando a disposição das 32 famílias ao longo do território. Essa ocupação é disposta em núcleos formados por agrupamento de casas (Figura 1) dispostas conforme laços de sangue e compadrio, redes de contato, de trocas, rituais e festas que, ao longo do tempo, teceram “os liames de vínculos sociais que se mantêm até o presente” (CASTRO, 2006, p. 158). Assim como observado em outros ajuntamentos negros rurais no Pará, aqui também:

A dimensão territorial expressa-se nas narrativas sobre a experiência cotidiana, em geral pontuadas nas atividades de trabalho. Os lugares estão referidos aos marcos naturais, sendo os rios e os igarapés, a várzea ou o igapó, fundamentais na demarcação dos espaços quer coletivos, onde se localizam os sítios, quer ao interior de cada família nuclear que reside no mesmo sítio. Através deles trilham os caminhos da experiência para mostrar lugares de residência no passado e também no presente (CASTRO, 2005, s/p).

Figura 1: Disposição dos principais núcleos familiares presentes no território de Santa Maria.



Fonte: Elaborado pela autora a partir do Google Earth (2014).

Obs: Setas vermelhas indicam as principais entradas para a Comunidade de Santa Maria; as setas amarelas indicam a estrada Transquilombola; as marcações em azul indicam os principais núcleos familiares presentes na comunidade.

Como se pode verificar na Figura 1, há cerca de quatro caminhos (indicados pelas setas) que, saindo da estrada Transquilombola¹¹, dão acesso aos núcleos familiares da comunidade. Um desses caminhos leva os moradores e visitantes ao núcleo principal, referido por todos como Vila de Santa Maria (aqui identificado como Núcleo 1) (Fotos 1 e 2).

Foto 1: Caminho que dá acesso ao núcleo principal da Comunidade de Santa Maria. Foto 2: Placa no detalhe.



Fonte: Trabalho de campo (ALVES, 2014¹²).



Fonte: Trabalho de campo (ALVES, 2014).

¹¹ Estrada vicinal construída como política compensatória pelo projeto Bauxita Paragominas, da Vale.

¹² Fotos tiradas pela autora.

Ao chegar à Vila de Santa Maria, somos apresentados às primeiras casas e aos mais significativos espaços de sociabilidade para a comunidade: a Igreja de Santa Maria e o Centro Comunitário (Foto 3), à esquerda; o campo de futebol, no centro; aos fundos está a Escola (Foto 4); à direita avistamos o igarapé Traquateua e uma das casas de farinha da comunidade.

Foto 3: Igreja e Centro Comunitário.



Fonte: Trabalho de campo (ALVES, 2014).

Foto 4: Escola de Ensino Fundamental.



Fonte: Trabalho de campo (ALVES, 2014).

Os diferentes usos do território indicam as diferentes práticas e aquelas que são predominantes à existência e resistência do povo do lugar. Esses usos incidem sobre espaços “como margens de rios e igarapés, áreas de floresta mais densa ou os quintais no entorno da casa, todas elas estruturadas sob um subsistema de regras em que estão prescritas as permissões e as interdições das práticas grupais” (CASTRO, 2005, s/p).

Foto 5: Igreja de Santa Maria.



Fonte: Trabalho de campo (ALVES, 2014).

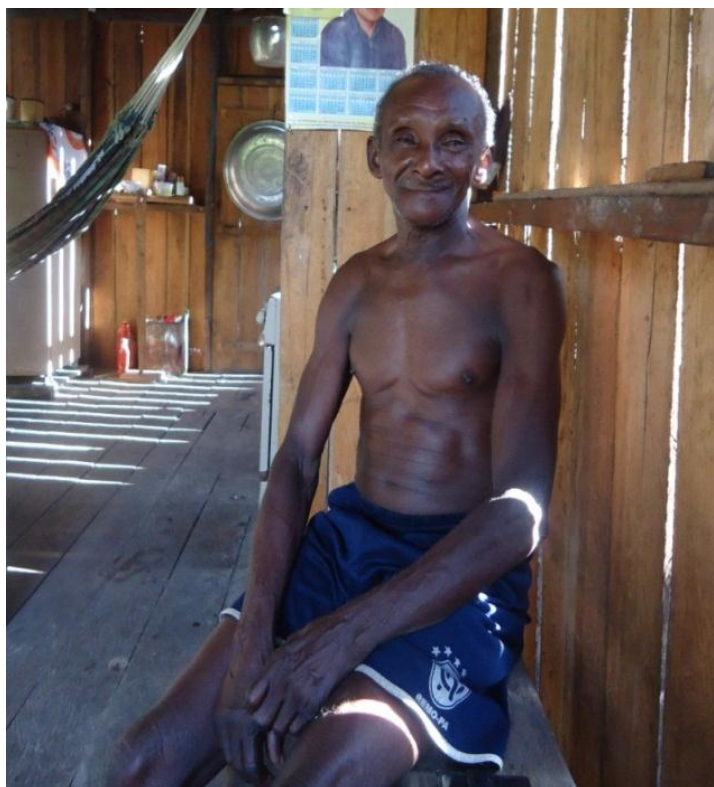
No interior da igreja, no altar está disposta a imagem de Santa Maria (Foto 6). Esta imagem pertencia à Dona Maria dos Anjos Feliciano da Silva, cujo respeito que possuía dos demais moradores possibilitou que influenciasse na definição do nome da comunidade e do time de futebol, como informa um de seus filhos, Seu Tomaz, de 69 anos (Foto 7):

Foto 6: Imagem de Santa Maria, padroeira da comunidade.



Fonte: Trabalho de campo (ALVES, 2014).

Foto 7: Seu Tomaz Feliciano da Silva, 69 anos.



Fonte: Trabalho de campo (ALVES, 2014).

Quem fundou a comunidade fomos nós aqui mesmo. Nós formamos primeiro o campo de futebol aí trabalhamos, roçamos, derrubamos, queimamos [...] eu tinha mais ou menos uns 12 anos. Vamos fazer reunião pra comprar a bola, aí compramos a bola [...] depois vamos escolher como é o nome do time aí tem gente que disse vamos botar Botafogo e a mãe disse “não, vamos fazer o seguinte [...] vamos botar o nome do time de Santa Maria e eu fico responsável pra comprar a Santa pra ficar como padroeira do lugar” aí todo mundo concordou e aí ficou Santa Maria. Aí trabalhamos, fizemos a sede. Santa Maria, ela mora bem aí nessa capelinha que tem aí. Tinha outros santos [...] Nossa Senhora da Batalha, tinha São Sebastião. São Sebastião mora ali na casa do Adamor (Seu Tomaz, 69 anos, entrevista concedida em fevereiro de 2013).

A história é reafirmada em outras falas, como a de Dona Fuluca, 79 anos:

A dona dela [da Santa Padroeira] era uma senhora que chamamos Maria dos Anjos, foi a fundadora dessa comunidade [...] negra, negrinha mesmo. Eu tinha um amor por aquela mulher. Eu acho que vocês viram o filho dela, o seu Tomaz, moreninho, moreninho, bem negrinho [...]. A comunidade foi já depois dela morta que passou pra comunidade, naquela época eles tinham uma sociedade (Dona Fuluca, 79 anos, entrevista concedida em fevereiro de 2013).

Ao elemento religioso presente no nome da comunidade é agregado o elemento mítico, representado pela referência ao igarapé Traquateua, e mais tarde entra nesta composição o elemento étnico, sendo chamada hoje de Comunidade Remanescente de Quilombo de Santa Maria do Traquateua.

Este braço do rio Jambuaçu, outra importante referência, é constantemente citado pelos moradores do lugar: “lá no Traquateua” nasceram, cresceram e morreram pessoas e processos. Nas margens desse igarapé formaram-se os primeiros núcleos familiares que compõem a comunidade. No passado, mais do que agora, era a via de saída e chegada de pessoas e produtos, local de pesca abundante, “e tinha era muito peixe. Quando não tinha o comer ia lá e trazia era muito, até pra janta. Hoje é muito difícil, tá bem pouco”, como afirma Seu Zelo, 74 anos.

Dividindo o altar com a imagem de Santa Maria estão alguns artefatos simbólicos criados pelos moradores da comunidade para exaltar a identidade quilombola, resultado de um amálgama de “elementos antigos na elaboração de novas tradições inventadas para fins bastante originais” (HOBBSAWN, 1984, p. 14), podendo agora integrar-se como “tradições inventadas”, que passam a compor um elemento simbólico importante na vida da comunidade (Fotos 8 a 9)

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBBSAWN, 1984, p. 8).

Foto 8: Interior da Igreja de Santa Maria. Em primeiro plano, um atabaque e o ambão.



Fonte: Trabalho de campo (AVES, 2013).

Foto 9: No detalhe, os dizeres de uma das bandeiras postas no altar: “Somos Quilombolas: acreditamos na força da comunidade”.



Fonte: Trabalho de campo (AVES, 2013).

Foto 10: No detalhe, dizeres de uma das bandeiras postas no altar: “A Lavroura é nosso ofício”.



Fonte: Trabalho de campo (AVES, 2013).

Foto 11: No detalhe, dizeres uma das bandeiras postas no altar: “O negro é gente como outro, quer ter carinho e ter amor”¹³.



Fonte: Trabalho de campo (AVES, 2013).

O principal núcleo familiar da Vila de Santa Maria foi originado com a chegada da família de Seu Tomaz, 69 anos, nascido e criado na comunidade. Segundo conta Seu Tomaz os avós maternos, Seu Deuzarino e Dona Durvalina, e avó paterna, Dona Vitorina, eram “daí mesmo, do Jambuaçu” (em referência ao rio e à localidade próxima à comunidade de Santa Maria), mas o avô paterno, cujo nome não recorda, “esse andava por tudo por aí, Marajó, São Caetano, Belém, e depois que veio parar no Jambuaçu, foi que ele casô já com essa velha, a Vitorina”. Sua mãe, Maria dos Anjos, casou-se com Roberto Campos da Silva, com quem teve mais três filhos, Luciana, Nazário e Narciso. Este último se tornou uma grande liderança, tanto no enfrentamento com a REASA quanto com a Vale, e na busca pela titulação desta e demais comunidades do Território Quilombola de Jambuaçu.

Seu Tomaz nunca se casou, mas possui uma filha em idade escolar, que mora na cidade de Moju. Já é aposentando e vive sozinho em uma casa de dois cômodos¹⁴. Sentado em um banquinho de madeira, vestindo um short com o símbolo do Clube do

¹³ Trecho da música *Nêgo nagô*, cantada como ato de resistência por alguns movimentos sociais, como organizações de Remanescentes de Quilombos, Trabalhadores Rurais de Sem-Terra e até por religiosos, como a Pastoral da Juventude.

¹⁴ Assim como a casa de Seu Tomaz, a maioria das construções é de madeira, com telhados de barro. Quanto aos banheiros, nestes predominam as fossas negras, que são escavações “sem revestimento interno onde os dejetos caem no terreno, parte se infiltrando e parte é decomposta na superfície de fundo” (Disponível em: <http://www.crea-pr.org.br/index.php?option=com_content&view=article&catid=3:newsflash&id=1074:crea-alerta-sobre-construcoes-irregulares-de-fossas-domesticas>. Acesso em: 23 abr.2014). Essa prática é condenada pelas agências sanitárias, porém é a alternativa mais viável e comum àqueles não beneficiados por sistemas de esgotamento sanitário. Segundo Dona Nazaré, Presidente da Associação dos Remanescentes de Quilombo de Santa Maria, os moradores da comunidade, excetuando duas famílias, estão inscritos no Programa Minha Casa, Minha Vida do Governo Federal. Até então, apenas uma casa, a igreja e a escola são de alvenaria.

Remo (de futebol), lembra que poderia ter uma vida diferente, pois era muito bom jogador, segundo ele. Conta do caso em que representantes deste Clube foram até Santa Maria pedir aos seus pais a sua liberação, então com 18 anos, para teste e possível contratação para jogar no Clube do Remo – o que foi negado por seus pais. Em seguida a este relato reclama: “morrero e me deixaro aqui, sozinho [...] e eu fiquei trabalhano sozinho na roça [...]”. Ela morreu ainda jovem, aos 46 anos (por doença desconhecida) e ele aos 103 anos (há sete anos).

Com resignação, diz – “mas tá bom”, e continua a contar sobre a sua juventude, a vida na comunidade e a fartura que existia, tanto de caças, como de peixes, de gêneros retirados da floresta e daqueles plantados na roça. Apontando para um canto da sala onde estão dispostos alguns sacos de farinha, afirma que este produto é o mais importante para a comunidade, antes e agora, para consumo ou para a venda (o que é confirmado em outros relatos). A comercialização da farinha é feita na feira do Moju, por vezes é oferecida em comunidades próximas ou mesmo aos marreteiros que chegam à comunidade em busca do produto. Assim como outros agricultores, Seu Tomaz afirma que a venda ao marreteiro é desvantajosa em relação ao preço, mas considerando a dificuldade para transportar o produto até Moju, acaba sendo a opção mais viável.

Lá no Moju tá R\$ 50 reais o pacote e aqui [para os marreteiros] só tão pagando R\$ 40, R\$ 30 [...] Quando tem negócio de 5, 4 pacote o carro vem buscá aí, o ônibus.¹⁵ [...] ano passado nós chegô a vendê um pacote por 100 reais [...] A Dilma, foi ela que estragou o preço da farinha. A farinha tava com um preço muito bom e os pessoal fala que foi ela que fechô o preço da farinha. Eu não sei se é verdade, mas eu acho que sim. O Jader [Jader Barbalho], quando ele era governadô ele abriu o transporte da farinha e a farinha deu dinheiro (Seu Tomaz, entrevista concedida em 2014).

Indicando a porta da frente, conta a história da casa de farinha existente ao lado da sua moradia. No território de Santa Maria há quatro casas de farinha que servem aos diferentes núcleos familiares, conforme a proximidade e relações estabelecidas. Seu Tomaz possui um forno de cobre, herança do seu avô materno (Fotos 12 e 13).

Esse fornão que tem aí era do pai da mamãe. Ele tinha dois forno que comprou quando tava solteiro ainda. O outro era menor um pouco e quando a mamãe casô ele deu esse um pra ela e quando o irmão dela casô ele deu o outro um pra ele (Seu Tomaz, entrevista concedida 2014).

¹⁵ Referindo-se ao ônibus da única linha que chega até a comunidade, passando em direção a Moju às 04h30 da manhã e, na volta, passa pela comunidade no início da tarde.

Foto 12: Sacos com farinha para venda.



Fonte: Trabalho de campo (ALVES, 2014).

Foto 13: Forno de farinha feito de cobre.



Fonte: Trabalho de campo (ALVES, 2014).

As casas de farinha ainda são essenciais à reprodução econômica de famílias na comunidade, uma vez que todos os entrevistados afirmaram possuir roça, sobretudo de mandioca, e definem a venda da farinha como a principal fonte de renda para quem não recebe a compensação financeira da Vale, não possui membro da família trabalhando em empresas e nem aposentado¹⁶.

Na lista dos outros produtos encontrados nas roças, porém em menor quantidade estão o arroz, o jerimum, a banana, o coco (Fotos 14, 15 e 16) – que “antigamente davam mais valor”, tanto quanto a plantação de mandioca para a produção de farinha, pois eram bem aceitos nos comércios por onde passavam para vender.

Fotos 14, 15 e 16: Produtos colhidos nas roças: arroz, milho e banana.



Fonte: Trabalho de campo (ALVES, 2014).

¹⁶ Durante as negociações com a Vale coube a esta o cumprimento de Termos de Compromisso, dentre os quais determinava que fossem pagos salários às famílias identificadas como diretamente atingidas pelo projeto Bauxita Paragominas, por ela implantado no território.

Diante da formação das “pequenas estruturas de comercialização nas beiras de rios e bocas de igarapés”, aqueles que moravam às proximidades de Belém levavam para lá “as produções interioranas, onde a movimentação comercial dependia desses gêneros das roças, da pesca e da coleta silvoflorestal” (CASTRO, 2005, s/p), e nesta lógica comercial também participavam essas famílias que comercializavam os gêneros produzidos e coletados.

Além das práticas extrativistas e da agricultura, era comum ver nos quintais dessas famílias a criação de animais como galinhas, porcos, patos e, mais raro, gado ou mesmo búfalo. Hoje é comum ver apenas criação de galinhas e, em menor número, a criação de porcos. Neste rol de produtos para subsistência das famílias estavam também “as caças”, como veados, catitus, pacas, tatus etc. Hoje em dia a caça ainda é praticada por alguns indivíduos, funcionando mais como elemento tradicional do que como recurso para complemento da alimentação, uma vez que muitos desses animais não são mais vistos nas áreas pertencentes às comunidades, a exceção do tatu, mas em pouquíssima quantidade. Outra importante contribuição sobre o desvelamento de aspectos da história da comunidade foi possibilitada pelas conversas com Dona Maria, moradora da comunidade (Foto 17). Ela nasceu no Núcleo 6, mas mora no Núcleo 4 desde que casou.

Foto 17: Dona Maria de Jesus Malcher, 56 anos.



Fonte: Trabalho de campo (ALVES, 2014).

Segundo conta, foi às margens do Traquateua que os avós iniciaram a vida na comunidade, dando origem a outro importante núcleo familiar:

O vovô veio, fez a casa e disse olha o nosso canto é aqui. Lá formou outra família, essa Deusa, a mãe dela o pai dela vieram e se pousaram lá. Chegaram assim tudo junto. Meu pai ficou pra cá onde meu irmão mora e eles ficaram pra lá [...]. O meu pai nasceu aí e foi criado aí mesmo onde o meu irmão mora. Aí ele foi fazendo a casa, foi fazendo a casa deles. Ele fez a dele, o Coló, que é irmão dele, fez a dele e focaram só uma família. Nós era 11, hoje são 9. Hoje mora só 4 aqui... arrumaram emprego e saíram. (Dona Maria, 56 anos, entrevista concedida em fevereiro de 2013).

Quando Dona Maria é questionada sobre seus antepassados, à memória emergem as lembranças de uma origem negra, ligada à história da escravidão. É o que acontece quando relembra as histórias contadas por sua mãe, Tereza de Jesus Malcher, e sua avó materna, Lucila de Jesus e Silva:

A minha mãe ela veio da descendência de negro, meu pai não, meu pai era daí mesmo. O pai foi nascido e criado aí no Traquateua, o Traquateua é o nome do igarapé. Os pais dele eram daí mesmo, pai e mãe. A minha mãe era descendência de negra, a minha avó era negra [...] ela era descendência dos escravos ainda (Dona Maria, entrevista concedida em fevereiro de 2013).

Dona Maria não sabe informar aonde sua avó nasceu, nem mesmo a sua mãe. Até onde sua memória alcança, sabe dizer sobre a vida dos avós maternos em encontrar lugar para morar, pois, segundo ela: “moravam assim no mato [...] porque não tinha onde eles trabalharem [...]”. Segundo ela, Dona Lucila e seu esposo, Fedronio de Jesus, já chegaram com “família pronta” no Traquateua (quatro filhos, sendo um deles a mãe de Dona Maria).

Ela [sua avó] foi uma mulher, assim, andarina, eles não tinham paradeiro certo pra morar. Moravam um tempo num lugar, um tempo noutro. Ainda uma vez umas das vezes tinha um homem que disse pro marido dela que era pra eles irem pra cá pra um lugar que chamavam Barbagato¹⁷, no rio Acará, em cima, aí eles foram, ele levou ela e foram trabalhar [...] eles foram pra lá com o filho e quando foi um dia o cara disse “olha tão matando gente aí eles não pagam, eles mato” e o marido dela sabia diz que fazer um casco, um reboque eles chamavam, aí ele fez aquele reboque, cobriu com palha de bacaba, outro mato que chamam sororoca, cobriu tudinho e embarcaram dentro e eles andaram uma semana nesse rio Acará pra varar pra cidade do Acará [...] ele, os filhos e ela, aí então vieram embora (Dona Maria, entrevista concedida em fevereiro de 2013).

¹⁷ Até o momento do fechamento deste trabalho não pudemos identificar a origem deste lugar, mas há indicação na historiografia do Brasil de um nome aproximado a este, chamado Manoel Borba Gato, bandeirante paulista – porém, não há referência da presença ou passagem deste pela região.

Uma vez estabelecidos, construíram casa, fizeram roça, teceram “laços de cumplicidade, de solidariedade que evoluem em processo de formação de alianças familiares” (CASTRO, 2005, s/d) com famílias que já moravam no território que hoje é de Santa Maria ou com famílias de outras “povoações”, a exemplo de Nossa Senhora das Graças (separada de Santa Maria pela povoação de Santa Luzia do Traquateua, que então não existia): “Na época deles não tinha comunidade, tinha povoação, era sociedade, mas era chamada povoação das Graças, povoação da Conceição, povoação de Sant’ana, era assim, aí fazio a festa né, as irmandade que chamavo”, diz Dona Maria. Esses laços eram propiciados sobretudo pelo trabalho, quando se juntavam em mutirões (para fazer roças, construir casas, roçar campos de futebol etc.) e nas festas religiosas dos santos padroeiros das comunidades.

Chamavo festa de arraial, a gente baixava tudinho aí pra lá pra povoação. Cada qual tinha seu barraco, mas era um negócio muito bonito [...] eles botavo tudo no casco, fazio feixe de lenha, botavo as filharada e empurravo pra lá. Lá nessa povoação cada um tinha as suas casa, nas Graça, aí eles iam pra lá, por exemplo, na sexta, no sábado e no domingo e só vinho segunda feira, mas era assim porque era de ano a ano (Dona Maria, entrevista concedida em fevereiro de 2013).

Outro núcleo familiar originou-se dos antepassados de Dona Joventina Correia da Silva Soares (Dona Sabá) e de Dona Florência Correia da Silva (Dona Fuluca) (Fotos 18 e 19).

Foto 18: Dona Sabá, 64 anos.



Foto 19: Dona Fuluca, 76 anos.



Fonte: Trabalho de campo (ALVES, 2014).

Segundo os relatos das duas irmãs, o avô paterno, José Marceneiro, era rio grandense e a avó paterna, Ana Silva, era de outra comunidade próxima, cujo nome não recordam. Já os avós maternos, segundo contam, não eram da região. Estes teriam vindo da “contra-costa de Caviana”, que “fica pras bandas do Marajó”. A mãe das duas, Dona Maira Correia, chegou à região trazida por uma irmã mais velha, depois que a mãe faleceu e o pai foi embora. Pouco sabem do avô materno, apenas especulam que seria um fazendeiro da “contra-costa de Caviana”, e que talvez se chamasse Olindo Pereira. Caviana é uma ilha fluvio-litorânea brasileira, situada em frente a costa norte da Ilha de Marajó¹⁸.

Da união entre Seu Alípio Correia da Silva e Dona Maria Rosilda nasceram onze filhos, dos quais sete ainda estão vivos e quatro moram na comunidade, formando mais dois núcleos familiares.

Durante os conflitos com a REASA e com a Companhia Vale, as famílias de Seu Tomaz, Dona Fuluca e Dona Sabá foram as mais atingidas na Comunidade de Santa Maria, uma vez que tais projetos incidiram sobre as áreas que até então, pelo uso e posse, pertenciam aos seus antepassados. Foram momentos tensos, que tomaram nova reconfiguração a partir do momento em que a autoidentificação enquanto remanescentes de quilombos foi iniciada.

A crescente insegurança vivenciada por aqueles que hoje reclamam o seu reconhecimento enquanto remanescentes de quilombos é provocada por processos exógenos, conduzidos por interesses individuais ou de grandes projetos de ordem econômica e política (ACEVEDO; CASTRO, 1998). As relações sociais no mundo rural amazônico configuram processos históricos marcados pela negação de direitos em relação a grupos negros em condições de vida rural, o que Acevedo e Castro (1998) chamam de invisibilidade expropriadora, que tem como uma de suas faces a negação do direito sobre a terra, tão importante para as populações tradicionais. Estas formulam e praticam, desde as lutas contra a sociedade escravocrata, estratégias para produzir sua visibilidade, reivindicando para si “o reconhecimento de uma diferença em meio à indiferença, ao instituir uma fronteira onde antes só se postulava contiguidade e homogeneidade” (ARRUTI, 2004, p. 1), que alimentam a invisibilidade.

¹⁸ “As desembocaduras dos rios Amazonas e Tocantins são formadas por um conjunto de ilhas que conformam os arquipélagos que formam um delta interno na foz Amazônica. Os arquipélagos mais importantes são os de Bailique, Caviana, Marajó e o do Rio Pará. A ilha de Marajó possui 49.606 km² de extensão e é a maior ilha deste complexo de arquipélagos, seguida por Caviana, Mexiana e Gurupá” (SIOLI, 1966; MIRANDA-NETO, 1968; IBGE, 1991 apud MONTAG et al., 2009).

A autoafirmação étnica de comunidades hoje identificadas enquanto remanescentes de quilombos nos aproxima da concepção de etnogênese, processo entendido aqui como a “construção de uma autoconsciência e de uma identidade coletiva contra uma ação de desrespeito (em geral produzida pelo Estado nacional), com vistas ao reconhecimento e à conquista de objetivos coletivos” (ARRUTI, 2004, p. 2).

Para compreender as razões, meios e processos subjacentes à etnogênese de uma comunidade é necessário percorrer as condições e contradições presentes na história desses grupos, entender a dimensão e o sentido do lugar e, finalmente, as ações coletivas e as práticas de agentes que concorreram para a realidade hoje existente.

3 CAMPO DO DESENVOLVIMENTO E AGENTES ECONÔMICOS E SOCIAIS

Em última análise, a prova do pudim teórico do *habitus* deve consistir em comê-lo empiricamente.
Loïc Wacquant

3.1 A contribuição dos conceitos de campo e *habitus*

Neste trabalho nos propusemos o desafio de compreender a complexidade presente na dinâmica de grupos sociais com seus territórios ameaçados pela expansão de empreendimentos econômicos. O lugar que ocupa essas comunidades é visto na perspectiva de Arturo Escobar (2010), enquanto reflexo da interação dos agentes reunidos em torno de interesses comuns e articulados em rede. Influem também, sobre o lugar, o capital (para reproduzir sua existência) e o Estado (para recortá-lo e legislar sobre ele), contribuindo para moldar a percepção sobre o mesmo.

O lugar, em outras palavras, desapareceu no “frenesi da globalização” dos últimos anos, e este enfraquecimento do lugar tem consequências profundas em nossa compreensão da cultura, do conhecimento, da natureza, e da economia. Talvez seja o momento de reverter algumas destas assimetrias ao focar novamente a constante importância do lugar e da criação do lugar, para a cultura, a natureza e a economia - da perspectiva de lugar oferecida pelos próprios críticos (ESCOBAR, 2005, p. 133).

Estas disputas são localizadas no âmbito do que chamamos *campo do desenvolvimento*. No interior deste campo estão os agentes (indivíduos, grupos, instituições), cada um com formas específicas de atuação dadas pelo *habitus*, compondo as trajetórias desses agentes no campo social – cujas práticas estão articuladas entre si e perpassam na história dos indivíduos e na história social.

Este conceito de campo encontramos em Pierre Bourdieu (1983, 1989, 2003), assim como os conceitos de capital e de *habitus* que, segundo Vandenberghe (1999, p. 21), “não podem ser definidos separadamente; na verdade, o campo é idêntico à distribuição de capital e o *habitus* é idêntico ao campo, embora analisado a partir de uma perspectiva diferente”.

Assim, empreendemos a interpretação da realidade utilizando o conceito de campo, como plano teórico e esquema operacional, definido como espaço sócio-histórico de disputas por capitais (simbólicos ou materiais), cujos atores em luta conferem a dinâmica social no campo, com o intuito de manter ou alterar as relações

de força e de poder que marcam as posições dos dominantes e dominadas no jogo (BOURDIEU, 1989).

Interessa-nos saber quais conceitos e discursos foram produzidos e difundidos sobre o desenvolvimento por diferentes agentes, inclusive o Estado com suas políticas; quais conteúdos alimentaram e legitimaram, até os dias de hoje, as práticas e estratégias do avanço da fronteira econômica sobre terras efetivamente ocupadas por populações tradicionais; e como estas, imersas neste contexto, fomentaram o processo de resistência.

Estas reflexões são orientadas pela abordagem epistemológica de Pierre Bourdieu (1983, 1989, 1990, 2003), que propõe um conhecimento praxiológico que possa ir além do antagonismo entre objetivismo e fenomenologia, “que pretende articular dialeticamente o ator social e a estrutura social” (ORTIZ, 1983, p. 8), uma filosofia “condensada em um pequeno número de conceitos fundamentais – *habitus*, campo e capital – e que têm como ponto central a relação de mão dupla entre as estruturas objetivas (dos campos sociais) e as estruturas incorporadas (do *habitus*) (BOURDIEU, 1996, p. 10), conhecimento praxiológico que teria por objetivo desvelar “não somente o sistema de relações objetivas que o modo de conhecimento objetivista constrói, mas também as relações dialéticas entre essas estruturas objetivas e as disposições estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las” (BOURDIEU apud ORTIZ, 1983, p. 8).

Tal abordagem possibilita identificar os agentes a partir das relações estabelecidas entre eles, das estratégias inconscientemente empreendidas, fundadas no *hábitus* – que, por sua vez, permite entender as hierarquias expressas por estas relações. Neste esquema analítico, cada agente está envolto em relações de oposição e concorrência que definem a sua posição no interior do campo social (BOURDIEU, 1989), e a atuação desse agente só é possível porque consegue internalizar o *habitus*.

A noção aristotélica de *hexis*, “utilizada por Aristóteles para designar então características do corpo e da alma adquiridas em um processo de aprendizagem” (SETTON, 2002, p. 61), convertida em *habitus* pela escolástica, quando foi retomada por Bourdieu (1989), teve como objetivo, segundo o próprio autor, “reagir contra o estruturalismo e a sua estranha filosofia da acção [...] com o seu agente reduzido ao papel de suporte [...] da estrutura” (BOURDIEU, 1989, p. 61), desejou evidenciar “as

capacidades ‘criadoras’, activas, inventivas, do *habitus* e do agente (que a palavra hábito não diz)” (BOURDIEU, 1989, p. 61).

Na reconstrução do conceito de *habitus* por Bourdieu (1989), são incluídos “esquemas lógicos (o *eidos*), esquemas práticos (o *ethos*) e sistemas de ação corporal (a *hexis*)” (PETERS, 2006, p. 82-85 apud VANDENBERGHE, 1999, p. 26). Construído socialmente pelos embates entre os agentes na estrutura, em um processo dinâmico, como é a estrutura social para Bourdieu, o *habitus* determina a posição dos agentes que, em conjunto, determinam o *habitus*. É justamente a posição do agente que determina suas estratégias de atuação dentro da estrutura, dentro de um campo.

Mas Bourdieu ressalta que os movimentos empreendidos pelos agentes no interior de um campo não são resultantes de vontades conscientes, são, antes, determinados por este *habitus* (BOURDIEU, 1989), que é como disposições incorporadas ao longo da história de um campo, o que envolve as regras que orientam as ações dos agentes e que determina as estruturas (resultantes das estruturas mentais dos agentes e das estruturas objetivas). Nas palavras do autor, é “como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações” (BOURDIEU, 1983, p. 65), que possibilita ao agente cumprir tarefas infinitamente diferenciadas – “história individual e grupal sedimentada no corpo, estrutura social tornada estrutura mental” (WACQUANT, 2007, p. 66):

(i) resume não uma aptidão natural, mas social, que é, por esta mesma razão, variável através do tempo, do lugar e, sobretudo, das distribuições de poder; (ii) é transferível a vários domínios de prática, o que explica a coerência que se verifica, por exemplo, entre vários domínios de consumo – música, desporto, alimentação, mobília e, também, nas escolhas políticas e matrimoniais – no interior e entre indivíduos da mesma classe, e que fundamenta os distintos estilos de vida (BOURDIEU, 1984 [1979]); (iii) é durável mas não estático ou eterno: as disposições são socialmente montadas e podem ser corroídas, contrariadas ou mesmo desmanteladas pela exposição a novas forças externas, como demonstrado, por exemplo, a propósito de situações de migração; (iv) contudo é dotado de inércia incorporada, na medida em que o *habitus* tende a produzir práticas moldadas depois das estruturas sociais que os geraram e na medida em que cada uma de suas camadas opera como um prisma por meio do qual as últimas experiências são filtradas e os subseqüentes estratos de disposições são sobrepostos (daí o peso desproporcionado dos esquemas implantados na infância); (v) introduz uma defasagem e, por vezes, um hiato entre as determinações passadas que o produziram e as determinações atuais que o interpelam: como “história tornada natureza”, o *habitus* “é aquilo que confere às práticas sua relativa autonomia no que diz respeito às determinações externas do presente imediato. Esta

autonomia é a do passado, ordenado e atuante que, funcionando como capital acumulado, produz história na base da história e, assim, assegura que a permanência no interior da mudança faça do agente individual um mundo no interior do mundo” (BOURDIEU, 1990 [1980], p. 56 apud WACQUANT, 2007, p. 67).

Formulando o conceito de *habitus* como contendor do princípio de sociação (quando os indivíduos são submetidos a compartilhar condições semelhantes de reprodução social – podendo assim formular *habitus* comuns a grupos, assim como diversos entre eles: *habitus* nacional, *habitus* burguês etc.) e de individuação (dada pela internalização particularizada dos esquemas a que os indivíduos são submetidos), Pierre Bourdieu inscreve sua existência de forma relacional ao conceito e campo, do qual não pode ser lido de forma separada.

[...] o *habitus* não é um mecanismo auto-suficiente para a geração da ação: opera como uma mola que necessita de um gatilho externo; não pode, portanto, ser considerado isoladamente dos mundos sociais particulares, ou “campos”, no interior dos quais evolui. Uma análise completa da prática requer uma tripla elucidação da gênese e estrutura sociais do *habitus* e do campo e das dinâmicas de sua “confrontação dialética” (BOURDIEU, 2000 [1997]; WACQUANT, 2007, p. 69).

Campo é conceituado como o “espaço onde as posições dos agentes se encontram a *priori* fixadas. O campo se define como o *locus* onde se trava uma luta concorrencial entre atores em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão” (ORTIZ, 1983, p. 19), como “campo de forças e campo de lutas que visam transformar esse campo de forças” (BOURDIEU, 1983).

O campo, desta forma, é um espaço estruturado, e nele os agentes buscam uma posição que proteja o poder que possuem e possibilite que exerçam este poder sobre outros. É nesta luta simbólica que está a sua gênese, no conflito entre agentes que dominam determinado campo e buscam o monopólio deste poder, dado pela detenção do capital específico daquele campo.

[...] (campo é) como um espaço estruturado de posições sociais no qual as posições e suas inter-relações são determinadas pela distribuição de diferentes tipos de capital (capital econômico – i.e, riqueza material, sob a forma de dinheiro, ações da bolsa, etc.; capital cultural – i.e, conhecimento, habilidades e outras aquisições culturais; capital simbólico – i.e, prestígio e honra acumulados; e capital social – i.e, relações e redes de influência) (VANDENBERG, 1999, p. 32).

Bourdieu (2008) alerta que “uma das propriedades genéricas dos campos é o fato de que a luta em torno do que está exatamente em jogo costuma dissimular ao

mesmo tempo o conluio objetivo a respeito dos princípios do jogo” (BOURDIEU, 2008, p. 45). A tendência é que a luta produza e reproduza de forma contínua esse jogo, assim como tudo aquilo que está em jogo, “reproduzindo naqueles que se encontram diretamente envolvidos nele (mas não apenas entre eles) a adesão prática ao valor do jogo e do que está em jogo (móveis de concorrência), que define o reconhecimento da legitimidade” (BOURDIEU, 2008, p. 45).

As estratégias dos agentes são designadas pelo campo, e as transformações da estrutura do campo, por sua vez, são produtos das estratégias de conservação ou mesmo de subversão, cujos princípios de orientação e eficácia são encontrados nas “propriedades da posição que ocupam aqueles que as produzem no interior da estrutura do campo” (BOURDIEU, 1989, p. 134). Desta forma:

Compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os actos dos produtores e as obras por eles produzidas e não como geralmente se julga, reduzir ou destruir (BOURDIEU, 1989, p. 69).

3.2 O desenvolvimento enquanto campo de poder

Inicialmente identificamos os agentes sociais, econômicos e políticos que fazem parte do campo relacional abordado nesta pesquisa, identificando aspectos de seus discursos e práticas, para entender como se estabelecem e funcionam, de forma estruturante, as relações de poder entre eles e o sentido que atribuem às suas ações e estratégias no referido campo, que é, por essência, um campo de disputas. Mas, antes de expor quais são esses agentes, serão tecidas considerações sobre o campo bourdieriano de estudo escolhido.

Aqui será considerado como um campo de forças, palco de lutas e disputas por poder, o campo do desenvolvimento, gerador de objetivos e princípios de compreensão próprios, que envolve e é envolvido pelos agentes que dele fazem parte e o reproduzem. Ajudam-nos a pensar o desenvolvimento enquanto campo específico de análise as contribuições de Gustavo Lins Ribeiro (2008), e seus estudos sobre Projetos de Grande Escala (PGEs), redes e relações de poder estabelecidas para a existência dos mesmos; e as contribuições de Edna Castro (2014), no que tange à suas análises sobre o desenvolvimento enquanto um campo de poder.

Há uma problemática sobre o desenvolvimento que tem ocupado “lugar relevante no conjunto da reflexão das ciências sociais e econômicas na América Latina, sobretudo a partir de meados do século XX” (CASTRO, 2014, p. 1) e novos problemas, de variadas ordens (sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais) são colocados diariamente ao conhecimento (CASTRO, 2014). Esse quadro resulta em novas análises que contribuem para o entendimento da realidade, mas também contribuem no reforço de velhas ideologias, tal qual se faz com a ideia de desenvolvimento.

O caráter das ideologias, assim como das utopias, em sua essência, são relacionados a poder, expressando um jogo de disputas quanto a interpretações do passado, quando falamos de ideologia, e de futuro, quando se trata de utopias. O embate que observamos é com o objetivo de instituir hegemonia de ideias, de discursos, “estabelecendo certas visões retrospectivas ou prospectivas como verdade, como a ordem natural do mundo” (RIBEIRO, 2008, p. 117).

Neste sentido, o conceito de desenvolvimento é entendido aqui como composto por um caráter ideológico e, como tal, encontra-se embrenhado no pensamento econômico dominante, podendo considerar que “isso se deve ao importante papel que tal ideologia cumpre na reprodução da ordem fundada no capital” (ARAUJO, 2002, p. 57).

Quando fazemos considerações sobre o discurso do desenvolvimento, percebemos quão abrangente ele se tornou, assim como inclusivo no senso comum, intelectual e em literaturas especializadas, sendo umas das noções básicas encontradas na cultura europeia ocidental moderna (DAHL; HJORT, 1985), inquestionável.

Marcando já o período da Segunda Guerra Mundial até os dias de hoje, o desenvolvimento se apresenta como um sistema de crenças composto por leituras diversas, particulares e particularizadas sobre o passado e o que se reserva ao futuro (RIBEIRO, 2008, CASTRO, 2014). Com as mudanças em escala global, como o processo desencadeado pelo fim da União Soviética, novos rearranjos ideológicos e novas utopias tomam conta de mentes e corações em nível global. É o que podemos dizer sobre os discursos do desenvolvimento sustentável e globalização, na década de 1990. Para o século XXI, já se fala na falência de ideologias, o que significa a

abertura de possibilidades a novas ideologias e utopias e, com isso, novas oportunidades de mudanças (RIBEIRO, 2008). Quem irá capitaneá-la?

O campo do desenvolvimento é um campo de poder, sendo aí que reside a grande dificuldade de mudanças, uma vez que há a luta constante para a manutenção desse poder por parte dos agentes que o dominam, “já que seus próprios interesses estão intimamente conectados à existência do campo” (RIBEIRO, 2008, p. 111), em oposição aos atores mais vulneráveis, ou seja, que possuem menos poder, que são os agentes locais:

[...] vulnerabilizados por iniciativas de desenvolvimento que destroem as relações entre povos indígenas, seus territórios e culturas — como os reassentamentos forçados para a construção de represas — e provêm o cenário mais óbvio da vulnerabilidade de populações locais vis-à-vis ao “desenvolvimento” (RIBEIRO, 2008, p. 111).

Por se tratar de um campo de poder, as mudanças no interior do campo do desenvolvimento são complexas (RIBEIRO, 2008).

A estrutura e a dinâmica de cada campo de desenvolvimento estão marcadas por diferentes capacidades de poder e interesses que são articulados por meio de processos históricos de estruturação de redes. “Desenvolvimento” abarca diferentes visões e posições políticas, variando do interesse em acumulação de poder econômico e político a uma ênfase em redistribuição e igualdade. Em consequência, lutas de poder são comuns entre atores, internamente às instituições e entre elas (RIBEIRO, 2008, p. 111).

Segundo Ribeiro (2008), o campo do desenvolvimento é constituído por:

- a) agentes que representam vários seguimentos das populações locais (ex: elites locais e líderes de movimentos sociais);
- b) empresários privados, funcionários e políticos em todos os níveis de governo;
- c) pessoas de corporações nacionais, internacionais e transnacionais (Ex: diferentes tipos de empreiteiros e consultoras);
- d) pessoal de organizações internacionais de desenvolvimento (Ex: funcionários de agências multilaterais e bancos regionais).

É atribuído às instituições um papel fundamental no interior dos campos diversos. Quanto ao campo do desenvolvimento, listam-se as instituições governamentais e não governamentais, as instituições religiosas, as entidades de classe, as agências multilaterais, as entidades de indústrias, as corporações financeiras etc. (RIBEIRO, 2008).

Não podemos perder de vista, segundo Castro (2014), que o poder que o campo do desenvolvimento possui encontra forças também nas relações e interesses que compartilha com outros campos, como o intelectual e o político, sobretudo. É dentro deste esquema interpretativo que localizamos alguns agentes que atuam no campo do desenvolvimento e que são objetos desta pesquisa, considerando para cada um destes as experiências históricas acumuladas ao longo das relações estabelecidas no interior deste campo. Estes agentes compuseram diferentes grupos, com acúmulo de capitais distintos e que disputam o poder e a hegemonia de discursos no interior da estrutura social.

3.3 Os agentes no campo do desenvolvimento

Na construção da história da comunidade, assim como na narrativa dos conflitos, agentes diversos se articulam às redes de relações tecidas pelas Comunidades Quilombolas de Jambuaçu – é o que se percebe ao recompor trajetórias. Cada um desses agentes entra no jogo com capitais distintos, que são alocados na defesa de interesses particulares e/ou coletivos, cujas influências vão do local ao global.

A intervenção desses agentes no território quilombola tem influenciado nas dinâmicas que regem a organização das comunidades que o compõe, no que diz respeito à forma de se relacionarem entre si e com os agentes que não pertencem ao território, originando aspectos novos que influenciam no processo de etnogênese no Território Quilombola de Jambuaçu.

Redes contra-hegemônicas ou regulatórias, compostas por ONGs, movimentos sociais, sindicatos, igrejas, etc., têm tido papéis fundamentais na proteção dos interesses de populações locais contra a grande quantidade de poder acumulado por instituições de desenvolvimento (RIBEIRO, 2008, p. 114).

No norte das redes de relações traçadas pelos remanescentes, a participação de alguns agentes ganha destaque, segundo a referência feita pelos próprios quilombolas, como o papel desenvolvido pela Comissão Pastoral da Terra (Área CPT Guajarina, subdivisão da CPT Regional Pará), representada por pessoas que colaboraram de forma determinante para o processo de autoafirmação da identidade étnica, e mesmo de resistência das comunidades, diante dos enfrentamentos na defesa do território.

Outros agentes importantes neste contexto vêm do campo intelectual (UNAMAZ, UFPA, UEPA, USP, UFRA).¹⁹ São pesquisadores e estudantes que, ora no apoio aos ideais das comunidades locais, ora subsidiando os discursos das empresas, contribuem para a problematização dos processos em curso no território (FONSECA, 2011; SACRAMENTO, 2007; PNCSA, 2007; PEREIRA, 2008; SAMPAIO, et al, s.d.; ACEVEDO, 2010; TRINDADE, 2012; dentre outros).

Na luta pela terra ao longo das décadas foi legitimada a atuação de alguns representantes do povo do lugar. Na segunda metade de década 1980, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju (STR) passa a ter papel atuante na defesa dos colonos, diante das pressões de agentes econômicos, ao contrário do que aconteceu nos anos anteriores, quando estava engessado pelo controle do Governo Militar. Com relação aos conflitos que tomaram o território quilombola de Jambuaçu nos anos 2000, outras instâncias representativas foram fomentadas, tendo o STR de Moju se ausentado do cenário. Esses novos agentes ganham espaço a partir do recorte étnico dado pelo autorreconhecimento enquanto remanescentes de quilombos, por parte das comunidades. Deste modo, podemos citar o Cedenpa (Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará), responsável por promover o “Encontro de Comunidades Negras Rurais”, o “Encontro de Mulheres Quilombolas” (seis versões), dentre outras ações; a Malungu (Coordenação Estadual das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará), que possui forte articulação nacional com órgãos e entidades voltadas à questão quilombola.

A Malungu é a organização das comunidades quilombolas do estado no Pará, e surge como um dos desdobramentos da luta travada por mulheres e homens quilombolas, que desde o final da década de 1980 exigem a garantia de seus direitos territoriais reconhecidos na Constituição Federal Brasileira de 1988. A organização estadual dos quilombolas teve início em novembro de 1999, no município de Santarém, localizado na região paraense do Baixo Amazonas, quando foi criada, naquele momento ainda em caráter provisório, a coordenação em nível estadual de representação das comunidades remanescentes de quilombos. Em março de 2004, a Coordenação Estadual das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará – MALUNGU – foi oficialmente fundada enquanto instituição sem fins lucrativos e econômicos que representa as comunidades quilombolas do estado do Pará.

¹⁹ Respectivamente, Associação de Universidades Amazônicas, Universidade Federal do Pará, Universidade Estadual do Pará, Universidade de São Paulo e Universidade Federal Rural da Amazônia.

No território há, ainda, a Bambaê, que é a Coordenação das Associações Quilombolas localizadas no Território de Jambuaçu, atuante em nível local.

Dentre os agentes identificados no cenário de relações das comunidades do território quilombola de Jambuaçu, neste estudo destacamos o papel das empresas privadas quanto à interferência promovida no território, e que vêm na esteira de outro agente fundamental neste processo, que é o Estado – este intervindo sob diversos aspectos: desde a necessidade burocrática da verificação e certificação da identidade étnica (ITERPA, Fundação Cultural Palmares); legitimação da presença de projetos econômicos na localidade, no que tange às questões ambientais (com a intervenção da SEMA-Secretaria de Estado e Meio Ambiente no licenciamento dos projetos); nas ocasiões de mediação dos conflitos entre comunidades e empresas (a exemplo do MPF-Ministério Público Federal, que até hoje intervém na defesa dos direitos das comunidades), passando pelo papel do Estado enquanto promotor de políticas que beneficiem a intervenção das empresas no território.

3.3.1 As empresas

Na aproximação com o território onde foi desenvolvida a pesquisa, o caminho que leva até a Comunidade Quilombola de Santa Maria do Traquateua deixa ver muitas das empresas privadas ali alocadas. São madeireiras, carvoarias, monoculturas de dendê e mineradoras que, em tempos e sob condições diferenciadas, instalaram-se na região – umas se firmaram sem resistência, outras deixando marcas na história da região, pelo alto grau de resistência das populações locais, como se observa na história das comunidades do Território Quilombola de Jambuaçu.

A abertura da PA-150, na década de 1970, em sua extensão no município de Moju (onde se localiza o território quilombola de Jambuaçu), favoreceu a chegada de novos agentes à região (famílias, empresas) e o que se segue para estruturar um município – esse fato foi tencionador das relações entre os que chegavam e aqueles já estabelecidos. Promovia-se o processo de expropriação causado não somente “pelos famosos latifundiários. Esse processo [passou a ser] conduzido diretamente por grandes empresas capitalistas nacionais ou multinacionais, com amplos incentivos financeiros do próprio Estado” (MARTINS, 1991, p. 50).

Diante do universo de empresas localizadas na região, foram estabelecidos critérios para selecionar aquelas cujas intervenções se fizeram mais efetivas sobre o Território Quilombola de Jambuaçu e a Comunidade de Santa Maria do Traquateua.

Os critérios foram:

- 1) Presença física no lócus de pesquisa;
- 2) Atuação conflitiva no campo de estudo;
- 3) Atuação para além do local (vislumbrando assim as dinâmicas externas que estão associadas às intervenções locais, entendendo que a intervenção local é extensão de uma lógica mais geral).

Desta forma, destacaram-se as empresas: a) Reasa (Reflorestadora da Amazônia S/A); b) Marborges Agroindústria S.A.; c) Vale; e d) Norsk Hydro. Estas duas últimas são as responsáveis pelos conflitos mais recentes no interior do território.

a) Empresa Reasa (Reflorestadora da Amazônia S/A): com objetivo de trabalhar com monocultura de dendê, instalou-se em Moju no fim da década de 1970, deixando o território no início da década de 1980. Recebeu recursos do Estado para desenvolver o seu projeto, sendo, inclusive, alvo de denúncias de desvio de verbas. A relação desta empresa com os então posseiros que ocupavam o território por ela pretendido, resultou em violentos conflitos;

b) Empresa Marborges Agroindústria S.A: especializada na plantação de dendê e extração de óleo desta palma. O grupo é composto por duas empresas, sendo elas a Marborges Agroindústria S.A e a Reflorestadora Moju Acará Ltda. Ocuparam a região depois que assumiram o projeto da Empresa REASA, herdando também os conflitos;

c) Companhia Vale: se fez presente na localidade através do Projeto Bauxita-Paragominas, até assinar acordo de troca de ações com a empresa norueguesa Norsk Hydro ASA (terceira maior fornecedora mundial de alumínio), transação que garante à Hydro “o suprimento de bauxita para a sua produção pelos próximos 100 anos, e consolida a sua parceria com a Vale no mercado brasileiro” (HYDRO, 2012a, s/p). Hoje, a Companhia Vale está intensificando a sua presença na região com a plantação de dendê, depois de adquirir, em 2011, o controle da produtora de óleo de palma Biopalma da Amazônia S.A., Reflorestamento Indústria

e Comércio, por US\$ 173,5 milhões. Como projeto da Biopalma há hoje seis polos de produção de biocombustível localizados no Vale do Acará e Baixo Tocantins;

d) Empresa Hydro: cujo nome jurídico Norsk Hydro ASA (abreviatura na Bolsa de Valores: NHY) é uma das maiores indústrias da Noruega, listada nas Bolsas de Valores de Oslo e de Londres com 2 bilhões e 69 milhões de ações emitidas²⁰. Hoje, está presente no território quilombola por ter assumido o projeto Mina Bauxita-Paragominas. Além disso, a Hydro possui sociedade de longa data com a Vale, na empresa Mineração Rio do Norte (MRN), que é:

[...] a maior produtora brasileira de bauxita, matéria-prima do alumínio. Uma empresa constituída por uma associação de empresas nacionais e estrangeiras que desde 1979 [e] opera em plena Amazônia, no oeste do estado do Pará (MRN, 2012).

A relação dos antigos ocupantes deste território com essas empresas se dá em três tempos distintos: 1º) Enquanto posseiros, na década de 1970/80, em conflito com a Reasa e Marborges – conflito hoje em estado latente²¹; 2º) década de 2000, em conflito com a Companhia Vale – momento de autoidentificação enquanto remanescentes de quilombos e; 3º) Desde 2010, em conflito latente com a Empresa Hydro.

Todas essas empresas contribuíram para compor o atual estado de coisas em que se encontra o território quilombola de Jambuaçu. No entanto, o recorte central está na análise da relação estabelecida entre a comunidade Santa Maria do Traquateua e a Empresa Marborges, devido à longevidade da presença desta empresa nos limites do território quilombola e a extensão das relações de conflitos até as relações de trabalho que são estabelecidas até hoje. Enfatizamos que esta escolha não exclui a exposição de considerações sobre a presença das demais empresas na localidade.

²⁰ “Os principais acionistas da Hydro são o Estado norueguês, com 34,3 por cento, a companhia de mineração sediada no Brasil, Vale, com 22 por cento, e o fundo de aposentadoria do governo da Noruega com 4,2 por cento. Entre outros acionistas majoritários encontram-se investidores institucionais, bancos e participantes do setor industrial na Noruega, EUA e no Reino Unido” (HYDRO, 2012a, s/p).

²¹ Entendido aqui como manifesto na forma de mobilização política: “os grupos marginalizados social ou politicamente se organizam para lutar por suas reivindicações e buscar saídas às relações assimétricas” (FERREIRA, 2003, p. 14).

3.3.2 Qual Estado nos interessa?

No jogo de poder no interior do campo do desenvolvimento, aqui o recorte que se faz sobre a participação do Estado é, sobretudo, quanto a sua posição de proponente de políticas públicas de desenvolvimento para a Amazônia, e como isto reflete sobre a gestão do território, considerando que a principal questão política no campo é a propriedade de terra (MARTINS, 1991, p. 13). Este recorte inclui a questão agrária e o financiamento de políticas de desenvolvimento para o meio rural.

Somente na década de 1960 os estudos sobre a questão agrária no Brasil conseguiram chamar a atenção, “e aconteceu não pelo desenvolvimento da ciência nas universidades [...] mas, sim, pela necessidade política e sociológica dos partidos políticos” (STEDILE, 2005, p. 2), dando origem a interpretações diversas. Antes desse período, as reflexões sobre os problemas agrários estavam contidas apenas no *corpus* dos estudos sobre história econômica, a exemplo das análises de Roberto Simonsen, classificado por Stedile (2005) como “um grande intelectual das elites industriais paulistas”.

Segundo Ianni (1979), a origem histórica da crise agrária que atinge a reprodução da vida do camponês está intimamente ligada tanto à formação quanto à expansão da empresa agropecuária e, “ao mesmo tempo, essa crise envolve a atuação do Estado, mais frequentemente em favor da formação e expansão da empresa agropecuária” (IANNI, 1979, p. 180), deslocando a questão da posse da terra para o domínio da mesma. Porém, segundo este autor, em condições especiais o Estado atua em “defesa do posseiro [mas] quando trata de transformá-lo em colono” (IANNI, 1979, p. 180). Diante desta compreensão, Ianni (1978, p. 180) pondera que o que se vê como questão central na luta pela terra é o antagonismo entre o campesinato e a empresa capitalista.

O processo de ocupação “recente da Amazônia tem sido a da sua ocupação por novos proprietários e a expulsão dos seus ocupantes tradicionais” (PINTO apud IANNI, 1979, p. 181), fala que é atualizada diariamente na Amazônia, quando os ocupantes tradicionais se veem obrigados a enfrentar interesses econômicos e políticos até então desconhecidos, e que ainda incidem nesta região pelo seu potencial de fronteira agrária e minerária.

De um momento para outro, ou de modo imperceptível, conforme o caso, a fazenda, a empresa, a pecuária, a agropecuária, a SUDAM, o INCRA e outras entidades tomam conta da sua vida, passam a dominar as condições econômicas e políticas da sua existência (IANNI, 1979, p. 82).

Martins (1991) chama a atenção para o fato de que “nem sempre a bandeira da reforma agrária é uma bandeira popular, que tenha por objetivo resolver os problemas da maioria do povo” (MARTINS, 1991, p. 23), além de ser um equívoco lutar pela reforma agrária na cidade e não no campo (MARTINS, 1991, p. 23), como o poder central insiste em fazer.

No início dos anos 1960 havia a disputa entre duas estratégias no plano do embate político. Uma nacional-industrialista, que era defendida pela esquerda e amplos seguimentos populares, predominando:

[...] empresas nacionais de pequeno e médio porte, a requerer para sua expansão, um mercado amplo de consumo de bens-salário [o que] exigia incondicionalmente uma reforma agrária que quebrasse a espinha dorsal do latifúndio improdutivo e criasse uma classe média rural e abastecesse eficientemente os mercados urbanos (COSTA, 1992, p 12).

A outra estratégia, capitaneada por setores politicamente conservadores, preconizava o crescimento assentado na concentração. Foram aqueles que “chegaram ao poder com o golpe militar de 1964” (COSTA, 1992, p 12).

[...] a proposta é de modernização pelo aprofundamento dos graus de concentração e internacionalização dos capitais nos ramos industriais voltados para a produção de bens de consumo duráveis – a serem absorvidas pela expansão de uma classe média urbana associada à industrialização –, pela concentração do capital financeiro como mediador do consumo e pela modernização do latifúndio em duplo sentido: como consumidor e como empresário (COSTA, 1992, p. 13).

As críticas voltadas às Leis e Políticas Públicas para o campo seriam regidas pela falta de vontade política do Estado, além do viés autoritário lhe atribuído. Para Martins (1991), antes de ser a inércia do Estado, o que pauta a atuação deste é o reconhecimento da propriedade capitalista como promotora do desenvolvimento, o que automaticamente nega outras formas de reprodução não capitalistas da produção no campo.

Esse favorecimento às grandes apropriações, inclusive como política de ocupação do território, calcado em incentivos fiscais à agropecuária e à agroindústria foi a escolha do Estado na gestão do território na Amazônia, traçando o destino da região quanto às suas questões agrárias.

[...] dos níveis de concentração e desnacionalização dos setores urbanos fundamentais: 628 empresas gigantes (584 agropecuárias e 44 agroindústrias), dispostas em média de 20.448 ha [com propriedade conjunta estimada em 12.000.000 ha], se fundaram, na Amazônia, de 1966 a 1985, para explorar agropecuária e agroindustrial, recebendo no conjunto em torno de US\$ 847,5 milhões de dólares de incentivos (cada empresa agropecuária teve incentivos em média de US\$ 1,2 e cada agroindústria de US\$ 4,9 milhões), entre elas, encontra-se um sem número de empresas estrangeiras, as maiores empresas do país de capital nacional, estrangeiro ou misto e as principais famílias latifundiárias do centro-sul do país (COSTA, 1992, p 13).

Na contramão desse processo, formas populares de organização são fomentadas, desde a própria sindicalização (pensada e executada de baixo para cima) a processos menos abrangentes, mas não menos eficazes, como as formas coletivas de viver a terra (MARTINS, 1991).

Essa realidade, teorizada a mais de meio século, é sentida diariamente pelo homem do campo enquanto o capital avança na contramão de sua forma tradicional de reprodução da vida. Há resistência, por parte do homem do campo, que se organiza dando origem às lutas sociais que hoje persistem, a exemplo do que se relata neste trabalho.

A presença do Estado pode ser lida sob muitos ângulos, uma vez que a sua intervenção na localidade estudada se dá em nível local, regional e nacional. No entanto, as instâncias de menor escala encontram-se submetidas aos interesses das instâncias maiores, reproduzindo de forma obrigatória ou de bom grado as determinações das instâncias de maior poder decisório. As competências de cada ente vão até o limite dos interesses nacionais, que objetivam o “desenvolvimento da nação”. Quando é este o discurso, quem manda mais e quem manda menos compartilham da mesma “crença”.

Diante destas considerações não se pode falar em ausência do Estado, sobretudo em áreas de conflito, mas na sua atuação perversa (RAVENA, 2014), ora pela omissão de suas responsabilidades, ora pela imposição de suas políticas. É este o Estado que está presente no nosso lócus de estudo.

4 AVANÇO DA ECONOMIA DO DENDÊ NO VALE DO TOCANTINS

Este capítulo contribui para a compreensão de como vêm se estruturando as relações em torno do fortalecimento da economia do dendê no Brasil, particularmente no estado do Pará. É neste contexto que a Empresa Marborges encontra sua força motriz, aquilo que a fortalece economicamente, e mesmo ao seu discurso enquanto promotora de desenvolvimento.

4.1 Da intervenção para o desenvolvimento

O slogan da política populista do ex-presidente do Brasil, Emílio Garrastazu Médici²², considerando a Amazônia como “terras sem homens para homens sem terra”, retrata muito bem o que se pensava sobre a região naquele contexto histórico, mas também representa muito do que se pensa até hoje. Tal posicionamento originou processos de colonização do pensamento e do território.

As mudanças no espaço amazônico possuem um caráter predominantemente exógeno, quando a cadência dessa mudança social indica a necessidade de que estes processos nasçam de dentro para fora (caráter endógeno) – o que possivelmente contemplaria suas demandas reais. Revisando as histórias oficiais e extraoficiais sobre os precursores dessas mudanças, há a preponderância da associação do Estado com a iniciativa privada, em diversas escalas (local, regional, nacional e internacional), para fins de exploração econômica.

Essa Amazônia²³ cujo imaginário se apresenta tão selvagem, já é urbana, com grandes centros, médias e pequenas cidades; é pós-moderna – quando isso significa fragmentação, deslocamento de perspectivas e globalização²⁴. É ainda inegavelmente rural – cercada por tradições que a modernidade ficou incumbida de superar; é dona de uma natureza ímpar, que passou de entrave ao progresso para possibilitadora deste. Está demasiadamente inserida no processo de Divisão

²² Governou o Brasil durante o regime militar (1969-1974).

²³ Quase se apercebe nos países desenvolvidos uma espécie de questionamento sobre o seu projeto de modernização, seu projeto civilizatório (GONÇALVES, 2005); e a Amazônia é, em última instância, a “escolhida” para a remissão de seus pecados.

²⁴ “Os processos de globalização constituem a continuidade do movimento de racionalização da sociedade moderna, verificando-se profundas mudanças na organização do sistema produtivo, na dinâmica de mercado e em espaços da vida e da cultura” (CASTRO, 2010, p. 3).

Internacional do Trabalho (DIT) e de internacionalização do capital, compartilhando as consequências positivas e negativas desses processos.

Esse meio rural amazônico é, por excelência, um espaço de conflitos provocados pelo ajuntamento de olhares diferentes sobre a natureza e o desenvolvimento. Há uma configuração histórica onde a heterogeneidade de agentes (tanto os antigos quanto aqueles que chegam diariamente) é responsável pela diversidade de visões sobre a região – conflitantes justamente pelas dessemelhanças de opiniões, perspectivas, discursos etc.

Com relação às leituras sobre a política econômica para a Amazônia, tem predominado o uso do conceito de ciclos, o que é criticado por Costa (2012).

Nessa abordagem, a análise de um período se organiza a partir da noção de que a economia, em geral, estrutura-se com base na produção de um produto fundamental ou de um conjunto de produtos entre si relacionados, e na relação respectiva com o mercado mundial (COSTA, 2012, p. 21).

Neste esquema interpretativo, seus ciclos estariam “organizados pelo que definiria o nexo principal entre a Colônia e a economia-mundo” (COSTA, 2012, p. 21): “ciclo das drogas do sertão”, de 1816, com a chegada dos portugueses à região, até meados do século XVIII, início da Regência de D. Pedro I (1750) e governo do Marquês de Pombal com a Companhia Geral do Grão-Pará e do Maranhão, em 1777. Estes processos teriam posto fim ao primeiro ciclo e inaugurado o “ciclo agrícola”, objetivando superar a política extrativa, porém teria sido encerrado no século XIX, com a economia do látex abrindo caminho para o “ciclo da borracha”, posto a cabo em 1912, diante do sucesso dos seringais na Ásia (COSTA, 2012).

Novos contornos econômicos e de políticas de desenvolvimento só serão vistos a partir do século XX:

[...] com o reavivar dos seringais pelos Acordos de Washington, em 1942, com a Constituição de 1946 e suas implicações regionais, o Plano de Valorização da Amazônia e sua superintendência, a SPVEA, em 1953, e com a Operação Amazônia do primeiro governo militar, em 1966 (COSTA, 2012, p. 21).

O fato é que a economia da Amazônia passou por grandes mudanças no período que concerne ao “ciclo da borracha”, que marca a cronologia entre 1860 e 1910, quando há a expansão e auge da exploração do látex e grande fluxo de

capital vindo dos investimentos maciços de recursos (regionais, nacionais e internacionais) nesta espécie.

A expansão do cultivo da borracha “ampliou também de modo significativo a base social da economia de exportação” (WEINSTEIN, 1993, p. 90) causada pelo grande contingente de migrantes para a região, que passaram a disputar espaço com os nativos, somando-se a este como mão de obra barata para trabalhar na exploração da borracha.

Nem todos, porém, participavam da generosidade dos anos de expansão. As vantagens que desfrutavam os vários segmentos da elite, como resultado da lucrativa atividade da borracha, raramente extravasavam para as classes trabalhadoras e para os pequenos produtores. Na verdade, o que aconteceu foi que a situação geral dos seringueiros na Amazônia parece ter-se deteriorado durante os anos de expansão, à medida que os seringalistas e os comerciantes buscavam febrilmente obter os lucros que o aumento da demanda e a subida dos preços permitiam prever [...]. A situação era ainda muito pior para a maioria dos recém-chegados do Nordeste [...] (WEINSTEIN, 1993, p. 91).

Nesse ínterim encontrava-se o nativo da região e suas práticas de subsistência para a produção e reprodução de seus modos de vida, nas dimensões materiais e culturais, e com o trabalho humano “ainda longe de ser ele próprio uma mercadoria” (LOUREIRO, 1992, p. 19).

O intervalo de 50 anos que permeia essa fase econômica e os anos 60 do século XX tem sido entendido, culturalmente, como constituindo uma fase de prolongada e penosa decadência. Esse entendimento traz embutido em si a ideia de que a exploração dos produtos da floresta corresponde a um ciclo econômico superado (LOUREIRO, 1992, p. 23).

De 1912 até 1945, período de crise da produção da borracha, houve grande empenho do governo federal e regional no sentido de dar novo fôlego a esta atividade, mas tanto o “Plano de Defesa da Borracha” (Decreto nº 2.453-A, de 5 de janeiro de 1912) quanto os “Acordos de Washington”, não sustentaram a economia da borracha.

Com a finalidade de auxiliar a economia local num momento de crescente concorrência internacional, o Plano de Defesa da Borracha não somente foi elaborado, como foi amplamente defendido pela Câmara dos Deputados e aprovado no governo do presidente Hermes da Fonseca (1910-1914). O plano que transpunha medidas apenas para o setor da borracha, tocando em questões como transporte, indústria, impostos, saúde e imigração, chegou a instituir uma Superintendência da Borracha. Entretanto, diferentemente do Plano de Defesa do Café, daquele projeto aprovado para apoiar a valorização econômica nortista, pouco saiu do papel. O resultado previsível e conhecido foi a crise da economia do látex, já na década de 1910, e a perda do papel da

produção amazônica no mercado internacional (FEITOSA; SAES, 2013, p. 139).

E assim seguia a gestão sobre a região amazônica, na contramão das políticas de desenvolvimento industrial pensadas para o “Sul” do país, que mesmo apoiando, a priori, sua produção em bases agricultáveis, conseguiu avanços em termos industriais e estruturais.

4.1.1 Políticas econômicas oficiais e implicações para o atual contexto amazônico

No ano de 1945, representantes da Amazônia no Congresso Nacional passaram a defender políticas de desenvolvimento mais eficazes para a região. A resposta mais concreta só saiu em 1953, quando aprovaram a criação do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA)²⁵ que, segundo Mahar (1979), foi “concebido em geral como um sistema de serviços e obras públicas destinado a desenvolver a produção agrícola, mineral e industrial e a elevar o bem-estar social e econômico da população” (MAHAR, 1979, p.15), mas problemas como a definição clara de metas e caráter abrangente das mesmas; desconhecimento da região em termos geográficos, socioeconômicos e quanto ao seu potencial, mais os problemas de custeio, acabaram por frustrar os planos e objetivos da SPVEA:

[...] na tentativa de apartar-se a esse *déficit* de receita, a SPVEA foi obrigada a criar um sistema de prioridades de despesas, política essa que foi danosa especialmente aos programas de educação, e agricultura, cujos orçamentos foram reduzidos em mais de 40% (MAHAR, 1979, p. 19).

Diante da magnitude de como foi pensado, os impactos desse plano foram minimizados, mas conseguiram alguns resultados, sobretudo no que tange ao financiamento de projetos econômicos.

Nova perspectiva de intervenção nasce com o Governo Militar, que aposta em mecanismos de planejamento regional, privilegiando o capital privado como parceiro. Um dos pontos altos deste período foi a reorganização do Banco de Créditos da Amazônia (BCA), destinado ao emprego de fundos especiais e incentivos fiscais de forma a atrair capital privado para a região.

²⁵ Na gestão presidencial de Eurico Gaspar Dutra, foi criado o Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) (Lei 1806/53), em 1948, no âmbito das medidas resultantes do Plano SALTE (iniciais de Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), também lançado por Dutra.

Tais ações faziam parte do que ficou conhecido como “Operação Amazônia”, que objetivava: “estabelecer ‘polos de desenvolvimento’ e grupos de populações estáveis e auto-suficientes (especialmente nas áreas de fronteira); estimular a migração [...] desenvolver a infraestrutura; e pesquisar o potencial de recursos naturais” (MAHAR, 1979, p. 22).

Já nos primeiros anos dos governos militares, a intervenção foi implementada a partir de um grande aparato institucional voltado à consecução de ações do Estado nacional para a região, medidas que em seu conjunto ficaram conhecidas como “Operação Amazônia” (MONTEIRO; COLEHO, 2004, p. 103).

A estrutura da SPVEA foi substituída pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) em 1966, criando também o Banco da Amazônia em substituição ao BCA, e com características diversas deste. Mesmo que esta fase de investimentos tenha trazido novas perspectivas para a região por volta da década de 1970, os resultados ainda eram poucos visíveis.

Até 1975 há, de certo modo, uma atuação mais efetiva do Governo Federal, com os planos de “Integração da Amazônia”, construindo estradas e assentamentos e, embora as atenções tenham se voltado para investimento na pecuária e mineração (com o apoio logístico do Projeto RADAM-Brasil²⁶, sobre a região amazônica), a ideia de substituição de importações pairava como pano de fundo. A infraestrutura que possibilitou diminuir o isolamento da região com o restante do país, sem dúvida, foi um dos resultados mais eficazes dessa intervenção.

Outra aposta de sucesso desta política desenvolvimentista foi a mineração, que conseguiu capitanear esforços do Estado em propiciar ao capital estrangeiro condições de instalar-se e explorar esta riqueza na região.

Com a descoberta de minérios na Amazônia (caulim, bauxita, ferro, cobre, ouro), especificamente no estado do Pará, vê-se a presença de grupos nacionais e

²⁶ “O projeto RADAM foi um esforço pioneiro do governo brasileiro na década de 1970 para a pesquisa de recursos naturais, sendo organizado pelo Ministério de Minas e Energia através do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), com recursos do Plano de Integração Nacional (PIN). Na época, o uso do radar de visada lateral (SLAR-Side-Lookingairborne Radar) representou um avanço tecnológico, pois sendo um sensor ativo, a imagem podia ser obtida tanto durante o dia como à noite e em condições de nebulosidade, devido às microondas penetrarem na maioria das nuvens. Em outubro de 1970, criou-se o Projeto RADAM (Radar na Amazônia), priorizando a coleta de dados sobre recursos minerais, solos, vegetação, uso da terra e cartografia da Amazônia e áreas adjacentes da região Nordeste. Em junho de 1971, iniciou-se o aerolevantamento. Devido aos bons resultados do projeto, em julho de 1975, o levantamento de radar foi expandido para o restante do território nacional, visando o mapeamento integrado dos recursos naturais e passando a ser denominado Projeto RADAMBRASIL” (<http://www.cprm.gov.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=796&sid=9>).

internacionais, bem como o próprio Estado na disputa pela exploração desses recursos. A extração do outro, neste contexto, possui especificidades por ser passível de pequena exploração. Desta economia resultaram sérios conflitos entre pequenos e grandes exploradores (o que perdura até os dias de hoje), a exemplo de Serra Pelada.

[...] até 1969, com exceção da exploração empresaria de manganês por uma empresa norte-americana na Serra do Navio, no Amapá, a exploração mineral era alternativa de pequenos produtores, ex-lavradores que perdiam suas terras e que exploravam o ouro e o diamante, produtos de elevado valor por unidade de peso e que, exatamente por isso, não demandavam infraestruturas complexas e pesadas. A partir de 1970 a exploração se volta para a produção de matérias-primas para fins industriais [...] (GONÇALVES, 2005, p. 45).

O período de 1968 a 1973 foi um período de rápido crescimento na economia brasileira, conhecido como a fase do “milagre”, cuja captação de capital estrangeiro e importação de bens de capital tiveram papel relevante. Em 1973, ocorreu o primeiro grande choque do petróleo, com graves consequências, mas o Estado brasileiro manteve o mesmo ritmo de investimentos com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) (1975/79). Foi um momento de revisão das práticas de exploração da Amazônia, inaugurando uma tendência mais empresarial dessa exploração.

Até julho de 1977, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia havia aprovado 336 projetos agropecuários, nos quais seriam investimentos 7 bilhões de cruzeiros. Dessa importância apenas 2 bilhões correspondiam a recursos próprios das empresas enquanto os restantes de 5 bilhões (mais de 70% do total) eram provenientes dos chamados incentivos fiscais (MARTINS, 1991, p. 46).

Ainda que a crise do petróleo tenha sido danosa para a economia, apostava-se na potencialização das fontes de energia. Na Amazônia, investia-se na extração de “bauxita, ferro, alumínio etc., [podendo contar] com o carvão vegetal oriundo de floresta nativa, com a hidroelétrica de Tucuruí e outras que seriam construídas em seguida àquela” (LOUREIRO, 1992, p. 315). Para os países desenvolvidos era um momento de especialização em atividades mais avançadas, como a microeletrônica.

Em 1979 ocorreu a segunda crise do petróleo, o que aprofundou a crise interna e fez aumentar a dívida externa do país. Ainda assim, o Estado manteve a parceria com capital estrangeiro, destacando os projetos de mineração na

Amazônia. A visão sobre o Projeto Grande Carajás, por exemplo, é que esta seria umas das grandes contribuições para os números de exportações.

A conjuntura mundial, aliada aos problemas internos do país, fez da década de 1980 um período tortuoso para a economia no Brasil.

É com base no quadro recessivo que caracterizou a crise e a década de 80 que se encontra um dos mais fortes elementos de explicação para o aumento das frentes garimpeiras para a Amazônia, fenômeno que se agudiza grandemente neste período, face à restrição das oportunidades de investimento e trabalho noutras regiões do Brasil (LOUREIRO, 1992, p. 318).

No estado do Pará, a concentração de novos empreendimentos mineralógicos se deu, sobretudo, nas décadas de 1970 e 1980, resultado dos planos do Governo Militar para inserir a região como complementaridade da base industrial do país, reforçando o endividamento do Estado Nacional para proporcionar a realização dos programas que viessem a convergir com tal perspectiva.

Mas a política de Estado para Amazônia, com vistas ao desenvolvimento, materializada em planos e programas, insistentemente a viu com vocação para fronteira agrícola:

[...] no I PDA (1972-75), fronteira agromineral no II PDA (1975-79), fronteira da biotecnologia, do ecoturismo no PDA (1992-1 950), fronteira do desenvolvimento sustentável no PDA (1994-97) ou ainda biodiversidade no Plano Amazônia Sustentável (PAS)(NAHUM e MALCHER, 2012),

Neste trabalho, a realidade analisada é reflexo desta forma de gestão do território amazônico.

Atualmente, a dinâmica da expansão do agronegócio e seus impactos socioambientais em diferentes sub-regiões da Amazônia ainda não são conhecidos de forma sistemática e bem fundamentada. Em particular, há uma carência de estudos sobre as tendências de expansão da atividade nas paisagens amazônicas, heterogêneas em função de características dos recursos naturais (solos, topografia, hidrologia, vegetação) e da ocupação humana (situação fundiária, populações locais, atividades produtivas, etc.) (SILVA; VENTURIERI; HOMMA, 2008, p. 178).

Os autores acima citados ressaltam a necessidade de estudos sobre a aplicação de tais políticas e seus reflexos na Amazônia para que, então, as mudanças necessárias sejam feitas. No entanto, o que constatamos a partir deste trabalho é que as *Commodities* ainda são alvo particular do interesse do Estado e

empresários, e afirmamos isso a partir da política de valorização da economia do dendê colocada na ordem do dia.

4.2 A economia do dendê

E se terá criado na Amazônia uma
nova fonte de divisas para o País
(SUDAM, 1968)

Elaeis guyanensis é o nome científico dado à palmeira popularmente conhecida como dendezeiro²⁷, cujo fruto é o dendê. Hoje, a aplicabilidade do óleo dendê é vasta, desde a indústria alimentar, produtos de limpeza, produtos farmacêuticos, cosméticos, “indústria siderúrgica, onde é empregado na fabricação de laminados de aço e de ferro branco” (SANTOS; D’ÁVILA, 1998, p. 3). Há ainda subprodutos com larga utilização, como “fibras, cachos vazios, casca das amêndoas, torta de palmiste e efluentes líquidos” (SANTOS; D’ÁVILA, 1998, p. 3).

Hoje, a maior produção de óleo de dendê do mundo está dividida entre dois países: Malásia e Indonésia, que no início do século XX desbancaram Zaire e Nigéria deste posto. É na Ásia, então, que se concentram os maiores produtores, mas também os maiores consumidores, China e Índia (ALMEIDA O.T. et al., 2005).

Segundo Alves (2011), esses países chegaram ao topo da produção mundial com custos altos de degradação de extensas áreas nativas, chamando a atenção de organismos internacionais e organizações não governamentais, que passaram a pressionar para o desenvolvimento de uma produção menos impactante e influenciar os compradores a boicotar a compra de produtos feitos nessas condições de degradação ambiental.

Refreada a expansão de dendê em algumas regiões do mundo, e acentuado o crescimento da demanda mundial por derivados do dendê, de 9% a.a, “impulsionada pelo crescimento populacional e incremento do consumo em alguns países emergentes na economia mundial” (ALMEIDA, O. T., et al., 2009, p. 75), superando o incremento da produção, 8,04% a.a., foi desencadeada forte pressão para expansão deste mercado, para onde as condições ideais de produção estão

²⁷ “O dendezeiro é a oleaginosa de maior produtividade conhecida no mundo, e a sua produção de cachos inicia-se no terceiro ano após o plantio das palmeiras no campo, estendendo-se por 25 anos e com ocupação ininterrupta da mão de obra durante o ano” (MULLER; FURLAN JUNIOR; CELESTINO FILHO, 2006, p. 22).

presentes. É uma demanda mundial que vem apresentando sérias implicações locais.

Estudos da EMBRAPA Amazônia Oriental apontam o Brasil como possuidor de condições excepcionais para expandir o cultivo do dendê, principalmente a região amazônica (70 milhões de hectares aptos) e no sul do estado da Bahia, tanto que hoje o país é o 3º maior produtor da América Latina. No Brasil, as produções comerciais estão nos estados da Bahia, Amapá e Pará, sendo este último o maior produtor nacional, com 53% da área cultivada, o que corresponde a 83% da produção de óleo de palma (IBGE, 2005 apud ALMEIDA et al., 2009).

A palma de dendê teria sido introduzida no Brasil pelas mãos dos negros africanos escravizados no século XVII, e disseminada por urubus. Da Bahia, para onde foram levadas as primeiras sementes, foram trazidas para a Amazônia brasileira no início da década de 1940, e “em 1951, também recebeu sementes de outras fontes, como a Estação Experimental de Yangambi, localizada no Congo Belga (ex-Zaire, atual República Democrática do Congo)” (EMBRAPA, 2006, p. 15), processo capitaneado pelo Instituto Agrônomo do Norte (IAN), que mais tarde foi sucedido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA Amazônia Oriental) – agência de pesquisa que hoje assume papel significativo na pesquisa para a qualificação dessa cultura.

4.2.1 O dendê no Pará

Depois do “boom do dendê” nas décadas de 1980 e 1990, e os incentivos dados pelo governo federal ao cultivo desta palma, o estado do Pará reassumiu, no governo de Almir Gabriel, os investimentos nesta monocultura como projeto de Estado (CRUZ, 2006), tornando-se o maior plantador e produtor de dendê do país.

A produção está concentrada no nordeste paraense e na Região Metropolitana, responsáveis por 100% da produção do estado, o que equivale aos 83% da produção nacional (ALMEIDA, O. T. et al., 2009).

O estado do Pará agrega tanto vantagens edafoclimáticas quando locacionais, quando comparado aos grandes centros produtores da Ásia.

A distância do porto de Belém até o centro portuário de Rotterdam, na Holanda, que abastece os países da União Europeia, é de aproximadamente 8.300 km, praticamente metade da distância do porto de

JOHOR BAHRU no sudeste asiático, que abriga os maiores centros produtores. Por outro lado, a produção regional pode ainda abastecer os mercados emergentes do continente americano, o MERCOSUL e o NAFTA. No entanto, há necessidade de dotar a região de uma infra-estrutura eficiente de transporte para fazer frente à competitividade do mercado internacional (SANTOS; D'ÁVILA, 1998, p. 3).

A economia do dendê no Pará possui momentos de valorização e outros de estabilidade negativa. Desde a década de 1960, com a SPVEA tomando a frente dos primeiros projetos de plantação de dendê, foi iniciada uma política com grandes investimentos, inclusive em pesquisa sobre melhoramento genético. Uma fase de transição marcada no ano de 1989, quando o Governo Federal pôs fim ao Centro Nacional de Pesquisa de Seringueira e Dendê (CNPDS), acarretando sérios prejuízos às pesquisas que estavam sendo desenvolvidas, lesando estudos sobre a cultura do dendê iniciados na década de 1940.

Um segundo momento que vai potencializar a economia do dendê na região, nasce, mais uma vez, com a aposta do Estado nesta *commoditie*, quando o Governo Federal, na gestão de Luís Inácio Lula da Silva, em 6 de dezembro de 2004, lança o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), objetivando “a implementação de forma sustentável, tanto técnica como econômica da produção e uso do biodiesel, com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional, via geração de emprego e renda” (MDA, 2013).²⁸

Durante a década de 1960 houve a aposta em uma “nova política oleífera”, considerando o contexto econômico de então, mas também político (de ocupar a Amazônia). A proposta do monocultivo do dendê se tornou uma política de Estado, “passando a fazer parte do pensamento dominante da época, como alternativa para ocupação e desenvolvimento da Amazônia” (CRUZ, 2006, p. 60). Em 1965, a SPVEA elaborou um projeto piloto de plantação de dendezeiro, considerando a economia do dendê como de interesse prioritário para o desenvolvimento regional (PANDOLFO, 1981). Este Projeto foi posto em funcionamento pela SUDAM (que sucedeu a SPEVEA).

O discurso dominante, então defendido pelo Estado, apresentava a monocultura do dendê como economicamente viável (pela demanda de mercado), ecologicamente viável (podendo ser plantada em áreas degradadas) e socialmente viável (pela quantidade de mão de obra que absorve), o que facilitava o acesso a

²⁸ O que é o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB)? Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/biodiesel/2286217>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

recursos para desenvolver essa atividade. Naquele momento, a SUDAM era a “responsável pela análise dos projetos e o BASA junto com o Banco do Brasil” (CRUZ, 2006, p. 60) dispunham de linhas de crédito (Quadro 1). Hoje vemos reproduzidos esses discursos.

Quadro 1: Linhas de financiamento para projetos de dendê nesta primeira fase.

Parte do Projeto	Fonte de recurso	Incentivos Fiscais/Creditícios
Agroindustrial	<ul style="list-style-type: none"> - POC - destinado a investimentos fixo e capital de giro; - FINAME - para equipamentos nacionais; - POLAMAZONIA - investimentos fixos; - IOF - Capital de giro e ativo fixo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Isenção de imposto de renda; - Isenção de ICMS; - Isenção de impostos e taxas sobre máquinas e equipamentos importados.
Parte rural	<ul style="list-style-type: none"> - Polamazônia - investimento fixo e custeio; - Programa Nacional de Fronteira Agrícola investimento fixo; - Fiset - reflorestamento. 	

Fonte: Organizado por Cruz, a partir de Silva (1980).

Com a “Plantação-Piloto Dendê/SUDAM”, a SUDAM (1968) chamou para si a responsabilidade de demonstrar o significado econômico desta cultura, já que a mentalidade agrícola da região, com populações rurais “aferradas” ao extrativismo florestal, não reconhecia essa importância, segundo a própria SUDAM. Este projeto foi firmado em parceria com o Institut de Recherches pour lês Huiles et Oléagineux (IRHO)²⁹, com sede na França, incumbido da responsabilidade técnica do projeto, enquanto a SPVEA, e depois a SUDAM, se responsabilizaria pelas questões administrativas e financeiras (PANDOLFO, 1981).

O primeiro cultivo em escala comercial (SANTOS; D’ÁVILA, 1998) visava a plantação de 1.500 ha de dendê, a construção de usina para processar o fruto e outras plantações satélites, somando mais 1.500 ha, próximo ao Núcleo-Piloto, e que seriam “conduzidas por pequenos agricultores locais, tecnicamente orientados e assistidos, visando compor um modelo desejável de valorização da mão de obra agrícola regional” (MULLER; FURLAN JUNIOR, 2001, p. 230).

²⁹ Atualmente Centre de Coopération International e en Recherche Agronomique pour Le Développement (Cirad).

Entre 1966 e 1967, a SUDAM iniciou o projeto³⁰, com “trabalhos de prospecção, desmatamento, queima, destocamento, terraplanagem e abertura de estradas (quatro km)” (SUDAM, 1968, p. 11).

Em 1968, a SUDAM comemorava a plantação de 300 ha de pés de dendê, dos 1.500 planejados para serem plantados por ela até 1971. Eram 40 mil “palmeirinhas” erguendo “seus caules, erectas e graciosas, buscando atingir o desenvolvimento pleno e a frutificação” (SUDAM, 1968, p. 4), para cumprir a função de produzir “óleo que o mercado mundial disputa para alimento das populações e necessidades das indústrias modernas” (SUDAM, 1968, p. 4). Entre os anos de 1969/70, foi iniciada a construção da fábrica de processamento do dendê, para entrar em funcionamento em 1971. “Visava-se, com esse esquema, entregar à iniciativa privada uma estrutura física inteiramente montada” (PANDOLFO, 1981, p. 2).

Por dificuldades orçamentárias, em 1972 a SUDAM foi compelida, por diretrizes do Ministério do Interior, a vender o projeto (PANDOLFO, 1981). Em licitação nacional, a empresa FIBROCO-Indústria e Comércio de Fibras Ltda. (do estado da Paraíba), subsidiária do grupo HWA Internacional (de Amsterdam), adquire o projeto. Neste momento, a iniciativa privada foi incorporada à exploração econômica do dendê, “fato que atribuiu maior dinâmica à atividade” (SANTOS; D’ÁVILA, 1998, p. 2), quando foi constituída a empresa Dendê do Pará Ltda. (DENPAL), transformada em Dendê do Pará S.A. (DENPASA), com projeto aprovado pela SUDAM, no qual esta tomava parte como acionista (PANDOLFO, 1981).

Em 1973, o Projeto de Plantações Satélites de Dendê foi incentivado por Eurico Pinheiro, secretário de agricultura do governo de Fernando Guilhon, projeto que se estende, em 1975, aos municípios Santa Izabel do Pará, Santo Antônio do Tauá, Benevides e Ananindeua, encabeçado pela Cooperativa Agrícola Mista Paraense (Cooparaense), que posteriormente constituiu a Companhia Dendê Norte Paraense (Codempa), ganhando independência da Denpasa (EMBRAPA, 2006).

³⁰ Neste contexto, Nigéria, Congo, Indonésia e Malásia eram os maiores exportadores de dendê. Malásia objetivava substituir a cultura da seringa e coqueiros pelo dendê e, na América Latina, Colômbia planejava atingir 24.000 ha de dendê plantado em 1970 e 60.000 ha em 1980 e Equador pretendia atingir 6.500 t de produção até 1968 e 15.000 t em 1980 (SUDAM, 1968).

Para a SUDAM, este “programa de desenvolvimento e industrialização do dendezeiro” na região amazônica traria grandes vantagens, por: 1) ser matéria-prima de demanda mundial crescente, logo, as exportações teriam saldo positivo e criação de divisas; 2) ter alta produtividade; 3) possuir necessidades climáticas que são típicas da região – “é um empreendimento praticamente monopolístico para a Amazônia”; e 4) traria “para as populações rurais, grande melhoria de condições de vida, concorrendo para nelas desenvolver a mudança de mentalidade do extrativismo para a agricultura organizada” (SUDAM, 1968, p. 7) – pensamento que move ainda as políticas de Estado para o dendê na região.

Assim, Pandolfo (1981), então diretora do Departamento de Recursos Naturais da SUDAM, escrevendo sobre “A cultura do dendê na Amazônia”, traduz o pensamento da instituição sobre a economia do dendê versus a economia rural tradicional da Amazônia:

A introdução de uma agroindústria, conduzida à base de tecnologia moderna, propiciará uma profunda mudança da mentalidade da população rural amazônica que, ainda hoje, continua arraigada à prática do extrativismo e das culturas de subsistência por métodos primitivos, características da lavoura itinerante, extremamente prejudicial à conservação dos solos [...]. Assim, a expansão do dendê [...] possibilitará o desenvolvimento da economia rural e contribuirá decisivamente para melhor uso da terra, na Amazônia (PANDOLFO, 1981, p. 34).

Novo impulso é dado pelo governo em 1980, quando foi lançado o Programa Nacional de Óleos Vegetais (PROOLEO), dentro da política energética, com a proposta de misturar dendê a óleo diesel – planos frustrados com a queda do preço dos combustíveis (ALVES, 2011, p. 23). Mas, foi durante a década de 1980 que as principais empresas de dendê formaram o cenário da economia do dendê no Estado, processo fortalecido pelo apoio dado pela SUDAM (ALVES, 2011).

Segundo a EMBRAPA, em 2006, a economia do dendê no Pará estava distribuída da seguinte forma: três grandes empresas, Agropalma³¹, Marborges e Yossam, que detinham posse de plantação própria e indústria de processamento de

³¹ “O Grupo Agropalma integra o Conglomerado Alfa, composto pelas empresas financeiras Banco Alfa, Banco Alfa de Investimentos, Financeira Alfa, Alfa Arrendamento Mercantil, Alfa Corretora de Câmbio e Valores Imobiliários e empresas não financeiras Águas Prata, Alfa Seguradora/Alfa Previdência e Vida, Hotéis Transamérica, C&C-Casa e Construção Instituto Alfa de Cultura, La Basque, Rádio Transamérica, Transhopping, Transamérica Ex por Center e TV Transamérica” (CRUZ, 2006 apud NAHUM; MALCHER, 2012, p. 5).

cachos de frutos frescos; a cooperativa Codenpa, com usina de processamento de cachos de associados; as associações Palmasa e Dentauá, com usinas de processamento e plantações próprias, recebendo também cachos de produtores associados e independentes; além de três módulos de assentamentos de pequenos produtores, cada um com 50 famílias (cada família com 10 a 12 ha de dendezal) ligadas à Agropalma. Este cenário mudou com a nova política nacional voltada ao incentivo da economia do dendê, que incentivou a entrada de grandes empresas no ramo, como a Petrobras e a VALE.

Para uma produção de qualidade, exige-se que o tempo de colheita e beneficiamento não exceda a 24 horas, o que obriga que haja proximidade entre a plantação e a indústria, então “essa característica da cultura faz com que a geração de renda e emprego se concentre na própria região do plantio” (MULLER; FURLAN JUNIOR, 2001, p. 263), perpetrando à economia do dendê uma característica peculiar, que é “o surgimento de grandes empreendimentos agroindustriais, compreendendo extensas áreas de cultivo integradas a plantas industriais de processamento primário” (MULLER; FURLAN JUNIOR, 2001, p. 263).

Apesar disto, há a distinção entre produtores de cachos (sistema de produção agrícola por “produtores independentes, produtores associados, produtores cooperados e grandes empresas”)³², e produtores de óleo (processamento industrial – usinas de beneficiamento ou usinas extratoras de óleo). Quanto a este segundo item, são extraídos dois tipos de óleo, “o da polpa ou óleo de palma e o da amêndoa ou óleo de palmiste”, utilizados na alimentação e na indústria. Algumas extraem somente o óleo da polpa do fruto ou da palma, ou somente o óleo de palmiste, assim como há aquelas que conseguem dar conta dos dois processos (EMBRAPA, 2006).

As usinas de processamento de cachos de dendê para extração de óleo de palma no Pará são: Grupo Agropalma, Marborges Agroindústria S.A., Agroindustrial Palmasa S.A., Companhia Dendê Norte Paraense (Codenpa), Dendê do Tauá Ltda. (Dentauá) e Indústria Yossan Ltda. (Yossan) [...]. As usinas de processamento de palmiste que estão em atividade no Pará são: Grupo Agropalma, Marborges Agroindústria S.A., Agroindustrial Palmasa S.A., Companhia Dendê Norte Paraense (Codenpa), Dendê do Tauá Ltda. (Dentauá) (EMBRAPA, 2006, p. 22).

Um grande aliado das conquistas para a economia do dendê no Brasil tem sido a EMBRAPA, parceira na busca de melhoramento genético da planta do

³² “A maior parte dos produtores de cachos de dendê, independentes, associados e cooperados, estão localizados nos municípios de Igarapé-Açu, Tomé-Açu, Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá” (EMBRAPA, 2006).

dendezeiro, atuando constantemente na produção científica de pesquisas que alimentam as discussões sobre as vantagens deste cultivo, apoiando a iniciativa privada nos argumentos junto ao Estado, na busca por incentivos.

No seminário internacional “Agronegócio do dendê: uma alternativa social, econômica e ambiental para o desenvolvimento sustentável da Amazônia”, realizado em 2000, envolvendo empresários e pesquisadores, foi produzida a “Carta de Belém”, a qual definia a *Agenda Única da Dendeicultura*, objetivando “nortear as estratégias das principais ações e as medidas prioritárias o intuito de eliminação definitiva dos gargalos do agronegócio da produção de óleo de palma no Brasil” (EMBRAPA, 2006, p. 18), definindo as seguintes propostas para todo o Brasil:

- 1) Criar no âmbito do Governo Federal um programa específico para incentivo ao desenvolvimento da dendeicultura.
- 2) Estabelecer linhas de crédito compatíveis com os riscos e capacidade de pagamento inerentes ao ciclo da cultura.
- 3) Considerar a cultura do dendezeiro como atividade de reflorestamento.
- 4) Elaborar o zoneamento agroecológico para o cultivo do dendezeiro nas principais regiões produtoras do País.
- 5) Estabelecer medidas capazes de estimular a participação dos agricultores familiares no processo produtivo do óleo de palma.
- 6) Incluir o cultivo do dendezeiro como uma atividade de compensação ecológica nas relações negociais que tratam do sequestro de carbono.
- 7) Aplicar os recursos para a pesquisa com a dendeicultura, ampliando as equipes de pesquisadores para solucionar os principais entraves tecnológicos da cultura, em especial da doença conhecida como amarelecimento fatal.
- 8) Criar um agressivo programa de capacitação técnica em todos os níveis do ensino (EMBRAPA, 2006, p. 19).

Para além das fronteiras, propunham:

- 1) Apoiar a elaboração, o financiamento e a execução de um projeto multinacional para a prevenção e controle da doença conhecida como Amarelecimento Fatal (AF)/Podridão da Flecha (PC) pelo Cirad/Burotrop e IICA/ProCitrópicos.
- 2) Apoiar a criação de uma rede Latino-Americana para o desenvolvimento da dendeicultura, encarregada de difundir informações sobre tecnologias, mercados e serviços entre os diversos segmentos da cadeia do agronegócio do dendê (EMBRAPA, 2006, p. 19).

São aspectos que mostram o potencial que os interessados no cultivo do dendê possuem. Ainda segundo a EMBRAPA (2006), em 2001, o novo documento chamado “Moção para os agentes financeiros” (FURLAN JÚNIOR et al., 2001 apud EMBRAPA, 2006) foi encaminhado aos principais agentes financeiros nacionais e, em 2002, produziram outra carta, agora para os principais órgãos ambientais do país,

mais o documento “O dendezeiro como planta de reflorestamento produtivo” (MÜLLER; FURLAN JÚNIOR, 2002 apud EMBRAPA, 2006), para em 2005 terem aprovado, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, o Projeto de Lei do Senado (PLS 110/2005), “apresentado pelo Senador Fernando de Souza Flexa Ribeiro, que altera a Lei 4.771, que institui o novo Código Florestal, para permitir a reposição florestal e a recomposição da reserva legal mediante o plantio de palmáceas em áreas alteradas” (EMBRAPA, 2006, p. 19). Neste mesmo ano, a matéria foi enviada para a Câmara dos Deputados para aprovação (BRASIL, 2006 apud EMBRAPA, 2006).

Em 2004, foi lançado o marco legal que instituiu o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB). O fato vai influenciar a política de incentivos à pesquisa de novas fontes oleaginosas e marca as condições legais para o uso do biocombustível na matriz energética do Brasil, regulamentada oficialmente pela Lei 11.097 (ALVES, 2011).

Outras políticas, planos e programas vão sendo criados para fortalecer este mercado, a exemplo de linhas de créditos específicas no Programa de Nacional de Fortalecimento e Agricultura Familiar (Pronaf), lançado em 2005; e linhas de crédito lançadas por bancos, como o Banco do Brasil e o banco da Amazônia para “produtores rurais (familiares e empresariais) até cooperativas agropecuárias e agroindústrias” (ALVES, 2011, p. 55).

Com o Zoneamento Agroecológico do Dendê, em 2010 definiram-se quais as áreas aptas ao cultivo no Brasil, delimitando um total de 31,8 milhões de ha (incluindo terras na Amazônia, Bahia e Rio de Janeiro), o que contraria dados vigentes até antes de 2010, que definiam uma área de 232,8 milhões de ha (MDA, 2010 apud ALVES, 2011). Uma vez estabelecido o marco legal, que inclusive proíbe plantação de dendê em áreas nativas, novas empresas como a Petrobras-Galp, ADM, Oleoplan, Biocapital e Biopalm começaram a ocupar áreas nessas regiões, isso já a partir de 2005, fazendo mudar a situação da Agropalma, que durante 25 anos foi a maior produtora de óleo de dendê do país (produzindo 80%).

Isso faz com que a Amazônia continue sendo vista como uma fronteira agrícola (LÉNA; OLIVEIRA, 1992; D’INCAO; OLIVEIRA, 1994; AUBERTIN, 1988; MARTINS, 1997 apud NAHUM; MALCHER, 2012), não diferindo do período que

chegaram os grandes projetos mineralógicos e energéticos (NAHUM; MALCHER, 2012).

A microrregião de Tomé-Açu

Os levantamentos sobre as condições de plantio do dendê, do total de 124.804.200 ha do território do estado do Pará, são mais 5.500.000 ha de área apta ao cultivo do dendê, considerando os aspectos edafoclimáticos,³³ contemplando as microrregiões de Almeirim, Portel, Furos de Breves, Arari, Belém, Castanhal, Bragantina, Cametá e Tomé-Açu (EMBRAPA, 2006 apud NAHUM; MALCHER, 2012).

Nosso recorte espacial se fecha mais um pouco quando começamos a tratar mais especificamente da microrregião de Tomé-Açu, localizada na mesorregião nordeste paraense. A microrregião de Tomé-Açu é formada pelos municípios de Acará, Concórdia do Pará, Tailândia, Tomé-Açu e Moju. Esta microrregião possui, hoje, o seu território como uma frente de expansão do dendê, iniciada a partir dos municípios de Moju, Acará e Tailândia, estendendo-se, mais recentemente, para os demais municípios da microrregião.

Os municípios de Acará, Tomé-Açu e Moju foram os que mais atraíram projetos agroindustriais em fins da década de 1970, passando a fazer parte de outro cenário, que incluiu sérios problemas fundiários, sobretudo os dois últimos municípios. Naquele momento, o município do Acará passava por graves problemas com a instalação da dendeicultora Denpasa (na divisa entre Acará e Moju) (SACRAMENTO, 1997, p. 41).

Duas empresas dominavam a cultura do dendê e produção de óleo nesta área: o Grupo Agropalma³⁴ e o Grupo Marborges Agroindústria S/A. O poderio da

³³ “[...] pluviometria regular, insolação constante, temperatura mínima e máxima, topografia plana, composição química e estrutura física do solo” (CRUZ, 2006, p. 45).

³⁴ “A Agropalma compreende no total: 107 mil hectares de terras; 39 mil hectares de palmeiras já plantadas; 1.600 km de estradas próprias; 05 indústrias de extração de óleo bruto; 01 terminal de exportação; 01 indústria de refino de óleo de palma e óleo de palmiste; 01 indústria de produção e acondicionamento de gorduras vegetais, creme vegetal e margarina; 04 laboratórios de controle da qualidade; geração própria de energia elétrica para o processo industrial; 04 estações para tratamento de água. Portanto, esse grupo constitui-se no precursor e principal vetor do agronegócio do dendê na microrregião de Tomé-Açu, por meio do qual a configuração territorial do lugar, bem como a dinâmica social, sobretudo do espaço rural são reorganizados à medida que a Agropalma usa o território como recurso para manutenção, expansão e diversificação da dendeicultura” (NAHUM e MALCHER, 2012).

Agropalma se deve à fusão de empresas e cooperativas do ramo. Um dos últimos processos resultou da junção de “cinco agroindústrias (CRAI, Agropalma, AGROPAR, Amapalma e CPA) e a Cia. Refinadora da Amazônia”, passando a compor o Grupo Agropalma. Este processo fez da Agropalma “o maior e mais moderno complexo agroindustrial de plantio de palma, produção e processamento de óleo de palma do país”. No ano de 2007, promove a reorganização societária “com vistas à obtenção de maior eficiência operacional e administrativa”. Foi quando apenas duas empresas congregam todas as outras extintas, a Agropalma S.A. e a Companhia Refinadora da Amazônia. Este processo possibilitou à Agropalma uma produção que a colocou como a maior produtora de óleo de dendê da América Latina, possibilitando o domínio do ciclo produtivo, produção de mudas e produção do óleo refinado, gorduras vegetais e margarinas (NAHUM; MALCHER, 2012).

4.3 A Marborges na rede de relações de produção do dendê

O Grupo Marborges, sobre o qual aproximamos mais a nossa análise, também nasce desse contexto mais geral de valorização da economia do dendê. Segundo Nahum e Malcher (2012), a sua formação foi capitaneada por empreendedores do Grupo Agropalma.

No ano de 1980, o Fundo de Investimentos Setoriais (FISSET) e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) aprovaram o projeto da Reflorestadora da Amazônia S.A. (REASA), que planejava o plantio de 3.000 ha de dendê, e ainda a instalação de usina de processamento do fruto. Este projeto foi implantado no município de Moju (Km-11,5 da estrada Moju-Acará, Rodovia PA-252), negócio que mais tarde passou para a gestão da Marborges Agroindústria S.A.– empresa que em 1992 conseguiu instalar usina de extração de óleo com capacidade para 9,0 t de cachos/hora (EMBRAPA, 2006).

Agropalma e Marborges dominavam o mercado nesta região até pouco antes da implantação da PNPB (2004). Esta segunda é bem mais modesta, possuindo 6,100 ha plantados, enquanto a Agropalma conta com 39 mil ha plantados.

A Marborges está localizada na margem direita da rodovia PA-252, que liga as cidades de Moju e Acará, distando a 56 km da sede do município de Acará. Fica

a aproximadamente 100 km em linha reta ao sul de Belém. Como afirma a própria empresa em seu site oficial, a principal atividade desenvolvida é a plantação de dendezeiros para a produção de óleo de dendê, investindo no “reflorestamento e no cultivo do açaizeiro” (MARBORGES, 2013, site oficial). Este reflorestamento está sendo testado com 29 espécies diferentes, incluindo plantas nativas como castanha-do-pará, mogno, pau-de-balsa, freijó e sumaúma.

Quanto ao quadro de empregos, a empresa informa que há em seu quadro 800 empregos diretos, estimando que contribui para a manutenção de 3.200 empregos indiretos (transportadores, comerciantes, trabalhadores autônomos etc.).

A Marborges possui convênio firmado “com duas grandes instituições de pesquisa – uma nacional, que é a EMBRAPA, representada pela EMBRAPA Amazônia Oriental, sediada em Belém do Pará, e a EMBRAPA Amazônia Ocidental, com sede em Manaus; e a outra, o CIRAD, com sede na França” (MARBORGES, 2013, site oficial). O interesse nestes convênios se assenta no tipo de serviço que estas instituições podem oferecer à Marborges, uma vez que “realizam diversas linhas de pesquisa em áreas da empresa voltadas principalmente para a nutrição, manejo de dendezais e uma linha de investigação destinada à identificação do agente causador do amarelecimento fatal do dendezeiro (doença mais importante), que na Marborges é pesquisada exclusivamente pela EMBRAPA” (MARBORGES, 2013, site oficial).

Nahum e Malcher (2012), em passagem pelo município de Moju, na altura do Km 9, percorrendo a Rodovia PA-150, descrevem a paisagem diante da entrada de novas empresas dendeicultoras na região. Vê-se:

[...] terras adquiridas em 2010 pelo Guanfeng Group, da província de Shandong, na China; no Km 34 [...] terras pertencentes à BIOVALE; no km 57 [...] plantações do Grupo Marborges e no km 75 [...] as da AMAPALMA S.A. Em Tailândia, passando pela PA-151, na altura do Km 74 (encontram-se) extensas plantações de dendê do Grupo AGROPALMA; no km 7,5 temos aquelas da Companhia Agroindustrial do Pará (AGROPAR) e as da CRAI AGROINDÚSTRIA S/A. No Acará, seguindo a PA-252 [...], na altura do km 50 [...] propriedades da Companhia Palmares da Amazônia (CPA). Por fim, em Concórdia do Pará, seguindo a PA-140, na altura do km 51 temos áreas da empresa BIOVALE (NAHUM; MALCHER, 2012).

Muito deste processo se deve aos discursos sobre vocação regional para cultivo de *commodities* (NAHUM; MALCHER, 2012), o que não é um discurso novo, e está assentado em aspectos mais gerais de valorização da grande propriedade em

detrimento das pequenas, “o que não reduz apenas a oportunidade de trabalho para lavradores e trabalhadores rurais – diminui também a oferta de alimentos no mercado urbano” (MARTINS, 1991, p. 39). A escassez crescente de farinha nos últimos dois anos é relatada tanto por agricultores quanto por estudiosos, e estaria vinculada à crescente inserção de terras no mercado do dendê.

A dinâmica territorial do espaço agrário na microrregião de Tomé-Açu impulsionada pela expansão da dendeicultura reproduz a concentração fundiária do desenvolvimento agroindustrial no campo, de que nos fala Fabrini (2010); fruto do mercado de terras, que expulsa o camponês, gerando uma série de mazelas que incidem diretamente no modo de vida dos mesmos, tanto nas comunidades rurais quanto nas zonas urbanas desses municípios (NAHUM; MALCHER, 2012, p. 11).

A Marborges possui, hoje, terras no município de Acará, Garrafão do Norte e Moju. Aqui nos interessa a sua atuação neste último município e a relação estabelecida com a comunidade de Santa Maria do Traquateua.

No ano de 2011, a empresa foi autuada por descumprimento de direitos trabalhistas básicos, assegurados pela legislação do trabalho. Naquele momento, foram lavrados 56 (cinquenta e seis) Autos de Infração (fls. 252/428 - CD) pelo Grupo de Fiscalização Móvel.

Dentre as queixas estavam a ausência de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), como capacetes, luvas, botas; infraestrutura básica, como banheiros, local para refeições e abrigo das chuvas; jornada de trabalho excessiva; a necessidade de percorrer longas distâncias de bicicleta (tanto no trajeto de casa para o trabalho, como a volta, incluindo o deslocamento no interior da plantação).

Mais recentemente, a ONG Repórter Brasil, em documento intitulado “Novos projetos reacendem debate sobre sustentabilidade do dendê na Amazônia”, cita a Marborges, insistindo que a mesma incorre em crimes trabalhistas, agregando-se a outros problemas sociais e ambientais. Acrescentamos os problemas fundiários, neste caso, com a Comunidade Remanescente de Quilombos de Santa Maria de Traquateua, que cita a Marborges como uma das responsáveis pela diminuição do seu território.

A empresa respondeu pontualmente³⁵ as acusações feitas pela Repórter Brasil, o que também foi publicado pelos denunciante.

³⁵ Ver resposta em: “Empresa Marborges contesta reportagem sobre dendê no PA”. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/agrocombustiveis/exibe.php?id=134>>. Acesso em: 17 jan. 2014.

5 GÊNESE DO CONFLITO E PROCESSO DE ETNOGÊNESE DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS

5.1 A gênese dos conflitos na localidade

Até meados da década de 1970, a economia do município de Moju estava composta por sistema agroflorestais com base na produção de mandioca, seringa, malva, e outros produtos agrícolas e da floresta, cuja exploração assentava-se essencialmente no trabalho familiar rural. Pequenos povoados enlaçados pela consanguinidade e solidariedade desenvolveram uma cultura que estendeu também suas redes de relações até a cidade de Belém, sobretudo pelas trocas econômicas.

No final da década de 1970, com 404 km de extensão, foi aberta a PA-150, (também conhecida como Rodovia Paulo Fonteles³⁶). De Moju a Marabá, esta estrada corta os municípios de Tailândia, Goianésia, Jacundá e Nova Ipixuna.

[...] construída para facilitar o escoamento da produção do sul, sudeste e nordeste do Pará para o mercado externo, através do porto de Vila do Conde, integrando todos os municípios por onde passa e adjacências, além de desenvolver o turismo interior do leste do Pará. À margem da rodovia PA-150 estão instalados grandes projetos do agronegócio, como plantações palmas de Dendê para produção de Biodiesel e derivados (SETRAN, 2013).

Também foi aberta a estrada PA-252, e chegaram projetos agroindustriais demandando mão de obra sazonal, a exemplo das plantações de dendê e de fazendas de pecuária, desencadeando mudanças desfavoráveis e ameaçadoras aos sistemas de uso comum dos recursos naturais então existentes na região.

Às margens dessas estradas, ramais e vicinais abertos desordenadamente, viu-se uma crescente devastação florestal e a explosão de conflitos agrários. Estas disputas por terra ao longo destas vias foram intensas e aumentaram “nas décadas seguintes, à medida que o modelo de desenvolvimento se estruturava” (LOUREIRO; PINTO, 2005, p. 79).

Castro (2005) assinala o papel estratégico da estrada para o mercado:

As estradas são importantes para diferentes segmentos sociais por razões diversas. Além de servir para escoar a produção – o que interessa ao pecuarista e ao pequeno produtor –, a estrada assume um papel estratégico na medida em que é decisiva para o avanço da fronteira e para a incorporação de novas áreas ao mercado de terras (CASTRO, 2005, p. 28).

³⁶ Em homenagem ao ex-deputado estadual Paulo Fonteles, assassinado por pistoleiros no ano 1987. Ele também era advogado de posseiros do Sul do Pará.

Quanto aos povoados mais antigos do município, estes estavam sobretudo “às margens dos rios Moju e seus afluentes, como o rio Jambuaçú, rio Ubá, rio Cairari e outros menores” (SACRAMENTO, 2007, p. 31), marcando essa característica da região amazônica, qual seja, a fixação de populações tradicionais ao longo dos cursos d’água (CASTRO, 2005).

Em se tratando do município de Moju, foi partir deste período que a violência no campo se intensificou, “especialmente nas regiões do Alto Moju, PA-150 e PA-252, inclusive com mortes de lideranças de agricultores e de um vereador local” (STEINBRENNER, 2006, p. 106; PEREIRA, 2007). Este tema será debatido mais adiante.

Tanto a PA-150, que liga Moju ao município de Tailândia, quanto a PA-252, que liga Moju ao município de Acará, cumpriram a função de atrair investimentos para a região, uma vez que mesmo sendo infraestrutura primária, a estrada possui papel essencial nos projetos de desenvolvimento econômico.

A nova configuração econômica e social nascida a partir deste contexto exigiu da população da região a busca pela organização social e emancipação política e, para isto, o campesinato amazônico contou com o apoio de muitos mediadores, como partidos políticos, Igreja Católica, Organizações não Governamentais etc. (ALMEIDA, 2010).

Esse processo de resistência a partir da Igreja Católica, capitaneado pelos signatários da Teologia da Libertação, associava o trabalho de evangelização com discussões críticas sobre a realidade daqueles que consideravam marginalizados (tanto no campo quanto na cidade). Essa nova forma de intervenção chegara até as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) –núcleos católicos que cada vez mais conseguiam acessar comunidades rurais. Em Moju, algumas CEBs possibilitaram a organização de oposição ao Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de então.

O STR de Moju foi criado em maio de 1971, e reconhecido pelo Ministério do Trabalho em 1973. Diante da inoperância provocada pelo golpe militar de 1964 até o processo de democratização do país, o que se viu foi a perda da autonomia destes espaços de articulação do trabalhador, transformados em mediadores para o Estado. Teve caráter diferente nos anos 1980, quando os sindicatos se transformam em espaços de disputas entre aqueles que defendiam as velhas estruturas de poder e aqueles já orientados por uma visão mais crítica sobre a atuação dos STRs. Em

Moju, na década de 1970, o STR acompanhou os sérios problemas agrários do município, no entanto sem maiores enfrentamentos, diferente do que se deu na década de 1980.

Dentre os nomes frequentemente citados como de importantes personagens nos fatos desencadeados em Moju, no que tange à atuação da Igreja Católica, em especial no território de Jambuaçu, um teve destaque: o padre italiano Sérgio Tonetto, que chegou a Moju em 1977, atuando na Paróquia do Divino Espírito Santo (onde permaneceu por quase 10 anos). Padre Tonetto faleceu no ano de 2007, por isso as falas que se seguem, testemunho da história, foram retiradas do rico trabalho “As almas da terra: a violência no campo paraense”, de Elias Sacramento (2007).

A partir de 1979, a oposição sindical, assim como o Padre Tonetto, participaram do 3º *Encontro de Lavradores do Baixo Tocantins*, importante momento de articulação frente aos conflitos que iriam enfrentar nos anos 1980. Sobre esses fatos, o Padre Tonetto comenta:

Esse episódio aqui dessa época foi uma das mais interessantes, inclusive coincidiu com uma época do estouro dos conflitos agrários do município de Moju, porque começaram a chegar ao longo da PA-252, naquela época ainda chamada PA-150, a Reasa, a Socôco e com a abertura da PA-150 as demais firmas, então isso aqui coincidiu justamente com esse processo de organização sindical [...] Agora, esse trabalho de organização sindical com relação justamente à organização em si dos trabalhadores e com essa avalanche do latifúndio no município ela foi sustentada e conseguida inclusive dentro da organização das Comunidades Eclesiais de Base e eu cansei de andar como Virgílio esse Alto Moju doido e Cairari, eu fazendo o meu trabalho no âmbito da Comunidade Eclesial de Base e o Virgílio fazendo o trabalho da organização sindical e assim por adiante (Pe Sérgio Tonetto, entrevista realizada em 26/02/2006 por Sacramento, 2007, p. 68).

Os conflitos estavam relacionados ao domínio sobre a terra e, por isso, envolviam tanto famílias recém-chegadas à região quanto aquelas cuja ocupação já era centenária; famílias que não possuíam título de terras, o que fragilizava suas disputas com empresários e fazendeiros; mas também famílias com títulos definitivos, que denunciavam grilagem em seus domínios – como é o caso de “280 famílias da região do Alto Moju, da localidade do Igarapé Arauai que estavam ameaçadas de expulsão pelo fazendeiro conhecido por Estefano” (SACRAMENTO, 2007, p. 93).

A movimentação entre os trabalhadores rurais na busca por organizar-se e criar melhores condições de enfrentar as situações de conflito tomavam a região do Baixo Tocantins, a exemplo do que ficou conhecido como *A Lei Anilzinho*. Reunidos

no *I Encontro Anilzinho*, realizado em Baião, em 1980, cujo tema era *Terra para quem trabalha nela*.

O movimento que aconteceu no município de Baião foi o primeiro no contexto da luta pela tomada do Sindicato dos trabalhadores Rurais pelos trabalhadores alinhados politicamente com o 'novo sindicalismo' (ALMEIDA, R., 2010, p. 295) .

Neste encontro, trabalhadores de diversos municípios da região, incluindo de Moju, compuseram um documento no qual definiam 12 leis, que correspondiam a práticas sociais que orientaram, por mais de uma década (SOUSA, 2000; SACRAMENTO, 2007), os lavradores sobre como proceder nas situações de conflitos. Esta forma de organização teve expressão em outras partes do país, como compara Martins (1989):

Canabrava, no Mato Grosso, onde os lavradores chegaram a escrever uma 'lei de terras', uma espécie de contrato coletivo da população camponesa local a respeito do uso comum da terra, (o que se repetiu) no povoado de Anilzinho, no Pará, e expande-se por meio das famosas "leis de terras" ou "lei Anilzinho" — uma "lei" popular para uso popular (MARTINS, 1989, p. 6).

O *I Encontro Anilzinho*, realizado pelos trabalhadores com a ajuda da Igreja Católica, estava centrado na defesa da terra. Mas, a partir do *II Encontro Anilzinho* (1981), voltou-se também para orientar o trabalhador rural contra o endividamento por financiamento bancário (SOUSA, 2000). Dizia a *Lei Anilzinho*:

Nós, camponeses da região Tocantina (Baião, Tucuruí, Marabá, Mocajuba, Cametá e Oeiras do Pará), reunidos dos dias 10 e 11 de julho de 1980, na comunidade de Anilzinho-Baião, em encontro que teve como tema: *terra para quem trabalha nela*, depois de termos analisados a realidade em que nos encontramos, grilagem mansa e violenta e as mais diversas formas de opressão cometidas pelas autoridades, deixando-se em completo abandono, resolvemos tomar as seguintes resoluções: 1. Resistir na terra; 2. A terra é da comunidade; 3. A terra é para trabalhar nela [...]; 4. Fazer demarcação da área sem esperar pelo Governo; 5. Defender a terra com armas, se for preciso, machado, terçado, espingarda, etc. reagir ao ataque da grilagem; 6. Comunicar e de denunciar as arbitrariedades às comunidades vizinhas [...] imprensa [...]; 7. Fazer oposição sindical e política. Trocar de delegado sindical pelego [...]; 8. [...] Criar comissão de terra; 9. Construir casa comunitária ou capela e exigir posto médico; 10. Organizar a comunidade através de trabalho coletivo; 11. Criar um fundo de manutenção dos encontros; 12. Lutar pela reforma agrária radical e imediata (Relatório do *I Encontro Anilzinho*, realizado em Anilzinho – Baião, 10 e 11 de julho de 1980 apud SOUSA, 2000, p. 148).

Dentre as agroindústrias que chegaram à região, como a “Sococo, a Crai³⁷, a Agromendes³⁸, a Denpasa” (SACRAMENTO, 2007, p. 99), para cultivar côco ou dendê, a REASA foi a que mais se destacou no que tange ao envolvimento em conflitos com agricultores em Moju (PEREIRA, 2007).

Para o Padre Tonetto, apesar da inserção conflituosa da REASA na localidade, foi difícil articular a resistência nas comunidades de Jambuaçu:

A gente acompanhava, inclusive, as comunidades do Jambuaçu e eu passava mais de mês no alto Moju e Cairari, mas eu passava semanas visitando as comunidades do Jambuaçu, São Manoel, São Bernardino, Santana do Alto, Trindade, Curuperé, enfim, um certo ponto, eu não me lembro exatamente quando, a gente se deu conta da presença dessa firma e o pessoal que vendia terra, e eu sentia que o pessoal não sabia como enfrentar essa coisa, e percebia, até por que dentro do município todo de Moju, na minha avaliação, a maior dificuldade teve de organizar os trabalhadores foi no Jambuaçu, e eu justifico por que o povo do Jambuaçu é mais tradicional, no sentido “arcaico”, então a organização sindical era mais complicada a ser enxertada, inclusive as Comunidades Eclesiais de Base do Jambuaçu eram mais fraquinhas do que as comunidades do Alto Moju. O conflito com a Reasa começou a se acirrar quando lembro por exemplo, queimaram algumas casas no ramal que naquela época era chamado de ramal da Reasa que ligava a PA-252 a vila Nossa senhora das Graças, onde hoje mora o Narciso, a dona Fuluca e assim por adiante. Se não tivéssemos começado pelo menos um processo de pelo menos resistir, esse povo já teria saído, e eu me lembro naquele dia como o seu pai, nós chamaram urgentemente, não lembro quem foi que veio avisar a gente, “corram logo lá no ramal da Reasa porque o negócio lá está feio”, não sabíamos como fazer pra chegar lá rápido, e olha a loucura, pegamos o barco da paróquias e descemos até a localidade de Juquiri, margem direita do rio Moju, fomos de pé do Juquiri ao ramal da Reasa, andamos um dia inteiro, chegamos lá era por volta das cinco e meia da tarde, o povo já estava reunido, eu me lembro a preocupação que a gente via no rosto desse pessoal, a tensão e o medo. Nós fizemos a reunião, o encaminhamento que fizemos, vamos denunciar em Belém, e nós fomos em Belém, juntamos uma equipe, a dona Fuluca tava, a filha dela tava, o Virgílio tava, [...], e nós fomos no governo do estado, naquela época quem era o Secretário lá era Romero Ximenes, nós apresentamos nossas queixas, depois eu não lembro se nós fomos ao ITERPA não, mas aqui nós fomos. O que é que deu isso, deu que a firma pelo menos parou um pouco, até porque o negócio apareceu na imprensa, isso. Eu lembro muito bem esse episódio (Pe. Sérgio Tonetto, entrevista realizada em 26/02/2006 por Sacramento, 2007, p. 68).

Aqueles que se dispunham a denunciar os processos de grilagem e pistolagem, até 1983 esbarravam na política assistencialista do STR de Moju, que não assumia as demandas dos lavradores. Diante desta situação, uma das saídas foi recorrer à imprensa para chamar a atenção sobre os conflitos.

³⁷ Companhia Real Agroindustrial.

³⁸ Mendes Júnior Agrícola do Pará S.A.

Quem leu o Jornal *A província do Pará* de 23 de junho de 1982 (CPT, 2007), recebeu notícias dos conflitos fundiários em Moju. O jornal informava que agricultores deste município haviam denunciado ao ITERPA, em Belém, as tensões na relação com o Grupo Serruya (de atuação no Alto Moju) e REASA (Reflorestamento Amazônia Sociedade Anônima). Denunciavam que as empresas, na busca por terra, estavam usando tanto meios legais “com apoio da política de incentivos fiscais”, quanto meios ilícitos, atacando “plantações e rebanhos dos agricultores” e utilizando pistoleiros para ameaçar os trabalhadores (FONSECA, 2011). A mesma reportagem denunciava também a conivência de agentes do Estado com esse processo, como um agrimensor do ITERPA que, durante o trabalho, tentava convencer agricultores a venderem suas terras para a empresa REASA (CPT, 2007).

Estes relatos marcam a publicização dos primeiros enfrentamentos que tiveram os moradores do território de Jambuaçu ao reivindicar o direito à terra, frente aos interesses do capital privado. No Baixo Moju, o Sr. Narciso dos Anjos Silva, umas das importantes lideranças atuantes em Jambuaçu nesses conflitos e naqueles que viriam a se desenrolar mais tarde com a Comanhia Vale, denunciava as ameaças vindas dos responsáveis pela REASA:

Eles foram ampliando o lote adquirido e vararam na linha do meu terreno. Quando me descuidei, metem trator na minha roça, jogaram limoeiro, abacateiro, açai...”. Já a senhora Florência Corrêa da Silva denunciou que os pistoleiros contratados pela firma Reasa estão perseguindo seu pai de 78 anos de idade, que mora no local desde que nasceu. Além disso, ela revelou ainda que, “eles estavam a caça do meu irmão porque ele não aceitou qualquer transação de venda”. Por sua vez o posseiro José Correia da Cunha apontou o tenente João Ferreira de Lima, da Aeronáutica, como grileiros da firma Reasa. “Ele comprou um pedaço de terra de 300 metros de frente e foi ampliando e chegou nas nossas terras. Já prometeu levar a Aeronáutica, o IBDF e já andou com um bando de pistoleiros da Reasa”. Todas essas denúncias foram apresentadas ao diretor do departamento fundiário do ITERPA, Pedro Marques, o qual prometeu aos posseiros tomar providências contra as firmas. “Sempre procuramos os órgãos competentes, mas ninguém deu bola. Nunca fomos atendidos”, reclamam os posseiros (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1982 apud CPT, 2007, s.p.).

O boletim informativo local *Lavrador é hora de levantar-se*, em junho de 1985, apresentava mais denúncias:

Logo abaixo da vila, na localidade Itero, existe um terreno de 1.400 metros de frente e 2.500 de fundo [...] Manoel Edvige, José Sarmento, Vicente [...] e a dona Rosa são os legítimos herdeiros. Acontece que a REASA, nunca satisfeita com aquilo que já tirou dos lavradores do Jambuaçu, colocou a pata nesta dita área, alegando que tinha sido vendida [...] os herdeiros e mais dez famílias, que ali encontraram amparo com o pessoal da comunidade, foram lá

exigir respeito para o que é deles (JORNAL LAVRADOR É HORA DE LEVANTAR-SE, 1985, s/p).

Segundo o relatório da CPT, mesmo diante da resistência dos moradores das comunidades, a REASA conseguiu se apropriar de quase 50% das terras reivindicadas pelos moradores do Território Quilombola de Jambuaçu, para implantar cultivo de palma (cerca de 20 mil hectares).

Em 4 de janeiro de 1984, o Jornal *O Liberal* publicou matéria sobre as tensões em Jambuaçu, retratando a denúncia do STR de Moju levada ao então Governador do Estado do Pará, Jader Barbalho, ao Secretário de Interior e Justiça, Itair Silva, e a outros representantes do poder público, solicitando intervenção e ajuda para lidar com a empresa REASA. Denunciavam as ameaças de morte; destruição de plantações e de casas, exemplificando com o caso do Sr. Durvalino, que depois de ter seu roçado queimado, quando denunciava o crime em Belém, quase teve sua casa queimada, o que veio a acontecer tempos depois. Denunciavam também a inércia do poder público do município de Moju diante do pedido de intervenção no caso.

Este conflito de terras não inovou na forma de se manifestar, seguindo algumas características específicas encontradas em outros casos, como o uso de “testas de ferro” ou “laranjas” para atuar na relação direta com as populações locais em processo de aliciamento. No caso da REASA, o nome de Edmilson Ribeiro Soares é citado frequentemente como um “testa de ferro”, ora exercendo papel de gerente, ora de capataz da empresa. Este mesmo homem foi eleito vereador pelo PDS em 1983, facilitando, desta forma, as articulações políticas para a empresa REASA. A cronologia dos fatos que antecederam a morte de Edmilson Ribeiro Soares demonstra os incessantes pedidos de ajuda ao Estado na intervenção dos conflitos.

Dia 4 de setembro de 1984, o STR de Moju recorreu à Secretaria de Segurança Pública do Estado, enviando relatório narrando fatos e acusando a polícia de Moju, citando um cabo da polícia chamado Edilson como facilitador da atuação dos grileiros da empresa REASA, fazendo referência também a Edmilson Ribeiro Soares como “comprador de terras” em nome da empresa. Segundo a CPT (2007), houve a garantia de afastamento do policial por parte do Secretário de Segurança. Neste mesmo dia, ainda teria havido conversa com o Governador do

Estado e o Presidente do ITERPA, resultando no compromisso de chamar os representantes da REASA para responderem às acusações.

No dia 5 de setembro, o Sr Deloriano (morador de uma comunidade clamada Ipitinga), voltando de Belém, onde havia ido denunciar a grilagem, “encontrou sua terra sendo desmatada com tratores protegidos por pistoleiros” (CPT, 2007, s/p).

No dia 6 de setembro, a tensão na área obrigou o Bispo da Diocese de Abaetetuba, D. Ângelo Frosi, que estava em Belém, a acionar o Governo do Estado e a Secretaria de Segurança e ITERPA, não obtendo resposta.

Dia 7 de setembro: ao perceberem o barulho de tratores da REASA em suas terras, os lavradores foram até o local. Segundo os mesmos, foram recebidos com disparos de armas de fogo efetuados por pistoleiros da empresa, comandados por Edmilson Ribeiro Soares. Em fuga, os lavradores contam que largaram suas armas no mato. Neste embate, Edmilson Ribeiro Soares acabou sendo morto. Acusados pelo crime, cerca de 40 e 45 lavradores das comunidades de Curuperé e Ipitinga afirmaram inocência, apresentando-se à justiça no dia 9 de setembro (CPT, 2007).

No ano de 1988, uma carta da Diocese de Abaetetuda ao então governador do Estado, Hélio Gueiros, apoiada por organizações religiosas e movimentos sociais, bem como pela Sociedade Paraense de Direitos Humanos, relata os mesmos fatos já denunciados desde 1984, sem ter sido tomada providência. Dentre as críticas, afirmavam ser:

[...] lamentável constatar a total desmoralização dos Poderes Públicos frente à opinião pública, quase que irremediavelmente reduzidos a bonecos nas mãos dos interesses transnacionais ou pessoais;

[...] lamentável constatar que as medidas tomadas após a Comissão de Moju recebida pelo Senhor Governador do Estado, além de não solucionar, agravaram ainda mais a situação com a presença de um novo contingente policial armado de rifle, pretendendo botar ordem no povo, quando sabemos que os conflitos, as mortes e o terror no campo são frutos de um sistema econômico vendido aos interesses da burguesia agrária (Carta Aberta, Arquivo CPT).

No dia 8 de janeiro de 1988, Moju foi palco de uma grande ação atribuída aos moradores de Jambuaçu, quando cerca de 80 a 100 homens com rostos pintados de preto e armados com espingardas tomaram o centro da cidade. Divididos em grupos, quebraram os dois únicos telefones (públicos) existentes, interditaram a balsa – essas ações tinham o sentido de evitar comunicação com outras localidades. Com o combustível adquirido no posto de gasolina e mercearia, dirigiram-se à casa de um

homem identificado como pistoleiro, chamado Claudomiro Barbosa, e depois à delegacia, atrás do delegado, a quem acusavam de conivência com a empresa. Os dois, avisados em tempo, não foram encontrados. Claudomiro Barbosa teve sua casa queimada, e parte da delegacia, depois de o preso libertos foi incendiada também (CPT, 2007; SACRAMENTO, 2007).

Segundo um dos participantes desta ação, a insatisfação maior era com o Claudomiro e mais “nove pistoleiros” que rondavam a localidade: “eu fui um dos companheiros, viemo 80 pessoa [...] descemos por aqui, com a cara cheia de carvão e tudo mais”, “fui o primeiro que deu o tiro no fio da ocorrência (comunicação) ali da Telepará, do telefone [...]” (Informante em entrevista feita por Sacramento, 2007).

Estes conflitos em Moju foram incessantemente denunciados pelos trabalhadores rurais, pela Igreja Católica, pelo STR de Moju, tanto ao Estado (instâncias municipais e estaduais) quando à sociedade (informando esta última através da imprensa). No entanto, o resultado mais grave desses conflitos, a morte de pessoas (PEREIRA, 2007), não pôde ser evitada.

Foi admitido por aqueles com quem conversamos durante os trabalhos de campo, que os conflitos de terra ocorridos na década de 1980 em Moju, qualificaram o discurso e a ação de agentes, tornando-os mais combativos na defesa de seus direitos.

Segundo Steinbrenner (2006), a avaliação quanto à atuação da sociedade civil em Moju, destaca as regiões da estrada PA-150 e de Jambuaçu como as que mais concentram entidades representativas, ambas representando 58% de um total de 74 organizações identificadas nas cinco regiões administrativas (Alto Moju, Jambuaçu, PA-150, Baixo Moju e PA-252). Para a autora, tal situação pode ser explicada pela maior proximidade com a sede do município, facilitando o acesso em busca de direitos e informações, e por estarem sob a influência de lideranças tradicionais.

Os agricultores organizados em diversas associações e no STR de Moju, desenvolveram maior capacidade de enfrentamento diante das ameaças à reprodução de seus modos de vida. No entanto, esta *expertise* tem sido colocada à prova nos últimos anos.

5.2 Os conflitos recentes no Território Quilombola de Jambuaçu

5.2.1 O Território Quilombola de Jambuaçu

O processo de resistência firmado pelas comunidades citadas neste trabalho “reflete um segmento camponês transformado em força social numa situação de antagonismo aberto com interesses de empresas” (ALMEIDA, 1998, p. 25), processo que acompanha os moradores dessas comunidades a algumas décadas, e que alimentam o *habitus*.

O que marca o tempo dos *conflitos recentes* expressos neste subtópico é o que se dá a partir do momento em que comunidades da região de Jambuaçu iniciam a busca pelos direitos dispostos no Art. 68, do *Ato das Disposições Constitucionais Transitórias* (ADCTs), que trata do direito de populações tradicionais aos seus territórios. Esse processo foi resultado da inter-relação estabelecida com diversos agentes, tanto os que mediarão o caminho para a sua autoidentificação enquanto remanescentes de quilombos, quanto aqueles que, orientados por objetivos econômicos, veem nesse processo um impedimento ao desenvolvimento da região.

Localizado a 15 km da cidade de Moju, o Território Quilombola de Jambuaçu, é composto por um conjunto de comunidades tituladas como remanescentes de quilombos, e nasceu a partir da mobilização de camponeses diante da situação de conflitos socioambientais. Pelo caráter diferenciado que possui, o homem do campo, enquanto ser social e político, só uma força de fora de seu mundo, “uma força que atinja por igual a todos [...] é que pode levá-los a se unirem [...]” (MARTINS, 1991, p. 17)³⁹; e esta força exógena é uma mediação que se dá pelo capital, afirma Martins (1991). Em nove anos, entre 2001 e 2009, acionado o direito disposto no Artigo 68 das ADCTs, das quinze comunidades que compõem o Território Quilombola, quatorze tiveram acesso à titulação definitiva e coletiva da terra historicamente ocupada (Quadro 2).

³⁹ “Tanto o lavrador do campo quanto o operário da fábrica são antagonizados e violentados pelo capital, mas de formas diferentes” (MARTINS, 1991, p. 17).

Quadro 2: Comunidades que compõem o Território Quilombola de Jambuaçu/Moju.

Comunidades	Associação/Data de fundação	Data de Titulação	Área(ha)
Santa Maria do Mirindeua	Associação da Comunidade Quilombola de Santa Maria do Mirindeua	23/8/2003	1.763,06
Santo Cristo	Associação Remanescente de Quilombo Santo Cristo	23/8/2003	1.767,04
Conceição do Mirindeua	Associação Remanescente de Quilombo Conceição de Mirindeua	20/11/2005	2.393,06
São Manoel	Associação Quilombola dos Agricultores de São Manoel	20/11/2005	1.293,18
Santa Maria do Traquateua	Associação Quilombola de Santa Maria do Traquateua	20/11/2005	833,3833
São Bernardino, Vila Nova, Nossa Senhora das Graças e Bom Jesus do Centro Ouro	Associação Remanescente de Quilombo Filhos de Zumbi	23/11/2006	5.243,14
Jacundaí	Associação Remanescente de Quilombo Oxalá de Jacundaí	23/11/2006	1.701,59
Ribeira do Jambuaçu	Associação Quilombola Oxossi da Comunidade Ribeira	2/12/2008	1.303,51
Santa Luzia do Traquateua	Associação Remanescente de Quilombo Santa Luzia do Traquateua	30/11/2009	342,3018
São Sebastião	Associação Remanescente de Quilombo São Sebastião	30/11/2009	962,0094
Santana do Baixo	Associação Remanescente de Quilombo Santa Ana do Baixo	30/11/2009	1551,1216
Santa Luzia do Poacê	Associação da Comunidade Remanescente de Quilombos de Santa Luzia do Bom Prazer	Em processo de Titulação	1.852,46

Fontes: ITERPA apud Fonseca (2011).

A afirmação da identidade étnica é alimentada pela afirmação da identidade política, “constituída gradativamente a partir de uma coesão social baseada no controle de um território em diferentes momentos históricos [constituindo-se] numa característica essencial do processo de luta” (ALMEIDA, 1998, p. 26).

A maior parte dos processos de titulação foi consolidada durante as relações de conflitos estabelecidas com a Empresa Vale, quando cinco comunidades (São Sebastião do 40, Santa Luzia do Traquateua, Santa Maria do Traquateua, Nossa Senhora das Graças e São Bernardino) foram atingidas diretamente pela implantação do projeto Bauxita Paragomonas, da antiga CVRD.

Sobre as últimas titulações, a CPT Guajarina defende que só “foram entregues pelo ITERPA após a consolidação do projeto Bauxita-Paragominas da CVRD” (CPT, 2007, p. 4), o que fez com que os moradores do território acreditassem que seus direitos pudessem ter sido usados como instrumento de

barganha por parte daqueles que concentravam o poder de decisão naquele momento de disputas.

O próprio Estado, a quem supostamente incumbe zelar pelos direitos fundamentais da pessoa, tem se envolvido, diretamente ou através de empresas públicas, em conflitos de terra [...] Raciocinando como capitalistas, no intuito de supostamente diminuir custos, os representantes do Estado nesses empreendimentos esquecem sempre que os lavradores dessas regiões (em conflito) não têm terra para negociar, mas para trabalhar (MARTINS, 1991, p. 48).

Como exposto no capítulo 4, a região no qual está inserido o município de Moju se tornou, ao longo dos anos, atrativa ao desenvolvimento de projetos agroindustriais. Com o impulso governamental dado à economia da palma de dendê, este se tornou um produto de referência para novos investimentos. Diante dos incentivos oferecidos pelo Estado, e pelo papel estratégico que os produtos derivados desta palma vêm assumindo em nível mundial, a pressão sobre as terras agricultáveis aumentou, provocando uma reorientação no uso da terra na região, e inaugurando novos processos marcados por conflitos originados a partir do interesse pela terra.

Acessar a terra em um país onde, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), “mais de 100 milhões de hectares [...] apresentam os mais variados problemas documentais” (TRECCANI, 2014, p. 2), sendo que 90 milhões estão na Amazônia, torna mais complexa a transferência de terras, sejam públicas ou particulares, com exceção das terras já tituladas como de quilombolas ou assentamentos, que são inalienáveis.

A pouca regulamentação sobre a implantação de projetos agroindustriais de dendê e a não observância das legislações ambientais vigentes tem contribuído para esses novos conflitos, como o caso da comunidade Dezenove de Maçaranduba, em processo de titulação enquanto remanescentes de quilombos, localizada no Alto Acará, quando um atentado “resultou na morte de 02 (dois) quilombolas e na tentativa de homicídio de outros 04 (quatro) integrantes da comunidade” (MPPA, 2013, s/p).

Segundo os quilombolas, as ameaças não partem da Empresa BIOVALE, mas sim de pessoas que querem vender suas terras para esta empresa que desenvolve no local atividades de plantação e extração de dendê por intermédio da BIOPALMA, e que a área é objeto de litígio que está sendo apreciado na Vara Agrária de Castanhal por intermédio do Processo conhecido como Fazenda São Jorge (MPPA, 2013, s/p).

A presença intensa de grandes plantações de dendê beirando roças de subsistência ainda é algo novo para muitas famílias de agricultores da região, mas o mesmo não pode ser dito sobre comunidades localizadas no território quilombola de Jambuaçu, que desde o fim da década de 1970 convivem com a presença do projeto de dendeicultura implantado pela Empresa REASA, hoje pertencente à Empresa Marborges.

Mais de duas décadas do auge dos conflitos com a REASA, ainda percebemos na fala dos moradores locais o sentimento de revolta pelo que se passou, pelo território perdido, pela angústia sofrida. Junto com o projeto de dendeicultura, a Marborges assumiu um conflito latente deixado como herança pela REASA. Mas, como disse uma das lideranças do território, “é o conflito que tem alimentado a resistência em permanecer nas terras e foi o conflito que impediu que a REASA tomasse conta de tudo, porque o povo resistiu” (Entrevista concedida em janeiro de 2013).

Durante as conversas com moradores do Território Quilombola de Jambuaçu, mapeando os agentes envolvidos nos conflitos ocorridos ao longo desses anos, podemos afirmar que se deram, sobretudo, na relação com empresas privadas. São agentes que compartilham da mesma forma de intervenção no espaço e mesma forma de relacionar-se com moradores locais, marcando o *habitus* específico deste agente.

5.2.2 O ressurgimento dos conflitos – a presença da empresa Vale na localidade

O Brasil se tornou um dos maiores fornecedores de minérios do mundo, estando a Empresa Vale à frente deste processo. Esta empresa foi criada em 1942, durante o governo de Getúlio Vargas, pelo Decreto Lei n. 4.352, então nomeada Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), e com estatuto de empresa estatal. Hoje, a Vale está presente em cinco continentes, listada entre as maiores empresas do ramo de minérios do mundo.

A CVRD nasceu das relações econômicas estabelecidas entre Brasil, Inglaterra e Estados Unidos. “No início do século XX, com a expansão da indústria siderúrgica na Europa, os países de capitalismo avançado estabeleceram estratégias para controlar os recursos minerais nos países não industrializados” (SOUSA, 2012), posicionamento que trouxe ao Brasil o investidor inglês chamado Murley Cotto, que

com informações privilegiadas adquiridas através do Serviço Geológico Brasileiro, volta a sua atenção para a região de Itabira, em Minas Gerais. Estimulado pela facilidade em adquirir terras no Brasil, Murley Cotto articula a formação do *Brazilian Hematite Syndicate*, além obter controle sobre a Cia. Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM).

Anos mais tarde, enfrentando problemas econômicos, os britânicos começam a perder a hegemonia de exploração do minério no Brasil para os Estados Unidos.

Murley Cotto repassa o controle sobre as terras, minas de Itabira e ferrovia para cartéis de capitais majoritariamente de origem norte-americana e britânica, que tinham como representante um estadunidense denominado Percival Farquhar [...] Problemas na realização dos investimentos levaram, em 1918, à venda das jazidas do Syndicate à British Ironmasters Dorman, Long & Co. Ltd., ao Lloyds Bank e ao Lord Inverforth, constituindo a Itabira Iron Ore Co. Ltd (O Observador Econômico e Financeiro, Ano XVII, p. 42 apud COELHO; RIO; MIRANDA, 2008, p.5 apud SOUSA, 2012, p. 32).

Percival Farquhar, no comando da Itabira Iron e outros projetos pelo Brasil (como a *Amazon Land Colonization Co.* e a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, na Amazônia), tornou-se uma pessoa influente no meio político, o que lhe conferiu vantagens junto aos governos de Epitácio Pessoa e de Washington Luís, “porém, a grande depressão de 1929 contribuiu para o enfraquecimento do poder de Farquhar, que tinha seus negócios regulados pela especulação” (LEAL, 1996, p.135 apud SOUSA, 2012, p. 34).

A reconfiguração política com a Revolução de 30, pela aprovação do Código de Minas e pela promulgação da Constituição de 1934, passam a definir que “o aproveitamento industrial das minas e jazidas passava a depender de concessão federal”, momento também que vai separar a propriedade do solo da propriedade do subsolo. Aos poucos, a legislação foi sendo modificada para que as perdas do Estado brasileiro fossem minoradas, até que em 1937, com a Constituição outorgada por Getúlio Vargas (Estado Novo), foi proibida a extração de minérios por estrangeiros (SOUSA, 2012).

Tendo como pano de fundo a Segunda Guerra Mundial, um acordo firmando entre Brasil, Grã-Bretanha e Estados Unidos, com soberania deste último, passou para a gestão do governo brasileiro o controle do projeto em Itabira e da Estrada de Ferro Vitória-Minas. Porém, limitado pelo “Acordo de Washington” (1942), o Brasil estava

obrigado a vender a estes dois parceiros toda a produção de minério, então a “CVRD [...] passa a ser, quando surge, a verdadeira companhia nacional do ramo mineiro, e, ainda, em caráter de empresa pública” (LEAL, 1988, p. 144).

A relação de dependência criada entre a estatal, os Estados Unidos e a Inglaterra, imputando-lhe obrigatoriamente de exportação para estes países, além do vínculo econômico através do *Eximbank – Export-Import Bank*, a quem, por força do contrato firmando, a CVRD deveria recorrer na busca de empréstimos, só foi quebrada com a reeleição de Getúlio Vargas a presidente, quando destacou uma diretoria brasileira à empresa (SANTOS, 2009 apud SOUSA, 2012).

A partir da década de 1950, a CVRD expande suas relações comerciais a outros mercados (europeus e ao Japão).

Após 1964, a produção cresceu, a partir da aplicação do Plano Decenal e das mudanças na legislação. Cresceu a produção mineral e consolidou-se a participação do capital estrangeiro no setor, facilitando o acesso aos minerais dos quais os países desenvolvidos eram dependentes. A balança comercial brasileira tornou-se superavitária (SOUSA, 2012, p. 44).

Esses novos ares econômicos possibilitaram mais inovação tecnológica nos processos de extração de minérios, transformação e pesquisa, o que tornou a CVRD, nas décadas de 1970 e 1980, a maior exportadora de minério de ferro do mundo, posto que viria a manter pela descoberta, na década de 1970, da jazida de minério de ferro na Serra de Carajás, no sul do estado do Pará, com reserva então estimada em 18 bilhões de toneladas de ferro (LEAL, 1988; SOUSA, 2012).

Enquanto empresa pública, a CVRD recebia do Estado o aparato necessário ao seu crescimento. Dada a política desenvolvimentista do Governo Militar associada à política integracionista para a Amazônia, a CVRD teve caminho aberto para desenvolver suas atividades na região Norte.

Todo um aparato institucional, incluindo a SUDAM e BASA, foi montado para dar apoio à política de ocupação da Amazônia. Foi criado, em 1974, o Polamazônia. Carajás, Trombetas e Amapá integravam esse programa. Nos anos 1970 foi iniciada a exploração mineral no Rio Trombetas e em 1980 entrou em fase de execução o Projeto Grande Carajás. Já em 1985 foi concluída a primeira fase da Albrás e a segunda fase, em 1991 (CASTRO, 1996; MONTEIRO, 2005 apud SOUSA, 2012, p. 48).

Na forma da lei, todo o movimento feito durante o governo de Getúlio Vargas foi desfeito com a reforma constitucional de 1995, que alterou, dentre outros pontos, os *Princípios Gerais das Atividades Econômicas*:

Essa mudança legal constitui uma peça-chave na constituição do novo regime de acumulação e modo de regulação e no processo de privatização da companhia Vale do Rio Doce, pois pela Constituição de 1988 empresas estrangeiras não poderiam acessar o subsolo brasileiro, o que inviabilizaria o leilão da referida empresa num ambiente de abertura econômica (SOUSA, 2012, p. 48).

A consolidação da privatização da CVRD se deu em 1997, pelo valor de três bilhões e trinta e quatro milhões de dólares, em um processo até hoje questionado.

Até 1990, no Pará, as indústrias de extração e transformação mineral estavam concentradas no entorno da Província de Carajás; em Oriximiná, no rio Trombetas e em Barcarena. Mas com “a flexibilidade que a empresa ganha com a privatização somada às mudanças legais que ocorreram no Brasil” (SOUSA, 2012, p. 176), impulsionam o “crescimento, diversificação e expansão geográfica da atividade de extração mineral no Pará, no Brasil e no mundo”, aumentando a participação da empresa na composição do PIB do Pará e do Brasil etc.

Os números que expressam o lucro da Vale são impressionantes, mas grande parte de sua competitividade se deve ao apoio que recebe do Estado. O posicionamento deste “pró-desenvolvimento”, a pressão global por minérios e o aumento da competitividade em nível mundial traz sérias consequências em âmbito local, provocando “o acirramento das estratégias de apropriação de terras e de recursos por empresas nacionais e internacionais, tendo em vista investimentos imediatos ou reserva de nichos de mercado” (CASTRO, 2012, p. 55).

Localizando nossa discussão, aqui exemplificamos a afirmação acima, no que tange às consequências da intervenção de um grande projeto mineralógico em nível local e a não observância de direitos de comunidades locais.

A relação da Empresa Vale com o Território Quilombola de Jambuaçu

Em se tratando de projetos que incidam sobre ajuntamentos humanos protegidos por legislação específica, como o Art 68 do ADCTs e a Convenção 169, da OIT, há procedimentos que precisam ser observados. Mas, mesmo que a existência desses direitos já some algumas décadas, são inúmeros os casos de conflitos relatados quanto à sobreposição de interesses privados, ou mesmo do próprio Estado, com prejuízos aos direitos de comunidades tradicionais.

Dos conflitos mais intensos ocorridos em Moju na década de 1980, como narrado no início deste capítulo, a região conhecida como Jambuaçu teve outra década de tensas relações. Eram novos agentes e velhas práticas fazendo emergir novos conflitos sobre velhos problemas.

As comunidades que compõem o território quilombola de Jambuaçu, em sua maioria, estavam em processo de titulação ou autorreconhecimento quando a Empresa Vale iniciou as atividades no território (CPT, 2007).

O ano de 2004 ficou marcado na memória dos moradores de Jambuaçu, quando cinco das quinze comunidades que compõem o atual Território Quilombola de Jambuaçu foram afetadas diretamente⁴⁰ pelo Projeto Bauxita Paragominas, da então Companhia de Mineração Vale do Rio Doce (CVRD) (FONSECA, 2011), com o início da execução de umas das fases do projeto, Platô Miltônia 3 (que faz parte de um Projeto maior chamado Alumina Brasil China-ABC).

O beneficiamento da bauxita retirada de Paragominas tem como uma das etapas o transporte do minério através de três minerodutos (com 244 km de extensão, na forma de polpa⁴¹), passando por sete municípios paraenses: Paragominas, Ipixuna do Pará, Tomé-Açu, Acará, Moju, Abaetetuba e Barcarena. Neste último, está localizada a Alunorte Alumina Norte do Brasil (refinaria vendida pela Vale à Empresa Hydro).

Compõe ainda este projeto uma linha de transmissão de energia elétrica de 230 KV para dar suporte ao projeto. Uma das áreas pelas quais passam o mineoroduto e o linhão de energia é o município de Moju, onde se localiza o Território Quilombola de Jambuaçu. Segundo relatos de moradores desta localidade, a linha de transmissão não teria sido referida pela Vale quando iniciou as negociações com os moradores, fato que se constituiu num impasse que resultou em um dos momentos mais tensos do conflito, que foi a derrubada de uma das torres de energia levantadas no território.

⁴⁰ A degradação ambiental e a quebra do acordo por parte da empresa são os grandes motivadores das desavenças.

⁴¹ A polpa bombeada conterá cerca de 50 % de minério moído, sendo 95% do material abaixo de 65 mesh e 50% de água. “A unidade de medida para granulometria é o ‘MESH’, que tem sua origem definida na malha de peneiras [...]. O n.º Mesh define o tamanho do grão. A medição do grão envolve ainda a definição de sua uniformidade” (Disponível em: <http://www.transportedegraneis.ufba.br/Apostila/CAP3_CaracMateriais.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2013).

A Província Bauxitífera encontrada em Paragominas é a terceira maior do mundo. Ela ocupa uma área aproximada de 50.000 km² entre o leste do estado do Pará e o oeste do estado do Maranhão, compondo o “mais extenso e denso agrupamento de depósitos de bauxita da Amazônia e do Brasil” (KOTSCHOUBEY et al., 2005, p. 691 apud AMORIM, 2010). A capacidade de produção é de 9,9 milhões de toneladas/ano (podendo aumentar para 15 milhões de toneladas com a consolidação do projeto CAP (Companhia de Alumínio do Pará). Essa reserva de bauxita é o dobro das reservas localizadas na região do Trombetas (que, mesmo já apresentando limites, atualmente abastece grande parte da produção da Alunorte) (VALE, 2012).

Quando os moradores do território de Jambuaçu são questionados sobre a chegada do Projeto Bauxita Paragominas na localidade, referem que a forma como a Vale os abordou foi calçada em má fé, uma vez que o então desconhecimento de direitos e das possíveis consequências da implantação do projeto resultou na assinatura de documentos, por parte dos agricultores, nos quais afirmavam aceitar a constituição de servidão sobre parte de suas terras. Caso de documento assinado pelo representante quilombola Marinho Corrêa da Silva, morador da Comunidade de Santa Maria, que possibilitou à VALE a servidão de uma faixa de 80 m⁴² de largura por 286.36 m de comprimento de sua terra, no valor:

[...] certo, total e único de R\$ 2.000 (Dois mil reais) [...] concedendo à CVDR a mais plena, rasa, geral, irrevogável e irretroatável quitação do referido pagamento, declarando nada a mais ter a receber ou a reclamar a nenhum título ou pretexto, no presente ou no futuro, em juízo ou fora dele, renunciando, desde já, a pleitear em juízo ou fora dele, a qualquer direito ou obrigação advindas do presente instrumento (CPT, 2007, s/p).

Contratos como este possibilitaram à empresa o imediato início dos trabalhos de implantação do projeto, sem maior culpabilidade, podendo inclusive passar a terceiros a responsabilidade sobre as áreas, tendo o outorgante que aceitar essas medidas, assim como os seus descendentes, como previa o contrato. Quanto aos moradores, uma vez assinado o documento, teriam que se abster “de realizar queimadas, de efetuar plantio de cana e de vegetação acima de cinco (05) metros de altura na faixa serviente” (CPT, 2007, s/p), para não causar nenhum tipo de obstrução parcial ou total à utilização da área que consta no acordo assinado.

⁴² Esses 80 m acabaram se convertendo em 100 m, faixa de segurança dessa linha de transmissão.

Na Cláusula sexta deste mesmo documento, afirma-se o poder da CVRD sobre os outorgantes para:

[...] agir em seu nome perante terceiros, entes ou órgãos públicos, cartórios etc., com finalidade de representá-los [...] outorgando poderes a CVRD e seus procuradores para assinatura de escritura pública de constituição de servidão [...] bem como responderão os OUTORGANTES por perdas e danos relativos a qualquer atraso e/ou óbice aos trabalhos de construção da linha de transmissão (CPT, 2007, s/p).

A partir de 2005 houve uma articulação mais consolidada entre os moradores do território de Jambuaçu, que buscaram estabelecer diálogo com a VALE. Em um dos ofícios, datado de 25 de maio de 2005, representantes quilombolas, com o apoio do STR do município de Moju, da CPT e Programa Raízes, entraram em contato com a Vale:

[...] no sentido de solicitar a paralisação das obras de construção de um mineroduto [...] uma vez que o mesmo irá causar impacto ambiental e social na região de Jambuaçu e principalmente nas Comunidades Remanescentes de Quilombos de Santa Maria do Traquateua Centro Ouro e Nossa Senhora das Graças (Ofício n. 03/05).

A organização das comunidades e o apoio de entidades diversas possibilitaram o reconhecimento estratégico por parte da empresa, de que respostas eram necessárias, como aquela dada em 27 de junho de 2005, quando a VALE, dirigindo-se às Comunidades Quilombolas e às entidades que então as apoiava, informou sobre o compromisso que a empresa possui com “as questões sociais e ambientais nas áreas de influência de seus empreendimentos”, e que o Projeto Bauxita Paragominas já havia sido submetido às audiências públicas, possuindo Estudos de Impactos Ambientais (EIA) aprovado de forma unânime pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA), processos que permitiram a emissão da Licença Prévia e Licença de Instalação emitidas pela Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM)⁴³ – documentos que constituem atestado sobre a “legalidade” do projeto. No mesmo ofício, a Vale mostra-se disposta ao diálogo, o que na prática resultou em encontros posteriores, novas quebras de obrigações por parte da empresa e a continuidade do projeto e do conflito.

⁴³ Atual Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA).

Meses mais tarde, no dia 22 de fevereiro de 2006, conforme relatado no Dossiê da CPT, chegou-se a um dos momentos extremos do conflito com a empresa, quando técnicos da Vale e da SECTAM foram mantidos reféns pelos quilombolas, em uma tentativa de forçar o diálogo com a Empresa, para que fossem cumpridas as condicionantes então previstas, e ainda discutir sobre a passagem da terceira tubulação (PEREIRA, 2008). Estiveram presentes nesta ocasião o prefeito de Moju e o representante da Secretaria de Educação do município, por exigência dos quilombolas. Depois de horas de negociações, refere o documento, foi assinado acordo entre a Vale, os Quilombolas de Jambuaçu, a Prefeitura Municipal de Moju e o Estado (Programa Raízes e SECTAM), com interveniência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Moju e da CPT.

Naquele momento, o Estado se comprometeu em assegurar às Comunidades Quilombolas o direito à terra suficiente para a reprodução de seu modo de vida, bem como a titulação das demais comunidades ainda não tituladas no território. Competia à Vale o início imediato da pavimentação de 33 km de estradas vicinais destruídas pela passagem do maquinário da empresa; repasse dos recursos referentes à construção da Casa Familiar Rural (CFR), bem como dar andamento à construção do Posto de Saúde Familiar e treinamento aos agentes de saúde (reivindicações que deveriam ser efetivadas em conjunto com a prefeitura de Moju, como parte de sua competência firmada no termo).

Um ano mais tarde, durante o acompanhamento de reunião realizada nos dias 5, 6 e 7 de fevereiro de 2007, no Colégio Sagrada Família (Ananindeua/PA), foi possível perceber como cada um desses agentes estava conduzindo os seus compromissos. Este encontro foi mais um momento tenso, com o projeto em andamento e as comunidades acusando a empresa por problemas ambientais como o assoreamento de rios, o desaparecimento de peixes, a derrubada de castanheiras e outros impactos, como as consequências da perda de terra para a segurança alimentar e geração de renda às famílias (PEREIRA, 2008). Mais uma vez, segundo fala do Padre Tonetto, “o conflito entre as 674 famílias quilombolas do Território do Jambuaçu/Moju-PA e a Vale do Rio Doce” teria, por aquele momento, ficado em suspenso, com novo Termo de Compromisso assinado pelas partes. Durante esses dias de negociação, participaram “dois representantes do Governo do Estado (Executivo e ITERPA), o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

(CNBB) Norte II, e a Comissão Pastoral da Terra Regional e Guajarina” (Informações colhidas em trabalho de campo, 2007).

Algumas importantes reivindicações das comunidades foram efetivadas, como a construção da Casa Familiar Rural (CFR), sediada na comunidade Nossa Senhora das Graças (que não tardou a passar por dificuldades, tanto de gestão quanto de manutenção).

Um Posto de Saúde também foi construído, porém passa pelas mesmas dificuldades que a saúde pública de modo geral, atendendo aquém das necessidades dos moradores do território quilombola, que dividem essa assistência com moradores de comunidades vizinhas, não quilombolas. Segundo informações colhidas no início de 2013, à exceção do técnico em enfermagem, tanto o clínico geral quanto o dentista designados para trabalhar no OS, não cumpriam o horário de trabalho.

A forma como foi valorado o território, a roça, as castanheiras, os animais, causou indignação nos moradores de todas as comunidades, uma vez que defendiam o posicionamento de serem vistos enquanto território, ao contrário da estratégia da empresa, que insistia em considerar, para efeito de cumprimento de algumas condicionantes, as famílias atingidas, e não as comunidades ou mesmo o conjunto destas.

Desde as primeiras abordagens, a empresa procurou cada família individualmente para compensá-las pelo seu quintal perdido, roça destruída, castanheira derrubada, oferecendo os valores calculados pela empresa. Desta forma, apenas 58 famílias, de um universo de pouco mais de 700, receberam dois salários mínimos mensais para custear suas necessidades, até que a empresa implantasse o projeto de geração de renda previsto como condicionante. Há um estudo sobre as potencialidades e viabilidade econômica do território, realizado pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), sobre o qual a empresa questiona os valores calculados, mantendo a proposta engavetada.

A lógica de compensação financeira é indenizar apenas as famílias “atingidas diretamente”, apesar dos relatos que afirmam existir “famílias que não recebem recursos porque não foram acionadas pelo representante. Não é só 58 famílias, tem mais de 20 que ainda não recebe”, segundo uma liderança que atua no Território.

Em transação econômica realizada em 2010, o comando do Projeto Bauxita Paragominas foi repassado à empresa Norsk Hydro ASA. Contudo, o nome da Empresa Vale vem ganhando mais espaço na microrregião de Tomé-açu, devido aos investimentos crescentes na *commodity* de palma de dendê. Hoje, a Vale possui o controle da produtora de óleo de palma Biopalma da Amazônia S.A. Reflorestamento Indústria e Comércio, em sociedade com o grupo MSP. Com o projeto da Biopalma, há hoje seis polos de produção de biocombustível localizados no Vale do Acará e Baixo Tocantins – ainda em expansão.

O projeto Bauxita Paragominas agora é da Empresa Hydro

A empresa norueguesa Norsk Hydro ASA⁴⁴ (terceira maior fornecedora mundial de alumínio) possui hoje o controle do Projeto Bauxita Paragominas, fazendo da Hydro a proprietária de 67,9% da Mineração Paragominas, restando à Vale 32,1% (HYDRO, 2012). Nesta troca de ações, a Hydro⁴⁵ recebeu ainda:

[...] 91% de participação na refinaria de alumina Alunorte, 51% na fábrica de alumínio Albras e 81% na futura refinaria de alumina CAP. Com esse acordo, a Hydro, que já detinha 34% de participação na Alunorte e 20% na CAP (HYDRO, 2012b, s/p).

Este processo garante à Hydro “o suprimento de bauxita para sua produção pelos próximos 100 anos, e consolida a sua parceria com a Vale no mercado brasileiro” (HYDRO, 2012b, s/p). Destaca-se que a sociedade entre Vale e Hydro vem de longa data, desde a exploração da Mineração Rio do Norte (MRN), maior produtora de bauxita no Brasil, de propriedade de consórcio de empresas nacionais e estrangeiras, em atuação desde 1979, localizada no oeste do estado do Pará (MRN, 2012).

Diante dos vários anos de conflitos com a Vale, e o acúmulo das experiências passadas, a articulação política das comunidades do Território de

⁴⁴“Os principais acionistas da Hydro são o Estado norueguês, com 34,3 por cento, a companhia de mineração sediada no Brasil, Vale, com 22 por cento, e o fundo de aposentadoria do governo da Noruega com 4,2 por cento. Entre outros acionistas majoritários encontram-se investidores institucionais, bancos e participantes do setor industrial na Noruega, EUA e no Reino Unido” (HYDRO, 2012b, s/p).

⁴⁵ “A Hydro Paragominas faz parte do grupo Hydro, uma companhia global que fornece alumínio e produtos de alumínio. A empresa tem cerca de 23 mil empregados e está presente em mais de 40 países do mundo. Com a atividade mineradora realizada em Paragominas a Hydro passou a ocupar posição privilegiada em toda a cadeia produtiva do alumínio, desde a lavra de bauxita até produtos acabados de alta tecnologia e qualidade” (HYDRO, 2012b, s/p).

Jambuaçu é alimentada por um processo de politização (FONSECA, 2011, p. 111), fazendo com que a relação estabelecida com a Empresa Hydro tenha um caráter diferente daquela que se deu com a Companhia Vale.

Ao contrário do que aconteceu no início da relação com a Vale, quando esta procurou negociar individualmente com moradores das comunidades, hoje, com a Hydro, cada passo é debatido nas Associações das comunidades, em conjunto com a Bambaê.

Há uma vigilância constante entre alguns moradores das comunidades para não assinarem qualquer documento emitido pela Hydro, temendo que mais tarde este possa ser utilizado pela Vale.

A gente não assina, é incrível assim que é lista de presença, a gente não assina. Sempre quando tem reunião a gente não assina. É tipo assim, sempre que tem uma reunião aqui na minha comunidade a Hydro marca em cima da hora. Um parceiro de uma comunidade liga pra outra e diz “olha, eles vão falar isso, isso e se for tal coisa aí vocês não aceito porque aqui a gente também não aceitou” (Entrevista realizada em 2013).

Este posicionamento preventivo se assenta na crença de que a Hydro é apenas uma representante da Vale: “Eu acho que é a mesma coisa, só muda o nome da Hydro”, afirma uma das lideranças locais.

É necessário destacar que este posicionamento não é comum a todos. Há moradores que adotaram o posicionamento de diálogo com a empresa Hydro, no sentido de acessar o que a mesma tem a oferecer ao território, assim como há aqueles que são acusados de receber benefícios particulares da empresa.

5.3 Os velhos/novos conflitos e a imposição da lógica capitalista: a empresa Marborges e a comunidade de Santa Maria do Traquateua

Neste capítulo é enfatizada a relação entre a Empresa Marborges e a Comunidade de Santa Maria do Traquateua, na intenção de desvelar aspectos dos interesses que movem estes agentes, os sentidos de suas ações, visando compreender porque, no campo do desenvolvimento, “prevalecem e se reproduzem as situações de conflitos” (VOIVODIC; BEDUSCHI FILHO, 2008, p. 11).

Orientados por interesses específicos, os agentes no interior dos campos, munidos de capitais diversos e com níveis variados, encontram-se em constante disputa. O interesse, neste sentido, é:

[...] o investimento em um jogo, qualquer que seja ele, que é a condição de entrada nesse jogo e que é ao mesmo tempo criado e reforçado pelo jogo. Há, portanto, tantos campos quantas são as formas de interesse (BOURDIEU, 2004, p. 65).

A posição ocupada pela Empresa Marborges no interior do campo do desenvolvimento, considerando as relações mais gerais do mercado em tempos de economia globalizada, faz com que suas decisões sejam influenciadas pelas regras deste campo. Neste aspecto, a influência é uma das características do conceito de campo, segundo Bourdieu (1989).

É interessante notar, que mesmo diante de regras formais construídas para reger a atuação dos agentes, indicando procedimentos consensuados, a regulação informal dada pelo *habitus* e pelos movimentos de capitais específicos prevalece na forma de intervenção dos agentes econômicos (BRUSCO, 1999 apud TEIXEIRA et al., 2011).

Quanto à Comunidade Quilombola de Santa Maria do Traquateua na busca cotidiana para garantir a reprodução do seu modo de vida – fundamentado na interação com o outro, na forma tradicional de se relacionar com a natureza, em que o uso comum é fundamental – também o seu *habitus* institui uma força motriz para a sua existência, por isso também a sua resistência no território. Ao contrário do agente empresa, há uma busca crescente pela observância dos regulamentos oficiais, no que se refere à efetividade dos seus direitos.

Uma questão que nos move é interrogar sobre quais os investimentos feitos no campo por seus membros, que lhes possibilitam existência, resistência e permanência? Em benefício das empresas: a indefinição dos direitos sobre a terra (desde o período da REASA) e a definição da política de desenvolvimento praticada no país (potencializada desde a década de 1970) fazem parte de um cenário que facilita e apoia a entrada de empresas na localidade, e garantem, no plano dos discursos e das práticas (que favorecem o poder hegemônico), ações de grilagem sobre as terras de populações tradicionais. Fatores que moldaram o passado ainda se reproduzem no presente, em seus aspectos ilegais e legais (políticas e programas).

Para a comunidade, a luta pela existência, resistência e permanência na localidade se assenta no processo de etnogênese, que tem como um de seus pilares a busca pelo direito sobre o território.

5.3.1 Lógica do discurso e ação da empresa

[...] os grandes projetos envolvem uma totalidade complexa de fenômenos humanos.
Gustavo Lins Ribeiro, 1991.

Especializada no cultivo do dendê, a Marborges tem, ainda, entre suas atividades, o investimento em reflorestamento e cultivo do açaí. Esta empresa iniciou suas atividades no município de Moju no ano de 1991, depois que passou a gerir o palmar que pertencia à empresa Reflorestadora da Amazônia Sociedade Anônima (REASA).

No ano de 1980, a REASA propôs ao Estado um projeto de plantio de dendê no município de Moju, localizado na estrada Moju-Acará (Km 11,5), e recebeu recursos tanto do Fundo de Investimentos Setoriais (FISSET) quanto da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) (MULLER; FURLAN JUNIOR, J., 2001). Mas este projeto, como muitos daqueles financiados com incentivos do FISSET na década de 1980, foram abandonados de forma total ou parcial. No caso da REASA, quem assumiu a recuperação do projeto foi a Marborges, inaugurando a sua indústria de beneficiamento do fruto do dendê em 1993 (passando a processar tanto sua produção quanto daqueles agricultores mais próximos) (PINA, s.d.), dando um salto importante na fixação da empresa no município.

O Grupo Marborges está sediado na Vila de Bacuriteua⁴⁶. Possui 6.100 hectares de plantação de palma de dendê, dos quais 2400 hectares estão ainda em formação (dados do site oficial da empresa). Além dos empreendimentos em Moju, possui plantação de dendê também no município de Garrafão do Norte, com aproximadamente 1200 ha já cultivados

Em Moju, além de manter a plantação de dendê, a “Marborges reflorestou 432 ha com espécies variadas – 120 ha de citrus, 120 ha de açaí e fruteiras –, e mantém pecuária em menor escala” (PINA, s.d., p. 191) (Fotos 20 e 21).

⁴⁶ A aproximadamente 100 km em linha reta, ao sul de Belém, capital do estado do Pará, na latitude 1°59'29"S e longitude 48°36'34"W (PINA, s/d).

Foto 20: Área de plantio de palma da empresa Marborges, em Moju, PA.



Fonte: Ronaldo Rosa.⁴⁷

Foto 21: Área de reflorestamento da empresa Marborges.



Fonte: Trabalho de campo (ALVES, 2013)..

Em entrevista realizada em 2013⁴⁸ com a gerência da empresa, observou-se que a Marborges é apresentada como importante figura para o desenvolvimento da região. Trata-se de uma reflexão feita a partir da intervenção local da empresa, porém o discurso está articulado pelas percepções mais gerais de um agente econômico inserido em uma escala de relações com determinantes globais – aqui delimitados pelo que chamamos de campo do desenvolvimento.

Projetos como este, cuja rede de relações é transecular, segundo Wolf (1991), não são derivados de tradições ou desejos locais ou regionais “ou de ‘base’”.

Geralmente respondem a demandas nacionais ou internacionais e são localizados em áreas ou regiões selecionadas de acordo com critérios de alguma estratégia ou plano, gerais ou abstratos. É comum que esses empreendimentos respondam a um ideal de “progresso”, um ideal que corporifique a intenção de “redimir” uma área da servidão ao atraso e orientá-la em direção ao “desenvolvimento” (WOLF, 1991, p. 8).

A rede de relações estabelecida pela empresa deve ser compreendida através da análise das relações sociais, políticas e econômicas nas e entre as diversas escalas de interação em que está inserida, que fortalecem os aspectos fundamentais para a sua reprodução, como: a) as dinâmicas globais que regem a necessidade do produto específico, impulsionando também a oferta; b) as

⁴⁷ Disponível em: <<http://www.cpatu.EMBRAPA.br/noticias/2012/producao-de-palma-integra-empresa-agricultura-familiar-e-pesquisa-no-interior-do-para>>. Acesso em: 12 fev. 2014.

⁴⁸ A entrevista realizada com o representante da empresa se deu no âmbito do projeto de pesquisa “Usos do Território, dendeicultura e modo de vida quilombola na Amazônia: estudo da microrregião de Tomé-Açu (PA)” coordenado pelo Prof. Dr. João Santos Nahum, do Departamento de Geografia da UFPA.

contribuições da ciência para o melhoramento genético do produto; c) o contexto nacional, devido à aposta do Estado em grandes monocultivos como política de desenvolvimento – aqui exemplificado pela economia do dendê; d) agrega-se a todos esses aspectos as questões sobre a relação estabelecida entre a empresa e as populações locais, dada a sua forma de reprodução social – que entra em conflito com a lógica de reprodução da empresa, assentada em aspectos essencialmente econômicos.

Reconhecemos a complexidade dessas relações e a impossibilidade de aprofundar neste trabalho a análise sobre o caráter constitutivo de cada uma delas, mas nos permitimos indicar alguns pontos importantes.

Da lógica de reprodução do empreendimento

O contexto mundial em que vivemos “defrontamo-nos com a urgência em redefinir os cânones pelos quais a sociedade ocidental concebeu sua relação com a natureza” (CASTRO, 1998, p. 4), cujas consequências são sérios problemas ambientais (desmatamento, poluição, aquecimento global etc.), além dos problemas sociais. No contexto ambiental, a busca por fontes alternativas de energia faz nascer a economia da agroenergia, hoje desenvolvendo-se de tal forma que “os biocombustíveis originam novos ciclos econômicos” (HOMMA; VIEIRA, 2012, p. 81).

Desde as primeiras políticas de agroenergia no Brasil, com o Programa Nacional do Alcool (Proálcool), lançado em 1975 pelo então presidente Ernesto Geisel até os programas atuais, passando pelo apoio à pesquisa (pela EMBRAPA), resultaram no enorme crescimento, no país, da monocultura intensiva de alguns produtos como eucalipto, soja, cana de açúcar e dendê. No entanto, este campo de investimento vem passando por oscilações. Mas, ainda que haja inconstância quanto às políticas de investimento em bioenergia, o Brasil retomou, no governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), a ideia da intensificação desta economia, lançando o Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo no Brasil, em 2010 (HOMMA; VIEIRA, 2012).

O Programa deflagra, assim, uma era desafiadora para a agricultura brasileira e, a partir dele, configuram-se novas territorialidades e tecnologias de produção e processamento do produto, assim como novas dinâmicas econômicas e ecológicas na Amazônia, em especial no Estado do Pará, maior produtor do país (HOMMA; VIEIRA, 2012, p. 82).

A produção de biodiesel é feita “a partir de diferentes matérias-primas, tais como óleos vegetais diversos (mamona, dendê, soja, girassol, amendoim, algodão etc.), gorduras animais, óleos e gorduras residuais, para a qual se utiliza diversos processos” (DPA, s.d., p. 15). Para o biodiesel a partir do dendê, exigiu-se estudos de viabilidade do solo em várias regiões do país, como o Zoneamento Agroecológico do Dendzeiro para as Áreas Desmatadas da Amazônia Legal⁴⁹ e as condições edafoclimáticas desta região indicaram a viabilidade da reprodução da palma de dendê no estado do Pará.

Neste contexto de valorização do dendê, agentes diversos reafirmam a importância da cultura desta palma tanto em termos ambientais (pela potencialidade em recuperar áreas degradadas, reduzir emissão de poluentes, etc) quanto em termos econômicos (geração de emprego e renda nos setores agrícola e industrial) (FGV; SUFRAMA, 2003; CEPLAC, 2004; MDA, 2007; REBELO; COSTA, 2012; HOMMA; VIEIRA, 2012). Este contexto de afirmações positivas sobre o mercado do dendê subsidia o discurso da empresa.

[...] o dendê ele tem uma imagem muito ruim, às vezes o pessoal lê as coisas, quem não tá no dia a dia, e a mídia às vezes coloca de uma forma que, pô, parece que é uma coisa ruim (Gerência da empresa, entrevista concedida em julho de 2013).

As vantagens da bioenergia são enfatizadas também pelo Estado, seja pela aposta no Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), seja pelo discurso reproduzido nos termos do programa, reconhecendo-o como promotor de “importantes avanços no que diz respeito à inclusão social, geração de emprego e distribuição de renda entre agricultores familiares produtores de matéria-prima” (PNPB, s/d., p. 3). Na economia do dendê, assim como na do gergelim, do girassol e da canola, a produção ainda é tímida, mas promissora. As metas de expansão do dendê no estado do Pará, maior produtor nacional, devem contribuir para elevar a competitividade desta cultura.

⁴⁹ “O Zoneamento Agroecológico do Dendê para as Áreas Desmatadas da Amazônia Legal - ZAE-Dendê, foi elaborado sob encomenda do Governo Federal, com apoio financeiro da Finep. A Amazônia Legal, estabelecida no artigo 2º da lei nº 5.173, de outubro de 1966, abrange os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, parte do Maranhão e cinco municípios de Goiás, compreendendo cerca de 59% do território brasileiro (IBGE)” (Disponível em: <<https://www.EMBRAPA.br/busca-de-produtos-processos-e-servicos/-/produto-servico/1248/zoneamento-agroecologico-do-dendzeiro-para-as-areas-desmatadas-da-amazonia-legal>> Acesso em: 12 set. 2013).

Tabela 1: Principais agroindústrias de óleo de palma no estado do Pará.

Empresa	Área Plantada (ha)	Capacidade de Processamento (t/cff/h)	Empregos Diretos	Metas de expansão 2015-2018 (ha)	Município
ADM	>3.000	0	172	24.000	São Domingos do Capim
Agropalma	45.000	201	5.314	51.000	Tailândia
Dentauá	4.450	39	941	5.600	Santa Isabel do Pará
Denpasa	6.000	12	290	10.000	Santa Bárbara do Pará
Palmasa	3.000	28	340	5.000	Igarapé-Açu
Marborges	5.000	20	1.120	5.500	Moju
Mejer	16.000	0	0	5.000	Bonito
Petrobrás/Galp	>4.000	0	119	70.000	Tailândia
Vale/Biopalma	>42.000	40	2.618	80.000	Moju

Fonte: SAGRI (2013 apud MONTEIRO, 2013).

Tais empreendimentos objetivam a produção de dendê para biocombustível, à exceção da Marborges, que visa o mercado de alimentos. Mesmo que haja essa diferenciação de mercados consumidores, há preocupação por parte da gestão da empresa Marborges quanto à rápida expansão do dendê, uma vez que esta produção em larga escala será determinante em questões econômicas que podem lhe atingir diretamente, como a definição de preço do produto pela oferta da matéria-prima.

Essas incertezas são manifestadas em outros campos, como o acadêmico, indicando a necessidade da ampliação de estudos para dar respostas a questões como:

[...] quais seriam as implicações sobre o mercado de óleo de dendê paraense com as recentes tendências de arrendamento de terra verificada na África, por países como a China, Coréia do Sul, Oriente Médio e da Europa para a produção de alimentos e, também, de grandes plantios de dendezeiros e de pinhão manso (HOMMA; VIEIRA, 2012, p. 88).

A competitividade que se afigura pode ser equilibrada pelos dados que indicam o quanto a produção de óleo de palma no país ainda está aquém de suas necessidades: a previsão de consumo de óleo de Palma é de 520.000 t. e óleo de Palmiste é de 200.000 t., mas a previsão de produção interna de óleo de Palma está em 240.000 t. e o de óleo de Palmiste em 20 a 23.000 t. (MDA, 2012; MONTEIRO, 2013). Essa “baixa produção brasileira faz com que a indústria nacional importe [com alíquota zero] óleo de palma de países mais próximos como Colômbia e Equador, fator este que contribui para evasão de divisas do país” (MONTEIRO, 2013, p. 33), e também traz consequências para a indústria nacional.

Neste cenário, a empresa Marborges, para aumentar sua competitividade, possui metas de investimento como a substituição dos plantios feitos na década de 1980⁵⁰, quando o projeto ainda pertencia à REASA. Há investimentos crescentes em tecnologia para agregar valor à matéria-prima, sobretudo através do refino do óleo, superando o entrave econômico devido à venda do produto bruto. Este passo rumo à abertura de novos mercados foi possível com a recém-construída estrutura para refino físico de óleo, que possui capacidade para gerar 100 toneladas de óleo por dia, além daquilo que já é transformado na fábrica da empresa (20 t/dia, com metas de expansão para 30 t/dia).

Apesar de seu pequeno porte, a empresa possui “um raio de influência sobre mais de 60 comunidades rurais, distribuídas pelos municípios de Moju e Acará” (NAHUM, BASTOS, 2013, p. 479). Ela tem se articulado com pesquisadores na busca por um produto mais competitivo (o que é importante capital investido no seu processo de acumulação). Com a EMBRAPA, por exemplo, há investimento no “programa de melhoramento genético [...], uma PPP da qual participa a AGROPALMA, MARBORGES e EMBRAPA”, como afirmou Pedro Hermes, presidente da EMBRAPA, durante sessão solene realizada em Belém, em 14 de outubro de 2010, quando a 2ª Reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Palma de Óleo (CSPO) recebeu a visita do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (MDA, 2010).

No campo de pesquisas para melhoramento da cultura de palma de óleo, a Marborges investirá cerca de R\$ 6.000.000,00 até 2013, em parceria com a EMBRAPA/CPAA e o Centre de Coopération Internationale em Recherche Agronomique pour Le Développement (CIRAD), da França, visando à seleção da variedade de palma de óleo mais produtiva e resistente a doenças, aspectos nutricionais e de manejo da cultura (PINA, s.d., p. 191).

A EMBRAPA é uma parceira estratégica, pois, no Brasil, é hoje o agente que mais investe em pesquisas no segmento da dendeicultura, buscando superar o atraso gerado pelos 21 anos que marcam o tempo entre o fim do Centro Nacional de Pesquisa de Seringueira e Dendê (CNPDS) e a política nacional (PNPB) lançada no ano de 2010.

[...] a EMBRAPA [...] montou um agressivo programa de pesquisa de melhoramento genético, de práticas agrônomicas e de produção de

⁵⁰ São plantios pouco produtivos, são plantas muito altas (>15 m), dificultando a colheita, e ainda há o os problemas com fitossanitários (Amarelecimento Fatal) (PINA, s.d.).

sementes, com resultados previstos para os próximos anos [...] o estabelecimento de um programa de pesquisa interdisciplinar e interinstitucional, com a participação da EMBRAPA e de outras instituições públicas e privadas, é prioritário e urgente para renovar a perspectiva de preenchimento de algumas dessas lacunas de conhecimento geradas pelos anos sem investimentos e apoio institucional à pesquisa (HOMMA; VIEIRA, 2012, p. 82).

Segundo a gerência da empresa, esta produz benefícios significativos quanto à geração de emprego e renda na localidade, além de oportunidades de crescimento mediante as capacidades individuais das diferentes gerações (pais e filhos, homens e mulheres) que trabalham no empreendimento (Fotos 22 a 23).

Foto 22: Vista de uma das vias cercadas por dendê.



Foto 23: Fruto colhido.



Foto 24: Bicicleta utilizada para percorrer as extensas áreas dentro e fora da empresa.



Foto 25: Concentração dos trabalhadores antes de seguirem para as áreas de colheita.



Fonte: Trabalho de campo (ALVES, 2013).

Foto 26: Fruto aguardando para ser carregado por maquinário até a área de beneficiamento.



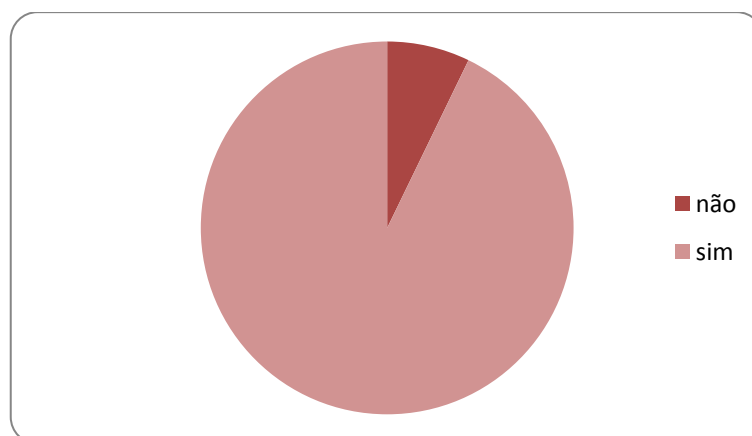
Foto 27: Animal utilizado para transporte do fruto das áreas não acessíveis ao maquinário.



Fonte: Trabalho de campo (ALVES, 2013).

Em pesquisa realizada junto à empresa Marborges, Nahum e Bastos (2013) constataram que no entorno do empreendimento “a reprodução da existência está profundamente dependente da associação com a dendeicultura, de onde provém o dinheiro para aquisição de tudo o que antes, na sua condição de camponês, produzia” (NAHUM; BASTOS, 2013, p. 480) e, no que tange àqueles que trabalham na Marborges, para a maioria dos 320 trabalhadores entrevistados (do universo de 800 que trabalham no “campo”⁵¹) o dendê se tornou a principal fonte de renda, inclusive para aqueles que ainda possuem terra para fazer roça (Gráfico 1).

Gráfico 1: Dendê - principal fonte de renda dos trabalhadores da Marborges.



Fonte: Trabalho de Campo GDEA (07/2013) citado por Nahum e Bastos (2013, p. 480).

⁵¹ Ou seja, nas áreas de colheita do produto.

Além dos plantios próprios que as empresas envolvidas no ramo da dendecultura possuem, também recebem o apoio do Estado tanto no nível estadual quanto nacional (PNPB, Pronaf, Eco/Dendê) para inserção de agricultores familiares na cadeia produtiva do biodiesel – o que também está contribuindo para a expansão da palma na região.

Um dos eixos das ações do Estado busca a desburocratização do processo para acesso ao crédito por parte do pequeno agricultor, através, por exemplo, da decisão de conceder a Dispensa de Licenciamento Ambiental (DLA) (SAGRI, 2013, s.p.) para aqueles que desejam iniciar tais projetos e para quem possui área de até quatro módulos fiscais. Esta decisão resultou do empenho da Câmara Setorial da Palma, da qual participam “a Secretaria de Estado de Agricultura (Sagri), a Associação Brasileira de Produtores de Óleo de Palma (Abrapalma) e a Federação da Agricultura e Pecuária do Pará (FAEPA)”(SAGRI, 2013, s/p). No entanto, foi motivo de manifestação do Ministério Público Estadual (MPE) e do Ministério Público Federal (MPF), expressando a preocupação com os impactos que a expansão desta monocultura poderia trazer aos territórios quilombolas e indígenas (MPE, 2013, s.p.), pois se configurava a expansão dos plantios para áreas efetivamente ocupadas.

Dados da Secretaria de Estado de Agricultura (SAGRI) apontam que, no período de 2010 a 2012, 889 parcerias foram feitas entre empresas e agricultores familiares e, para a safra de 2012/13, a previsão era integrar 1.610, de acordo com o Banco da Amazônia (BASA) (GLASS, 2013).

Há muitas recomendações e questionamentos quanto à inserção de famílias de agricultores no programa dendê familiar, como expressam Nahum e Bastos (2013):

A dendecultura de energia não se sustenta do trabalhador coletivo das unidades familiares. Este contingente é pequeno comparado à quantidade de trabalhadores individuais. Mas é importante componente do discurso de responsabilidade socioambiental, geração de emprego, renda e inclusão social, transformando o tradicional camponês em agricultor familiar associado à dendecultura (NAHUM; BASTOS, 2014, p. 477).

Isso pode ser complementado pela afirmação de Martins (1991) sobre os contratos entre o pequeno agricultor e agroindústrias:

Nesses casos, embora as grandes empresas não expropiem diretamente o lavrador, elas subjugam o produto do seu trabalho. Tem sido assim com grandes empresas de industrialização de leite, uva, carne, fumo, tomate, ervilha, laranjas, frutas em geral. Na verdade, os lavradores passam a

trabalhar para essas empresas, nos chamados sistemas integrados, embora conservando a propriedade nominal da terra. Só que, neste caso, a parcela principal dos ganhos fica com os capitalistas (MARTINS, 1991, p. 48).

No estado do Pará, a Marborges, ao contrário de outras empresas, como a Agropalma, possui poucos contratos com pequenos agricultores (menos de 50 famílias, segundo informa a gerência da empresa). No entanto, com a valorização desta sociedade por parte do Estado, o quadro tende a mudar, como indicam os dados da Tabela 2.

Tabela 2: Planejamento para aplicação do Pronaf-Eco/Dendê na safra 2012/2013.

EMPRESAS	MUNICIPIOS	QUANT. FAMILIAS	HA	VALORES
Biopalma Vale	Abaetetuba/Moju	200	2.000	16.000.000,00
Agropalma	Moju	15	150	1.200.000,00
Petrobrás	Igarapé-Miri, Baião e Mocajuba	300	3.000	20.000.000,00
ADM do Brasil	S. Domingos do Capim	160	1.2000	12.800.00,00
Belém Bioenergia	Tailândia	200	2.000	16.000.000,00
Belém Bioenergia	Tomé-açu	100	1.000	8.000.000,00
Biopalma vale	Tomé-açu/ Concórdia do Pará	300	3.000	24.000.000,00
Marborges	Garrafão do Norte	60	600	4.800.000,00
	Capitão Poço	75	750	6.000.000,00
	Nova Esperança do Piriá	40	400	3.200.000,00

Fonte: BASA, apud Glass (2013, p. 6).

Os dados confirmam a fala da gerência da empresa Marborges sobre a decisão de não desenvolver o projeto de dendê familiar com agricultores em Moju, para além de cinco casos experimentais informados. A justificativa estaria embasada na afirmação de que neste município, ao contrário do que acontece em Garrafão do Norte (local que usa como comparativo), os agricultores possuem uma prática diferenciada em relação ao trabalho:

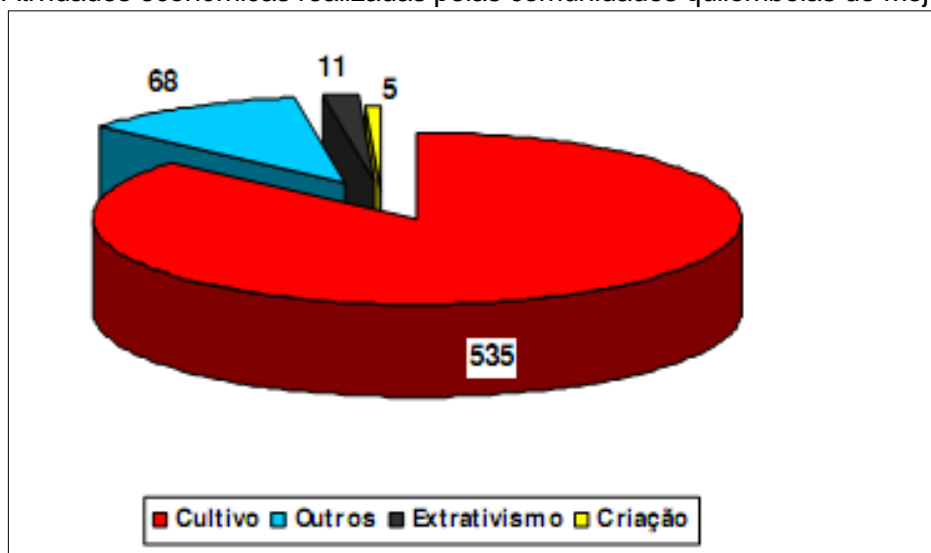
Aqui o pessoal já é mais artesanal, entendeu, o pessoal é mais extrativista, essa que é a verdade, pra cá pra essa região, pra lá não, já é gente mais do nordeste, um pessoal que já tem uma cultura de agricultor (Gerência da empresa, entrevista concedida em 2013).

Entendendo o extrativismo “como a exploração dos produtos nativos em ecossistemas diversos e voltados para diferentes mercados no conjunto de atividades desenvolvidas pelas denominadas populações tradicionais” (MOTA; SCHMITZ; SILVA JÚNIOR, 2007, p. 1), este modo de vida gerou um amplo campo de debates e questionamentos quanto à sua forma de reprodução, sustentabilidade, perenidade etc.

Os anos passaram e a atividade extrativista se extinguiu em algumas áreas, conforme previsto, agoniza em outras, mas também persiste (castanha-do-brasil, mangaba, bacuri, por exemplo) como uma das possibilidades de reprodução social de populações rurais que desenvolvem sistemas produtivos (ALMEIDA, 2000), nos quais a caça, agricultura e pesca são componentes essenciais segundo arranjos variados e com técnicas de baixo impacto ambiental (MOTA et al., 2007, p. 1).

Pelo que contam os moradores mais velhos, antigamente “tinha muita fartura”, de caça, de castanha, de frutas e outros recursos que retiravam da floresta, sobretudo para alimentação. Nesse tempo, “demorava era mês” pra ir até o centro urbano mais próximo, então a vida se voltava para o interior das comunidades. Hoje, no entanto, a prática do extrativismo está reduzida. Essa afirmação pode ser confirmada pelas informações coletadas em campo, assim como por levantamento feito pelo ITERPA (2010), contidas no *Plano de Utilização das Comunidades Remanescentes de Quilombos de Jambuaçu - Município de Moju*, que compreendeu dez (10) comunidades então tituladas enquanto remanescentes de quilombo: Nossa Senhora da Conceição, Oxalá do Jacundaí, Santa Maria do Mirindeua, Santa Maria do Traquateua, Santana do Baixo, São Manoel, Santo Cristo, São Sebastião, Bom Jesus do Centro Ouro e Santa Luzia do Traquateua (Gráfico 2).

Gráfico 2: Atividades econômicas realizadas pelas comunidades quilombolas de Moju-PA.



Fonte: PDTRQJ, 2006.

Mesmo que se trate de uma atividade em declínio, em algumas comunidades do território quilombola, levando em conta o aumento do número de famílias, a grilagem de suas terras ou por outros conflitos com os grandes projetos

associados ao seu território, hoje predomina o cultivo de mandioca, milho, banana etc., apesar da migração de moradores para outras atividades, como o emprego nas empresas mais próximas (Marborges e Socôco, esta última em menor número).

Uma das espécies de dendê cultivado pela Empresa Marborges em Moju (o Híbrido interespecífico *E. guineensis* x *E. oleífera*) possui necessidades especiais como a polinização assistida, o que torna a atividade mais trabalhosa, exigindo maior disciplina e tempo do trabalhador, que teria que se dedicar a cuidar de até 10 ha plantados – máximo financiável para garantir que o pequeno agricultor não abandone a agricultura familiar (DROUVOT; DROUVOT, 2011).

O cultivo nestes termos exigiria dos moradores das comunidades quilombolas a reconfiguração da forma de lidar com a terra, com o trabalho e com seus pares, por ser diferente do modo de reprodução tradicional que hoje está assentado, sobretudo no cultivo e, em menor escala, no extrativismo, na criação de animais etc.

Quando a gerência da empresa classifica como extrativismo o modo de viver do povo local, está se referindo, antes, à forma de como mulheres e homens se relacionam com o trabalho para suprir suas necessidades do que à forma predominante de lidar com as fontes de sobrevivência. Desta forma, está sendo signatária da razão dominante na sociedade em que vivemos, pois nega um saber prático “acumulado sobre a complexidade dos ecossistemas e as formas de realizar o trabalho sobre eles” (CASTRO, 1998, p. 7), vendo essas práticas de trabalho como improdutivas. Trata-se, segundo Castro (1997; 1998), de uma visão técnica e econômica que reforça preconceitos e esvazia a articulação da vida ao tempo natural “sendo usado inclusive o termo não-trabalho, como imagem negadora” (CASTRO, 1998, p. 7).

5.3.2 A empresa e a comunidade Santa Maria do Traquateua

O direito adquirido é reconhecido pela norma

Reunidos no dia 5 de agosto de 2001, moradores da comunidade de Santa Maria do Traquateua decidiram pelo seu autorreconhecimento enquanto remanescentes de quilombos, inspirados pelos estudos do subsídio chamado “Minha

Terra”, segundo Dona Maria. A CPT desempenhou importante papel neste momento de discussão, quando decidiram também pela titulação coletiva da terra e, neste mesmo dia, começaram a reunir documentos para encaminhar ao ITERPA. O recorte étnico foi oficializado no dia 16 de junho de 2002, quando foi fundada a Comunidade Remanescente de Quilombo de Santa Maria do Traquateua, momento marcante no processo de etnogênese daquela comunidade.

Reunindo trinta e duas famílias em uma área de 833.3833 ha (ITERPA, 2002), anos mais tarde, em 20 de novembro de 2005 (após quase quatro anos de espera, a contar da data de protocolo do pedido, 11/12/2001), foi autorgado⁵² pelo Governo do Estado, através do ITERPA, o Título de Reconhecimento de Domínio de área de terra com ocupação e uso por famílias remanescentes de quilombos, com Título de Domínio Coletivo em nome da Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo de Santa Maria do Traquateua, presidida à época pelo senhor Narciso dos Anjos Silva (*in memoriam*).

Essa titulação selou mais uma etapa da busca pela posse do território historicamente ocupado, “territorialização [que] funciona como fator de identificação, defesa e força. Laços solidários e de ajuda mútua formam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável” (ALMEIDA, 2008, p. 133).

Segundo relatos de moradores da comunidade e informações da CPT (2006), até o início dos anos 1980, a Comunidade de Santa Maria do Traquateua possuía uma área com cerca 2.000 ha. Uma vez finalizado o processo de titulação, passou a contar com apenas 833 ha do total reivindicado, cuja diferença teria sido expropriada pela REASA na década de 1970. Na prática, o território diminuiu ainda mais com a passagem dos minerodutos e linha de transmissão de energia do projeto Bauxita Paragominas da CVRD/Hydro. Assim, os moradores da comunidade de Santa Maria do Traquateua passaram a dispor de apenas 633 ha (sobretudo, áreas de várzea e igapós).

Passada a década de 1980, e os intensos conflitos já referidos, a década de 1990 sem ocorrências mais drásticas, os anos 2000 foram de descobertas, de novas tensões, de novos/velhos conflitos e conquistas. No início desta década, o processo

⁵² Com base no que dispõem os Artigos nº 68, 215 e 216 do ADCT; os Artigos nº 285, 286 e 322 da Carta Estadual; na Lei Estadual nº 6.165; no Decreto Estadual nº 3.572/1999; e na IN do ITERPA nº 02/1999

de autoafirmação étnica toma corpo, e o discurso, que é confirmado pelo *habitus*, passa a ser qualificado com a linguagem exigida no mundo exterior à comunidade.

Para além das tradicionais relações de parentesco (uma vez que todas as famílias moradoras da comunidade de Santa Maria possuem parentes em alguma das quinze comunidades do território) há os laços de vizinhança que unem o território, mas também os antagonismos que marcam a história do lugar passam a gerar um “certo grau de coesão e solidariedade”, não só no interior da própria comunidade de Santa Maria, mas também em todo o Território Quilombola – pelas situações “que reforçam politicamente as redes de relações sociais” (ALMEIDA, 2008, p. 134).

Já no último ano do processo de titulação das terras da comunidade, as tensões foram maiores, pois o longo e burocrático processo de reconhecimento legal enquanto remanescentes de quilombos foi acompanhado pela luta para defender o território, uma vez que o processo de titulação se efetivou ao mesmo tempo em que sofriam as consequências da implementação do Projeto Bauxita Paragominas, que foi efetivado, mesmo diante de grande resistência por parte de comunidades atingidas.

Fez diferença no conflito com a CVRD o aspecto argumentativo já acumulado sobre ser quilombola, cuja narrativa se assenta mais sobre a existência de novos sujeitos políticos organizados, do que em um simples argumento da existência da prova contundente da identidade baseada em resquícios físicos ou mesmo fechada nas questões de raça (ARRUTI, 1997).

A simbologia que separa duas visões de mundo

O que lembro, tenho.
Guimarães Rosa

Um das características do modo de vida tradicional é o usufruto comum da terra. Há regras tácitas que são observadas por aqueles considerados “da comunidade”, cujo pertencimento é garantido pela consanguinidade ou por redes de sociabilidade. Há o respeito pela roça, pelo quintal do vizinho, não carecendo de cercas pra definir limites e marcar o que pertence a uma ou outra família. A cerca é uma invenção que chega com a propriedade privada.

A capacidade do homem em transformar suas relações com a natureza, ao mesmo tempo em que transforma a própria natureza, esteve orientada por uma tendência de privatização de um bem, em princípio, patrimônio de todos. Um caminho de legitimação da propriedade privada do território, assim como também de aproveitamento de seus recursos (CASTRO, 1998, p. 4).

A terra que hoje pertence ao empreendimento de dendê é separada do território que pertence à comunidade de Santa Maria do Traquateua por uma cerca que também faz limite com outras comunidades. Dividindo muito mais do que aspectos físicos, a cerca separa o que é de uso privado daquilo visto como de apropriação coletiva.

Uma forma de subversão dessa separação se dá por aberturas de passagens improvisadas feitas na cerca que separa as comunidades da empresa. Segundo um morador do território quilombola, essas passagens são feitas por empregados da empresa, na tentativa de encurtar o caminho até as áreas de trabalho do empreendimento. A empresa insiste em refazer a cerca, assim como os trabalhadores insistem em investir nesta estratégia proibida (Foto 28).

Foto 28: Passagem abertura na cerca que separa a Comunidade de Santa Maria do Traquateua das terras sob domínio da Empresa Marborges.



Fonte: Trabalho de campo (ALVES, 2013).

A cerca que separa a comunidade de seu passado

“[...] ali, depois daquela cerca ali, ainda tem uma árvore que eu plantei, era nosso terreno, onde eu me criei [...]

Dona Fuluca, 79 anos, moradora da comunidade de Santa Maria do Traquateua.

Entende-se o território como o espaço “sobre o qual um certo grupo garante aos seus membros direitos estáveis de acesso, de uso e de controle sobre os recursos e sua disponibilidade no tempo” (CASTRO, 1998, p. 5). Essa intervenção no território é composta por formas materiais e simbólicas “nas sociedades ditas ‘tradicionais’ e no seio de certos grupos agroextrativos, o trabalho encerra dimensões múltiplas, reunindo elementos técnicos com o mágico, o ritual, e enfim, o simbólico” (CASTRO, 1998, p. 5), reproduzidos pelo *habitus*.

As narrativas sobre as formas materiais e simbólicas de apropriação do território são acessadas na memória e repassadas oralmente de geração em geração, quando relatam a chegada dos primeiros habitantes, transmitindo o que aprenderam com os antepassados sobre como lidar com a terra, com o rio, com a floresta, com a religiosidade etc. Assim, seguem ressignificando o território e a vida em comunidade, o que nos faz perceber quão imbricados estão esses dois aspectos. Desta forma, não são apenas terras cercadas, são territórios que contêm memória.

Ambos – terra e origem – constituem as forças decisivas nesse parto de uma história elaborada e transmitida na oralidade do grupo e que tem o poder de guardar, zelar e repassar um legado que os torna senhores das terras formando uma légua quadrada, e nela colados os elos da sua ascendência (CASTRO, 2005, s/p).

Essa mesma memória sabe falar do território ocupado com riqueza de detalhes, localizando árvores, cursos d’água, caminhos. É o que permite que Dona Fuluca, apontando em direção à propriedade da empresa, localize, dentre as plantas de dendê, onde ficava o quintal da família, a casa, a terra que lhes pertencia e de onde foram expulsos de forma violenta pela empresa REASA.

Quando fala com carinho do quintal de sua família, que foi perdido no conflito, o bem patrimonial que ela reivindica não é aquele fundado no direito legal, da propriedade privada (este quem o tem é o empreendimento). Ela reclama aquele patrimônio intangível dado pela relação de cumplicidade do homem com seu meio,

pelo que a vivência naquele território possibilitou ser construído, uma vez que “os territórios dos povos tradicionais se fundamentam em décadas e, em alguns casos, séculos de ocupação efetiva. A longa duração dessas ocupações atribui um peso histórico às suas reivindicações territoriais” (LITTLE, 2002, p. 11).

A gente já morava aí nesse mesmo lugá, porque lá nesse lugar onde a gente mora, lá nós fomos nascido e criado, meu pai, lá ele foi nascido e foi criado e lá ele morreu. Os pais dele também, eles vieram de outro lugar, casaram e fizeram a casinha deles lá (Dona Fuluca, moradora da comunidade).

Em um dos momentos de conversa, ritmada pelo corte da castanha-do-pará que servia aos visitantes, Dona Fuluca relatou o processo de resistência “no tempo da REASA”, que continuou “no tempo da Vale”. Ao contrário do que a sua aparência frágil e franzina tenta negar, é “mulher de luta”, que nunca teve medo ou fugiu dos enfrentamentos, como ela mesma faz questão de enfatizar (Foto 29).

Eu andei muito, a gente existe nesse lugá porque eu andei, andei, andei, eu passava a semana andando e aí chegou a vez no começo de nós andá, era coisa que eu nunca tinha feito (Dona Fuluca, moradora da comunidade).

Foto 29: Dona Fuluca, 76 anos.



Fonte: Trabalho de campo (ALVES, 2013).

Mesmo que a norma confirme o que o capital impôs, que a Marborges hoje é a dona dessas terras, e não mais a REASA, a prática insiste em confirmar que ambas são signatárias de uma mesma lógica de ação sobre o território, reafirmada na forma de lidar com a terra.

A gente quando [...] esse pessoal aí da Reasa que primeiro quando eles entraram aí era chamada Reasa, hoje em dia é que ela já é Marborge. Eles roçaram isso tudinho, isso tudo foi botado embaixo [...] O meu pai era vivo, o meu pai morreu porque eu acho que ele se impressionou quando essa Marborge [...] essa Reasa entrou aí a gente tinha muita coisa, lavrora, as nossa roça era tudo roçado, roça madura, roça amadurecendo e eles arrancaro tudo as nossas roça (Dona Fuluca, moradora da comunidade).

A cerca que separa duas visões de mundo

A cerca é também uma simbologia da separação de duas perspectivas diferentes de interação com a terra e com o território e, “de forma clara, a cerca produz rupturas e divide os modos de operar da empresa e o tipo de existência do povoado” (ACEVEDO MARIN, 2004, p. 188). E esta diferenciação não se dá somente pelo *habitus* de um agente ou de outro, é reforçada pelo capital que ambos põem em jogo no campo de disputas.

No que se refere às comunidades tradicionais, o reconhecimento do seu modo de vida passa por um processo de disputas que tem contribuído, inclusive, para a ampliação do capital social do grupo (BOURDIEU, 1989), tornando-o cada vez mais apto para a defesa de seus interesses perante outros agentes com quem são impelidos a estabelecer relações. Porém, na lógica dos processos econômicos capitalistas, assim como no âmbito técnico-burocrático do Estado, ainda há negligência quanto a esse reconhecimento. É justamente sob estes dois aspectos que a empresa, detentora de capital social específico, qual seja, o capital econômico, consegue se sobrepôr à comunidade, ao buscar estratégias para se manter, ou melhor, se posicionar no campo de lutas (BOURDIEU, 1989).

Em se tratando de grupos marcados por questões étnicas, os “elementos ideológicos e políticos resultam incompreensíveis para o conhecimento técnico-econômico, pelos fortes traços de preconceito e estranhamento” (CASTRO, 1998, p. 6) que os caracterizam. Nas comunidades, as práticas são formuladas pela experiência com a natureza, acumulando conhecimentos de geração em geração, e que subjazem às relações sociais (CASTRO, 1997, 1998).

[...] uma integração entre a vida econômica e social do grupo, onde a produção faz parte da cadeia de sociabilidade e a ela é indissociavelmente ligada, facilitando encontros interfamiliares, realização de festas, perpetuação de rituais e outras modalidades de trocas não econômicas (CASTRO, 1998, p. 6).

A perspectiva de usufruto comum da terra possui uma longa história de não reconhecimento pelo sistema jurídico deste país, até que as pressões sociais em torno da terra fizeram-na motivo de atenção. Porém, nesse contexto as análises econômicas foram responsáveis pela reprodução da visão de que as terras de uso comum eram “formas atrasadas, inexoravelmente condenadas ao desaparecimento” ou eram “meros vestígios do passado, puramente medievais” que recaíam sobre os camponeses, subjugando-os (ALMEIDA, 2008, p. 136). Para este modelo de análise sobre o homem do campo e o usufruto comum da terra há a crença predominante até hoje, de que as populações tradicionais imobilizam a terra, impedindo-a de comercialização (ALMEIDA, 2008), confirmando a falácia de que a titulação de terras concorre para o não desenvolvimento da sociedade brasileira (ARRUTI, 2010).

As comunidades tradicionais guardam uma diversidade empírica muito grande e complexa (CASTRO, 1997, 1998) e, como mostra a história, essas realidades são pouco visíveis aos olhos do planejador, ou mesmo vistas de forma homogênea, sobretudo quando políticas e projetos de desenvolvimento são pensados, seja para o grande ou para o pequeno produtor – porque ambas afetam os territórios tradicionais.

As comunidades que vivem com base no uso comum da terra desenvolvem gestão econômica diferenciada (ALMEIDA, 2008), o que reforça a ideia de que “um camponês não tem a mínima condição de pensar e agir como um operário, porque ele é socialmente outra pessoa, isto é, pertence a outra classe social, cujas relações sociais são de outro tipo, cujos horizontes e limites são outros” (MARTINS, 1991, p. 15), social e politicamente diferentes.

O Estado e sua razão instrumental (LITTLE, 2002) buscam o controle sobre o território por meio de planos e políticas que pretendem impor uma dada perspectiva de desenvolvimento. Mas esbarram no fato de que a sua força incide sobre grupos diversos que “têm interesses, finalidades, histórias e, claro, territorialidades diferentes e, muitas vezes, divergentes, que não podem ser equacionados apelando à técnica” (LITTLE, 2002, p. 20).

Mesmo com anos de experiência e casos exemplares que indicam a necessidade de revisão da forma de gestar processos de desenvolvimento na Amazônia, cujas políticas de desenvolvimento se assentam especialmente na

valorização de *commodities* (monocultivos ou exploração mineral), constantemente novos projetos são propostos à revelia de um sem número de protestos (OLIVEIRA, 2001). Este modelo de pensamento e orientação política viabilizou a entrada da REASA em Moju na década de 1980, gerando conflitos com as populações locais. No mesmo direcionamento, permitiu a continuação do projeto pela Marborges e possibilitou a intervenção da Vale no território, agora quilombola, reproduzindo a mesma estratégia que hoje valoriza a chegada do dendê ao território, promovendo novos impactos e tensões entre atores em posições distintas no campo.

O problema do ordenamento territorial no âmbito das políticas desenvolvimentistas do Estado torna-se uma questão de defesa do território para aqueles agentes “que mantiveram seus territórios sociais durante longo tempo sem o apoio do governo (ou apesar dele)” (LITTLE, 2002, p. 20). É o caso do recente zoneamento de áreas aptas ao plantio de dendê e outras monoculturas, que ao definirem os contornos territoriais e benefícios econômicos dessas políticas, deixam o local a mercê das suas próprias forças de resistência. O que tem resultado da pressão sobre o mercado de terras é a crescente saída do pequeno agricultor, do ribeirinho, do extrativista dos seus territórios, para dar espaço às grandes empresas monocultoras de dendê. Esse processo encontra maior resistência nas terras tituladas como de remanescentes de quilombos (que não podem ser vendidas, porém muitas áreas já se encontram cercadas por plantações de palma de dendê).

Quando analisamos a rede de relações existentes em torno da economia do dendê, e a atuação do Estado neste cenário, temos a reafirmação das vantagens que o grande capital industrial possui ao se lançar em projetos como estes. Em oposição, temos a realidade dos pequenos agricultores, quando analisamos as condições de produção e comercialização de seus cultivos, como a farinha, o açaí, a castanha-do-pará, o coco etc.

A dificuldade é muita porque, a senhora veja, como é que o caba vai plantá e não tem como levá [...] aqui mesmo, no tempo de safra boa teve tempo de muito sacrifício pra sair com a farinha daqui [...] e quando o preço tá baixo aí é que muita gente desiste porque é muito penoso. Não compensa porque é muito penoso sair daqui pra vendê (morador da comunidade de Santa Maria).

Quanto aos grandes projetos, a articulação da infraestrutura é um dos requisitos básicos para a implementação de empreendimentos em determinada área, muitas vezes a custo zero para o capital privado.

Em audiência pública realizada no dia 11 de abril de 2014, o Ministério Público do Estado do Pará (MPE) chamou a sociedade civil e empresas para um diálogo sobre a expansão do dendê no nordeste paraense. Nesta ocasião houve críticas ao Banco da Amazônia (BASA), pelas dificuldades criadas na liberação de crédito para atividades da agricultura familiar que não fosse o plantio do dendê. Segundo Nahum e Bastos (2013), o Pronaf/Eco é a linha de crédito do Pronaf que mais recebe incentivos do Estado, incluindo a:

[...] garantia de compra do produto a preço de mercado e monitoramento de todas as fases do processo produtivo, a começar pelo piqueteamento da área, treinamento para coleta e mesmo carregamento da produção até a agroindústria (NAHUM; BASTOS, 2013, p. 483).

Neste mesmo encontro foram relatados casos de pequenos agricultores que assumidamente aceitaram cultivar dendê somente pela infraestrutura que vem como contrapartida do projeto, como abertura de ramais, construção de pontes, asfaltamento de estradas etc. Ouviu-se, ainda, Andre Grossi Machado, coordenador geral de Biocombustíveis do MDA afirmar que nenhum agricultor é obrigado a plantar dendê, e os que o fazem é de comum acordo com as empresas e órgãos financiadores – fala que reforça a posição do Estado, que mesmo quando é democrático, é autoritário.

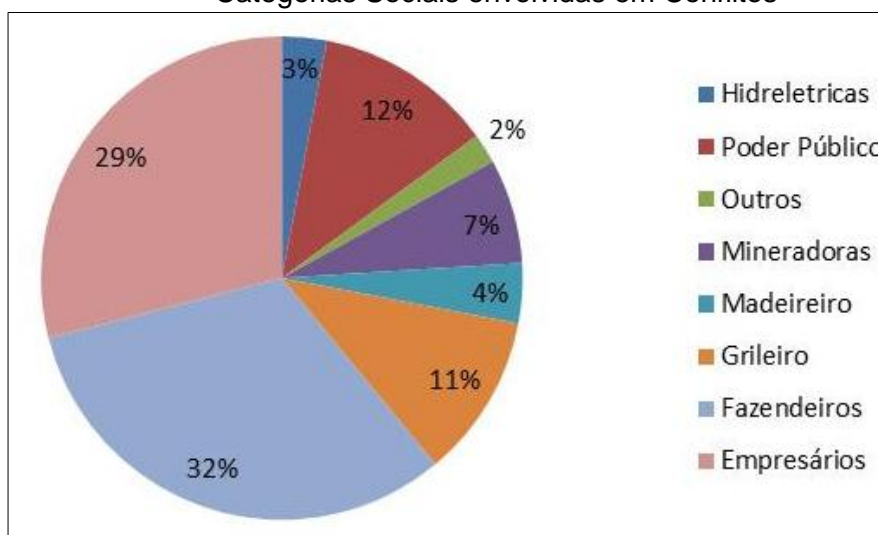
5.4 Permanência e resistências em um campo de mudanças

Velhas estruturas de poder fazem reproduzir no meio rural brasileiro tensas relações sociais resultantes de determinações econômicas e políticas. Neste contexto de permanências há importantes mudanças, a exemplo de uma maior observância dos direitos de populações tradicionais quanto às terras ocupadas – direitos que já estão sendo contestados por essas velhas estruturas que propõem graves retrocessos, como a Proposta de Emenda Constitucional “PEC 215/2000 que pretende transferir para o Legislativo a titulação dos territórios quilombolas e dos povos originários [e] Ações Judiciais, sobretudo a ADIN 3239/2004 [Ação Direta de Inconstitucionalidade], proposta pelo partido Democratas (DEM) contra as comunidades quilombolas” (CPT, 2014, s/p.).

A intervenção dos Agentes Privados e do próprio Estado sobre a forma de reprodução social de alguns grupos específicos tem resultado em graves conflitos de terra, como expressam os seguintes dados da CPT (2013): do total de 692 ações de

conflitos de terra registrados em 2013, 604 são protagonizadas pelo poder privado e 81 pelo poder público (Gráfico 3).

Gráfico 3: Violência do Poder Privado e Público e Categorias Sociais envolvidas em Conflitos



Fonte: CPT, Conflitos no Campo, 2014.

Como reflexo da violência provocada pelo poder privado, 31 pessoas assassinadas nesses conflitos “pertenciam principalmente a grupos sociais/etnias em luta para permanecerem nas suas terras: das 31 pessoas assassinadas, 15 eram indígenas, dois pescadores e dois posseiros, 61,3%” (CPT, 2013, p. 21) – os demais são vinculados a outros segmentos.

Ainda segundo este relatório, desde a segunda metade do ano de 2000, os grupos identificados como Populações Tradicionais têm se destacado em relação aos casos de violência sofridos, tanto por ações do Estado quanto por intervenção da iniciativa privada. Do total de casos, 55% estão na Amazônia.

Tomando como exemplo a comunidade de Santa Maria e as relações estabelecidas com os diferentes agentes que intervieram em seu território (e ainda o fazem), é possível observar alguns reflexos tanto do poder das velhas estruturas quanto das mudanças que vêm ocorrendo. O ambiente de conflito instaurado desde a década de 1970, e intensificado nas décadas seguintes, ganha contornos diferentes mediante a emergência de novos sujeitos políticos, como o que foi possibilitado pela etnogênese das comunidades remanescentes de quilombo, e que passam a reivindicar direitos.

O processo de resistência empreendido por aqueles que moram na comunidade Quilombola de Santa Maria do Traquateua para manter a posse do território está intimamente relacionado ao modo de vida tradicional, que se assenta na apropriação coletiva da terra e no uso coletivo dos bens comuns. Esse processo de resistência converte-se na força motriz para a reprodução da comunidade, contudo, também é permeado por mudanças provocadas por uma ordem inerente às sociedades capitalistas.

É possível resgatar os fatos históricos, aspectos culturais e identitários relevantes para a consolidação da comunidade de Santa Maria, por meio da história oral, dos registros de memória e narrativas compartilhadas pelos mais velhos, bem como dos relatos dos mais jovens no presente. Diante disto, torna-se possível tecer reflexões sobre as mudanças que vêm se processando em suas vidas, especulando, a partir dos fatos vivenciados, as causas e consequências dessas mudanças. Não perdemos, no entanto, a dimensão de que essas mesmas mudanças estão calcadas também no processo de permanência da comunidade no território socialmente constituído, inclusive pela resistência e afirmação do modo de vida reproduzido ao longo da sua história.

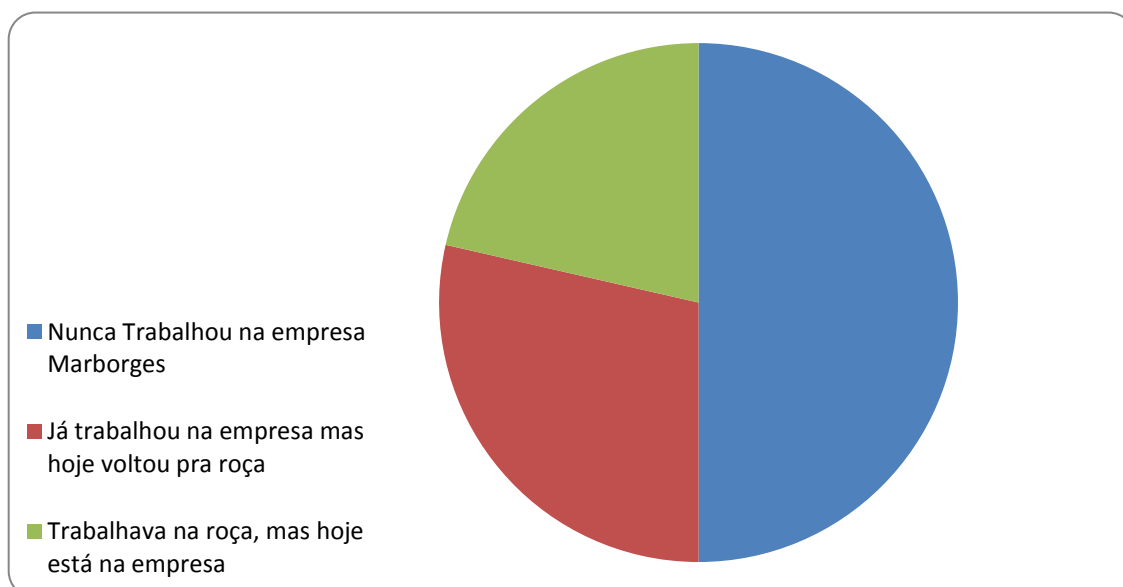
A intervenção do cosmos econômico empreendido por agentes do Estado e da iniciativa privada sobre realidades que muitas vezes estão imersas “em relações de honra grupal” (BOURDIEU, 2000), tem gerado incompreensão e não aceitação de um agente em relação ao outro, a exemplo da não compreensão da forma de reprodução social das populações tradicionais diante da racionalidade econômica desses outros agentes. Essa observação é bem exemplificada quando o representante da empresa Marborges define os moradores de Moju (as populações tradicionais) como extrativistas, no sentido de afirmar que a forma de reprodução social ditada pelo trabalho-descanso seria prejudicial a um possível contrato de trabalho pelo qual as famílias tivessem que se responsabilizar pelo trabalho com o dendê – o que exige um *habitus* específico na forma de se relacionar com o trabalho, que não é encontrado nas populações locais – segundo a ótica da empresa.

Para Bourdieu (2004), esses comportamentos econômicos exigidos pelo Estado e pelos agentes privados, mesmo aqueles mais elementares, como trabalho assalariado, poupança ou crédito, não surgem por si, uma vez que “o agente

econômico dito ‘racional’ é o produto de condições históricas inteiramente particulares” (BOURDIEU, 2004, p. 10). Para acessar este “espírito de cálculo exigido pela moderna economia, envolve uma verdadeira conversão através da recusa das crenças incorporadas” (BOURDIEU, 2004, p. 10).

Na comunidade de Santa Maria observamos algumas mudanças promovidas principalmente pelas relações de trabalho estabelecidas com a empresa Marborges, mas que não são processadas sem resistência. Os aspectos que desagregam e transformam o modo de vida na comunidade, também alimentam o que é tradicional, justamente pelo processo de resistência à lógica do empreendimento econômico – quanto mais trabalham na empresa, mais desejam trabalhar na roça (Gráfico 4).

Gráfico 4: Distribuição de atividades das famílias na relação entre o trabalho na roça e na empresa Marborges.



Fonte: Produzido a partir de dados do Trabalho de campo, 2014.

Das informações obtidas junto a 28 famílias, de um número total de 32 existentes na comunidade de Santa Maria, podem ser identificados três segmentos com relação ao trabalho na agricultura e na empresa. Assim, temos: *Grupo A*: formado por aqueles que trabalhavam na roça, mas no momento da pesquisa estavam trabalhando na empresa, representando 21% dos casos; *Grupo B*: composto por aqueles que já trabalharam na empresa, mas durante a pesquisa estavam trabalhando apenas na roça, representando 29% dos casos; e *Grupo C*: formado por moradores da comunidade que nunca trabalharam na empresa e,

neste caso, sempre trabalharam na roça, correspondendo a 50% do universo da pesquisa.

O Informante 1⁵³, (representante do Grupo A) afirma que até os 18 anos trabalhava na roça com os pais, mas depois que “formou família” as necessidades financeiras o fizeram buscar outra forma de trabalho, uma vez que a atividade desenvolvida na agricultura não o satisfazia. Como ele mesmo refere, a única alternativa “foi fichar na empresa”⁵⁴.

Logo no começo eu trabalhei com a mamãe e com o papai, mas não é muito o meu ramo não [...] pra mim eu acho um serviço muito pesado e o rendimento da gente é muito pouco, mas sendo que a gente trabalha pra gente mesmo, né. É um bem que a gente faz trabalhar no trabalho da gente, vai o dia que quer, a hora que quer. Na empresa o cara é mandado, teje chovendo ou não, tem que ir (Informante 1, entrevista concedida em 2014).

Já nesta primeira fala indicamos um importante elemento na reprodução do modo de vida na comunidade, identificado diante da relação de trabalho estabelecida com a empresa, que é a autonomia do trabalho na roça. A autonomia e o direito à terra conquistados pela prática diária ao longo do tempo estão relacionados com a autonomia sobre o trabalho, questões que estão intimamente ligadas ao processo de resistência do campesinato.

Evidentemente essa autonomia não significa independência em relação ao mercado ou às instituições, nem tampouco implica o rompimento das relações de exploração em que o campesinato está inserido [...] aparece como uma conquista da luta dos movimentos sociais (CAMPOS, 2006, p. 151).

Segundo Campos (2006), essa autonomia se manifesta de várias formas, como a formação de novos sujeitos sociais, dando abertura a mudanças que contribuirão inclusive para a revisão da forma de lidar com questões de gênero, religiosas e de diferenças étnicas; pela compreensão de que as condições de vida e as dificuldades enfrentadas para reprodução do modo de vida estão relacionadas com determinações do capitalismo – e aqui acrescentamos a intervenção do Estado neste processo. Este aspecto foi observado por um dos entrevistados:

É porque o governo facilita a vida dessas empresa. Se nós agricultor tivesse as mesma vantagem a nossa vida não era assim, a gente tava era tudo

⁵³ Diante da preocupação de que as informações aqui contidas pudessem ser utilizadas com objetivos distintos ao desta pesquisa, optamos por não citar nomes neste subitem do trabalho.

⁵⁴ Este termo se refere à assinatura da carteira pela empresa, configurando o contrato de trabalho.

trabalhando na roça. Mas eu nunca trabalhei na empresa de jeito nenhum (Informante 5, entrevista concedida em 2014).

A suposta ignorância atribuída ao homem do campo é também um estigma que começa a ser superado. Hoje passam a integrar redes nacionais e internacionais, nas quais encontram força contra interesses públicos e privados “que ameaçam a agricultura camponesa, enfrentando instituições poderosas do capital como o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio e empresas multinacionais” (CAMPOS, 2006, p. 152). Aqui lembramos o relato de um dos informantes afirmando que a empresa, hoje, tem “é medo” de lidar “com os quilombola”, e esse medo estaria assentado no reconhecimento do poder de mobilização de forças da comunidade, a exemplo do que se processou nas disputas contra a intervenção da Vale, que repercutiu dentro e fora do país.

Para o Informante 2 (10 anos mais velho do que o Informante 1), a história de vida não foi diferente. A primeira vez que “fichou” na empresa tem pouco mais de 10 anos e o fez “porque a roça não tava dando”. Depois de empregado, já saiu duas vezes do quadro de funcionários da empresa. A primeira vez foi por problema de saúde (não relacionado à empresa), ficando de benefício um ano. Quando retornou ao trabalho recebeu “aviso da empresa, porque quando fica de benefício quando volta eles dão aviso [prévio]⁵⁵”. Passou um ano trabalhando na roça, até ser readmitido pela empresa.

Um dado interessante na relação de trabalho entre moradores da comunidade e a empresa, identificado na fala deste informante e confirmada na fala dos demais (que hoje trabalham na empresa), é a constante entrada e saída do quadro de funcionários da empresa:

[...] Já saí duas vezes da empresa e depois voltei [...] esse ano não tenho pensamento em sair, só pro final do ano em diante [...] sair e ir pra roça de novo, trabalhá. O cara trabalhando por conta dele é melhor, muito mais melhor o cara não ser mandado, né. Não fica na roça porque não tem umas condição financeira bacana, senão era duas vezes melhor [...] eu pego os meu amigo da empresa conversando: “se eu tivesse a minha roça eu não tava aqui”. É muito ruim ser mandado pelos outro, o cara tendo o dele ele não é mandado (Informante 2, entrevista concedida em 2014).

Trata-se de uma questão que recebe especial atenção e adaptação por parte dos gestores do empreendimento, que vão equilibrando o quadro de

⁵⁵ Segundo o informante esta seria uma prática da empresa quando seus trabalhadores “ficam de benefício” por acidente sofrido fora do ambiente de trabalho.

funcionários diante desta dinâmica, também reproduzida pelos moradores das demais comunidades que trabalham na empresa.

[...] o trabalhador, vamos dizer, ele pede pra gente mandar ele ir embora. Se você pegar, 99, 9% dos nossos trabalhadores, ninguém pede demissão no sentido de “olha, tô pedindo minha demissão” aí ele vai lá, assina o pedido de demissão, não. Ele pede pra gente demitir ele entendeu, porque... isso inclusive é um custo a mais pra empresa, mas a gente absorve, que a gente paga, que a gente tem que pagar 40% em cima do fundo de garantia aí ele vai, pega seguro desemprego, fica no seguro desemprego, às vezes é pra dar entrada pra construir a casa dele, às vezes é uma despesa extra que ele tem que não vai, que ele precisa de um montante, de um valor maior de dinheiro, entendeu. Então tem, por isso que eu digo, não sei se foi aqueles que vocês entrevistaram, mas grande parte dos nossos trabalhadores, já são pessoas que já trabalham às vezes duas, três vezes (Gerência da empresa, entrevista concedida em 2013).

As escolhas do Informante 3 expressam bem as motivações mais gerais desta dinâmica de empregar-se e desempregar-se. A primeira vez que “fichou”, em 2002, foi em busca de alternativa ao trabalho na roça, uma vez que o preço da farinha “tava devagar”. Saiu do quadro de funcionários da empresa duas vezes: a primeira foi “porque estava cansado do trabalho”. O tempo livre até a próxima admissão foi investido em trabalho na roça e outras atividades na própria comunidade; a segunda saída foi motivada pela necessidade de tempo livre para construir sua casa, voltando à empresa posteriormente.

Mesmo “fichado”, possui uma roça de mandioca “só pra comer mesmo”, garantindo o consumo de farinha da família. Os cuidados desta roça são divididos com um primo (que não trabalha na empresa). Sua roça é feita no “centro”, que pertenceu aos seus pais, espaço hoje dividido com mais cinco irmãos (“todos vivendo da roça”).

Ele afirma que se adaptou ao trabalho na empresa, mesmo porque não haveria muitas opções àqueles que abdicam do trabalho na agricultura. E complementa dizendo que se a atividade de produção da farinha e outros gêneros compensasse o trabalho investido, sem dúvida, escolheria o trabalho na roça.

Na empresa você tem que ir todo dia. Como dizia meu pai, trabalhando na empresa, chova ou vente você tem que ir, mas a roça, sendo da gente mesmo, se você não quiser ir um dia você amanhece na sua rede... é seu mesmo o serviço né [...] não trabalha aperrado (Informante 3, entrevista concedida em 2014).

Já no Grupo B, dentre os que já trabalharam na empresa e que hoje⁵⁶ estão desenvolvendo atividades na roça, apenas dois casos manifestaram interesse de voltar, em algum momento, a trabalhar para a empresa. Composto por 29% do universo pesquisado, maioria deste grupo afirma não possuir interesse em “fichar” novamente, nem na Marborges, nem em outra empresa qualquer.

O Informante 4, que está trabalhando na roça, foi o único dos casos demitido por justa causa, diante do número de faltas ao trabalho. A primeira vez que “fichou” tinha 21 anos, e deste então já saiu três vezes: “[...] das outras vez saí porque queria, mas da última é porque eu faltava muito” (entrevista concedida em 2014). Hoje trabalha na roça dos pais, mas afirma que após concluir a construção da sua casa voltará para a empresa, se for aceito. Também é mais um a considerar que a atividade na roça traz “muito serviço e pouca renda, apesar de ser um trabalho que é próprio”.

É interessante notar que mesmo aqueles que estão trabalhando na empresa possuem alguma parcela de roça, estando aí umas das responsabilidades das mulheres. Além de cuidar dos filhos e da casa, são elas que lidam com o trabalho na roça. A intensidade desta atividade desenvolvida pelas mulheres é relativa, uma vez que há um recurso financeiro garantido por um membro da família que trabalha na empresa, então a atividade na roça é apenas para complemento de renda ou produção para consumo próprio. Hoje, não há nenhuma mulher que more na comunidade e trabalhe na empresa, mas há três casos de mulheres chefes de família.

Quanto ao Informante 5, também já trabalhou na empresa por três vezes. Como ele mesmo diz, todas as vezes que saiu foi “pra dá um tempo porque o serviço que a gente faz aí é pesado, é colheita, e não aguenta muito tempo, tem que pará pra dá um tempo, é pesado e arriscado”. Atualmente está trabalhando em sua roça e recebe a ajuda da mãe. Eles plantam mandioca, milho, banana e açaí:

[...] a mandioca a gente vende a farinha, o milho só é mesmo pra criação em casa. O açaí a previsão é pra vendê e a banana é só pro uso mesmo [...] antes era mais difícil mas dava mais dinheiro, eu digo assim, antes não tinha catitú pra ralá mandioca, era tudo no braço e agora é mais fácil, mas é mais barato a farinha [...] tá R\$ 30 reais o pacote e tava até de R\$180 ano passado, de 30 kg, aí já caiu, tá R\$ 30 [...] mas é assim mesmo, não tem outro jeito, o jeito é a gente vendê, né! (Informante 5, entrevista concedida em 2014).

⁵⁶ No período da pesquisa.

Além da baixa de preço da farinha, relata o caso da perda de plantação de mandioca por um problema que não sabe explicar. Trata-se de uma queixa também relatada por outros agricultores. Sentem a necessidade de assistência técnica, mas ainda não a buscaram.

[...] eu vendi pouco esse ano por causa de que as minha roça apodreceu, duas roça apodreceu tudinho. Eu não sei que mal foi esse que deu na terra [...] nunca tinha acontecido [...] não é jogado produto químico, nada, mas tá apodrecendo. Pelo jeito vai chegar esse ponto [de buscar ajuda técnica] porque a gente não sabe o que fazê. Essa última, graças a Deus, ela tá bonita. Tem uma que já tá quase um ano, mas tá tudo podre e eu não sei porque (Informante 5, entrevista concedida em 2014).

Para este informante, o emprego na empresa possibilitou o acesso a um recurso financeiro fixo, que facilitou a compra de bens, como eletrodomésticos e material para construir sua casa, além disso, informa que também utilizou o salário para investir na roça que sempre possuiu:

De vem em quando a gente ia lá, assim de tarde, quando não a gente dá um jeito de pagá uma diarinha pro outro vir fazê pra gente porque não dá pra gente ir lá direto porque a gente é empregado, né, então a gente faz assim, paga uma diária pra um e pra outro. Quando eu to empregado a gente ganha lá e emprega no da gente, né, aí quando a gente sai a gente vai tirá de onde a gente empregou que é lá na roça. Não deu certo agora porque eu saí contando com a roça e ela tava podre. Se der tudo certo eu não volto a trabalhá lá. é melhor a gente trabalhá no da gente. No da gente a gente vai no dia que a gente quer, a hora que a gente quer e no do outro não, tem que ir todo dia, tudo no horário certo.

O fato de que na empresa se lucra mais do que na atividade agrícola na roça, não faz com que esta última seja preterida: “Na roça a gente não tira a mesma coisa que tira na empresa, mas também não trabalha a mesma força que a gente trabalha na empresa. A vantagem é essa”, diz.

Dependia do preço da farinha, se ela melhorasse de preço eu não voltava mais pra empresa. Mas assim mesmo não tô com intenção. Se Deus ajudá e não apodrecer a roça... eu não tô com vontade de voltar nunca mais pra empresa (Informante 5, entrevista concedida em 2014).

Esse último relato resume a opinião daqueles que já trabalharam na empresa, mas atualmente estão investindo no trabalho na roça. As histórias de vida dessas pessoas, mesmo marcadas pela relação de trabalho com a empresa, estão sempre ligadas ao cultivo de suas roças. A roça é o lugar para onde sempre se pode voltar, mais do que a própria empresa – apesar das idas e vindas, que podem ser limitadas pelas próprias relações de trabalho.

Esse mesmo sentimento de familiaridade e de afinidade com a terra é demonstrado por aqueles que nunca tiveram interesse em trabalhar na empresa. Neste grupo, estão notadamente os mais velhos, acima de 50 anos, mas não somente este grupo. Entre os mais velhos, mesmo quando tinham idade para serem admitidos na empresa, decidiram pela vida na roça:

Eu nunca quis trabalhá lá não. Preferia trabalhá na roça com meu pai, meus irmão [...] desde pequeno, desse tamanho assim [medindo com a mão mais ou menos um metro e meio de altura do chão] quando tinha uns nove ano eu já ia pra roça com o papai e com a mamãe. Ele não obrigava nós, nós não fazia trabalho pesado [...] era pra ir acostumando (Informante 6, entrevista concedida em 2014).

Em outro grupo cujos sonhos passam bem longe de um futuro na empresa, mas ainda possuem um presente na roça, estão os jovens (entre 15 e 29 anos⁵⁷). Estes não estão inseridos nos números apresentados acima (elencando apenas os chefes de família).

Dentre os jovens, a maioria estuda, e ao mesmo tempo ajuda os pais na roça. Há aqueles que somente estudam e o restante do tempo ficam em casa. Estes não vão para a roça porque não gostam: “a avó convida, mas eu não vou não, eu não gosto” (jovem do sexo feminino, 14 anos, estudante do ensino médio); ou por escolha dos pais, pois preferem que fiquem apenas estudando: “eu não levo porque eu não quero mesmo [...] acho que tem que estudá” (Informante 7).

Quando questionados sobre o futuro, os jovens pensam em concluir os estudos e buscar “vida melhor”, mostrando que pretendem ter uma formação profissional. A escola da comunidade oferece ensino do jardim à quarta série (no regime multisseriado) e Educação de Jovens e Adultos (EJA) também até a quarta série. Assim, aqueles que desejam continuar a formação escolar têm que se deslocar até a cidade de Moju ou à Vila Castanhandeua. O ensino médio pode também ser feito na Casa Familiar Rural (preterida entre as outras duas opções).

Para aqueles que trabalham na agricultura, a roça é o presente, mas não é o futuro: “é muito trabalho e pouca renda, mas ajuda enquanto não tem outra coisa” (jovem do sexo masculino, 20 anos, estudante do ensino médio).

Hoje, para os jovens (e/ ou mesmo os adultos) que vivem e trabalham no campo, tomar uma decisão entre ficar e/ou sair do campo é uma tarefa difícil

⁵⁷ Segundo a tendência internacional, o termo jovem compreende aqueles que estão na faixa etária ente 15 e 29 anos (Disponível em: <<http://www.andi.org.br/faq/qual-a-diferenca-entre-adolescente-e-jovem>>. Acesso em: 12 jun. 2014).

de ser tomada. Há um conjunto de condicionantes imbricadas nesse processo que, nas condições em que se encontram, nem sempre conseguem fazê-la da melhor forma possível. Ou seja, o simples desejo, querer “mudar de vida”, “buscar uma vida melhor” – que é o mais comum do que se ouve –, não lhes é garantido na cidade. Mas, uma coisa é comum a todos: as decisões seguem uma dinâmica que aproxima a todos: migrar é e está sempre no limite das possibilidades. O êxodo, neste caso, quer significar – não o abandono, a desistência, o fim do sonho, mas, ao contrário –, acreditar no possível. Isso implica romper, dizer não ao estabelecido, partir para buscar, começar tudo de novo (PERIPOLLI, 2011, p. 82).

O que alimenta o sonho do “é possível viver do que a roça dá” é a história e as lembranças de quem viveu nos tempos de fartura ou safra boa, realidade que não faz parte da vida dos jovens da comunidade. Para que o desejo de continuar no campo seja potencializado é necessário agregar outros valores, ausentes na vida dos pais e avós, como o acesso à formação e a informação, tão exigidas pelos jovens.

Concordando aqui “que as decisões tomadas (ficar – investir; sair – “abandonar”) tem uma relação direta com a construção e a efetivação (ou não) de políticas públicas (agrícolas e educacionais) que garantam a reprodução desses trabalhadores no campo” (PERIPOLLI, 2011, p. 82).

Chegamos então a um ponto essencial desta discussão: é fundamental a existência de políticas públicas que contribuam tanto para a fixação dos jovens no campo, como também para a valorização do trabalho daqueles que hoje dedicam suas vidas ao cultivo de suas roças.

Segundo Nahum e Bastos (2013), a ausência de políticas públicas voltadas ao homem do campo se reflete no ingresso desses trabalhadores na empresa de dendê, mais ainda pela segurança do salário fixo (NAHUM, BASTOS, 2013). Neste sentido, o discurso da empresa e dos moradores da comunidade se aproximam. Trata-se do entendimento por parte da empresa e dos próprios agricultores da forte motivação que os leva a migrar para o trabalho no empreendimento: as precárias condições de reprodução da vida do homem no campo.

[...] o agricultor, ele quer... ele não é burro. O agricultor, e o trabalhador de uma forma geral, ele vai pra onde tá dando melhor pra ele, onde ele vai se sentir mais confortável e vai ganhar mais dinheiro, falando logo o português claro. [...] a mandioca tá dando um resultado muito bom, tá lá em cima, se tiver sendo uma coisa atrativa pra ele você pode ter certeza que ele vai pra mandioca. Não tem dúvida nenhuma, agora o que é que acontece, a mandioca, tradicionalmente, o trabalhador dava um duro desgraçado [...] O cara trabalhava pra caramba e chegava na hora não ganhava nada, só quem ganhava era o atravessador, o cara que passava com o caminhão, recolhia aqueles sacos de farinha e vendia lá na feira. O agricultor mesmo

não ganhava nada, trabalhava que nem um condenado. Então, vamos dizer, com a opção da empresa eles, “pô, eu vou ficar de carteira assinada, vou ter minhas férias, o trabalho não é tão duro, quanto é na, na, com a mandioca”, entendeu? Então ele pegou e disse “oh, agora o melhor pra mim tá sendo trabalhar na empresa” por isso que... são pessoas que tem o bom senso, são inteligentes, o cara não é bobo não (Gerência da empresa, entrevista concedida em 2013).

Da compreensão da necessidade de políticas públicas nasce o objeto de disputas necessário para que o jogo aconteça (BOURDIEU, 2008), e no campo de disputas estão empresa e comunidade, lados opostos, com acúmulo distinto de capitais pelas características do *habitus* de cada um desses agentes. Conforme o interesse que cada um desses agentes possui, o Estado, responsável pela promoção das políticas públicas, acaba sendo um importante elemento de disputas.

O campo do desenvolvimento, moldado pela lógica capitalista, possui redes de influência que favorecem a empresa, visto que o seu principal capital posto no jogo é o capital econômico. Este campo possui leis gerais e invariáveis (como qualquer outro), e produz determinações globais que organizam a lógica de funcionamento dos seus microcampos e, desta forma, possibilita as condições de reprodução da empresa. Essas redes articuladas pelo poder privado acessam mais facilmente os espaços de decisão, definindo inclusive agendas políticas, e “nessa iniciativa, buscase tornar as políticas públicas governamentais um instrumento auxiliar de sua expansão econômica” (ALMEIDA; ACEVEDO MARIN, 2010).

Como exemplos recentes da convergência de forças movidas pelo Estado que favoreceu o poder privado, cito o lançamento do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) (criado em 2001), o Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo (PSOP) (lançado em 2010), além de outras medidas que passam a integrar esta lógica econômica de expansão do dendê (e outras oleaginosas), como o Pronaf Eco/Dendê (linha de crédito para implantação da cultura do dendê), liberação de licenças ambientais etc.

Essas decisões macro, quando chegaram ao nível local, ora se traduziram em conflitos abertos, ora em conflitos latentes, afirmação que traduz a intervenção desta lógica tanto no que ocorreu há quatro décadas quanto no que se dá hoje. Com relação ao nosso caso particular, esse quadro mais geral fortalece a atuação da empresa quando potencializa as relações de reprodução da *commodity* do dendê. A consequência para as comunidades quilombolas é o cercamento do território por projetos de dendê, como vem acontecendo ultimamente. Apesar do cerceamento

das possibilidades de reprodução das comunidades, no balanço do poder entre estas e os agentes econômicos com os quais vêm se relacionando nas três últimas décadas, a comunidade não permite que os fatores limitantes façam morrer a luta pelos seus direitos.

O processo de sociabilidade, desde o princípio da formação do campesinato negro no Norte do Brasil, foi caracterizado por “sistema de parentesco e relações de reciprocidade” (ACEVEDO, 2005, s.p.), mas tem sido renovado pelas interações políticas fundadas entre as diversas comunidades do território quilombola de Jambuaçu, e entre estas e os agentes dispostos em outras redes de relações para além do local (Universidades, ONGs, entidades representativas como a MALUNGU etc.), com a intenção de articular a resistência frente à orientação das políticas econômicas do Estado, que favorecem o interesse privado.

Essas interações políticas foram mediadas pelas situações de conflito originadas a mais de duas décadas, que se reproduzem tendo a terra como uma questão central. Aqui “a terra, assim como a família e o trabalho, são categorias nucleantes de significados, e estreitamente relacionadas” (WOORTMANN, 1990 *apud* SANTOS, 2010, p. 51). Essas categorias são essenciais ao “projeto camponês” que, sendo *habitus* incorporado (BOURDIEU, 1983), constitui exterioridade interiorizada pelos indivíduos através do processo de socialização por meio das relações familiares, religiosas, de trabalho, escolar etc. (SANTOS, 2010). Neste sentido, “a formação e manutenção do *habitus* (“projeto camponês”) tornam-se essenciais no processo de reprodução social do camponês” (SANTOS, 2010, p. 51), lembrando que *habitus* é

[...] aquilo que confere às práticas sua relativa autonomia no que diz respeito às determinações externas do presente imediato. Essa autonomia é a do passado, ordenado e atuante que, funcionando como capital acumulado, produz história na base da história e, assim, assegura que a permanência no interior da mudança faça do agente individual um mundo no interior do mundo (BOURDIEU, 1990 [1980], p. 56 *apud* WACQUANT, 2007, p. 67).

A permanência no interior da mudança de que nos fala Bourdieu (1990), não deixa que a identidade seja perdida, que o projeto camponês seja suplantado, uma vez que a força do *habitus* como estrutura estruturada, é também estrutura estruturante, e esta característica permite que a própria mudança faça parte da sua concepção, orientando-se pela máxima: “mudar tudo para não mudar nada”.

Mas não podemos perder a dimensão de que “as estruturas de um *habitus* logicamente anterior comandam, portanto, o processo de estruturação de novos *habitus* a serem produzidos por novas agências pedagógicas” (ORTIZ, 1983, p. 18). Neste sentido, o processo de etnogênese contribui para a reprodução deste “projeto camponês”, pois agrega elementos que fortalecem a reprodução do modo de vida desses indivíduos, uma vez que está relacionado, no caso das comunidades tradicionais quilombolas, também à luta pela terra.

[...] o povo unido, Deus defenda [...] juntô gente de todas as comunidades, eram quatorze comunidades. Veio um bocado pra cá pra Santa Maria e ficou lá em São Bernardino outra turma, prá não passavo e nem lá também. Por isso que a fonte da briga é a comunidade de Santa Maria, foi aí que iniciou o negócio e foi aí onde perdero mais terra. Foi aí que foi o começo. Foi onde a jogada da torre né e o padroeiro, o mais velho, que era o Seu Narciso, ele o homem que bateu com eles de frente em Brasília aí todo o foco é aí em cima (Informante 8, entrevista concedida em 2013).

Um dos caminhos de resistência trilhados pela Comunidade de Santa Maria, assim como das demais comunidades do território de Jambuaçu (e do território brasileiro), é a defesa da identidade quilombola:

[...] que para muitas comunidades tem se mostrado uma via importante (algumas vezes a única via) de garantir suas terras e sua voz política, antes de ser um ato natural de identificação do que é dado, ao contrário, as obriga a compreender as transformações operadas na ideologia dominante para que possam aceitar e se adaptar a esses novos papéis (ARRUTI, 1997, p. 29).

Ser quilombola, para além do imaginário social, que busca pequenas áfricas nessas comunidades, é nomear o que já existia na prática, o modo de vida tradicional, a apropriação coletiva da terra – “o *habitus* é essa presença do passado no presente que torna possível a presença do porvir no presente” (BOURDIEU, 2007): “Ser quilombola ajudou muito as comunidade, sobretudo, por causa da terra, do título coletivo, porque você tem sua terra, o fulano tem, mas a área toda, você tem sua terra, mas o titulo tá coletivo” (morador da comunidade de Santa Maria, entrevista concedida em 2013).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil continua “sendo o proverbial país em busca do seu futuro, preso num emaranhado de paradoxos cruéis”, como afirma Sachs (2004, p. 365), e as consequências desde quadro se dão de múltiplas formas. Uma delas está no modo de gerir os processos econômicos cuja constante é o fortalecimento do poder privado para a promoção do desenvolvimento econômico. Este posicionamento do Estado brasileiro é quase sempre sinônimo de conflitos, uma vez que a reprodução do modo de produção capitalista exige grandes intervenções, que não se dão sem prejuízos sociais e ambientais, como bem exemplifica a história da Amazônia.

Os segmentos que sofrem as consequências da intervenção do poder privado e do Estado, ao contrário deste último, aprenderam com a história e buscam dar outras respostas às dinâmicas nas quais são inseridos. Assim como se deu o aniquilamento de povos, identidades e territorialidades, também se processou o acúmulo de experiências de resistência, que paulatinamente são convertidas em estratégias para enfrentar a ação destes agentes.

Se de um lado observamos a articulação das estratégias empresariais com as políticas das agências governamentais trabalhando na “composição de uma poderosa coalizão de interesses” com objetivo de “limitar os direitos territoriais reconhecidos a povos e comunidades tradicionais” (ALMEIDA; ACEVEDO MARIN, 2010, p. 149). De outro, já podemos relatar casos de resistência em cada um desses processos de intervenção privada/pública sobre esses mesmos ajuntamentos humanos, diante de novos elementos que são agregados aos princípios elementares que caracterizam esses grupos.

A história da composição do Território Quilombola de Jambuaçu é a expressão desse processo de resistência e construção de novos sujeitos sociais, que passam a intervir de forma mais ativa nas decisões sobre o futuro que terão.

A territorialização dessas comunidades, que têm mais de um século de história, passou a enfrentar sérios problemas diante da territorialização dos conflitos, a partir da chegada da economia do dendê (desde fins da década de 1970, com a Empresa REASA). Desde então foi possível articular redes de relações que contribuíram na luta em defesa do território, e esta resistência possibilitou a permanência das comunidades nos seus territórios.

A perenidade dos conflitos neste território foi confirmada quando, após os conflitos com a REASA, novos conflitos foram criados com a Vale, mas este segundo momento se deu ao mesmo tempo em que as comunidades passavam por processo de etnogênese quilombola, o que agregou novos elementos à defesa do território.

Considerando que a “conquista da terra é o passo primeiro da afirmação camponesa” (CARVALHO, 2007, p. 40), a conquista da terra pelas comunidades do Território de Jambuaçu, confirmada pela titulação enquanto remanescente de quilombo coloca essas comunidades em situação diferenciada em relação às demais comunidades rurais presentes na região, que estão no caminho do avanço do monocultivo do dendê.

Quando a norma reconheceu o direito à terra, titulando-a na categoria de território quilombola, foi marcado um limite físico ao avanço do poder privado sobre essas terras. O outro limite necessário é dado pelo *habitus* de homens e mulheres que resistem à lógica de reprodução capitalista através da reprodução do modo de vida campesino.

É bem verdade que esses limites são flexíveis, a exemplo do que aconteceu durante os conflitos com a Empresa Vale, quando as quinze comunidades que compõem o Território Quilombola de Jambuaçu, articuladas em redes com instituições e movimentos sociais, não conseguiram evitar que o interesse da empresa fosse sobreposto aos direitos das comunidades. Diante desta experiência, mesmo considerando que a titulação os protege, manifestam a preocupação com a possibilidade de enfrentar mais uma vez a Empresa Vale, devido à implantação de uma das fases da Ferrovia Norte-Sul, que irá atravessar os municípios de Açailândia e Itinga, no Maranhão, e Dom Eliseu, Ulianópolis, Paragominas, Ipixuna do Pará, Tomé-Açu, Acará, Moju e Abaetetuba, até chegar ao Porto de Vila do Conde, no município de Barcarena (PA). No trecho referente ao município de Moju, o território quilombola está inserido como uma das áreas “diretamente atingidas”, incidindo também sobre a comunidade de Santa Maria.

No interior da comunidade de Santa Maria do Traquateua, umas das possíveis áreas atingidas por mais esse projeto, a vida segue se renovando, como tem sido desde a origem da ocupação deste território, e como se deu em cada momento de conflito. A comunidade, a exemplo das demais, tem se adaptado aos

novos processos que lhes são impostos, mas isso não significa que estão sendo absorvidas pelos mesmos, ao contrário, significa afirmar que diante das mudanças ocorridas há a resistência mantida pela criação de mecanismos e estratégias que tornam possível a persistência do modo de vida tradicional.

Quanto às características do modo de reprodução da vida na comunidade há a dependência significativa em relação ao trabalho na terra, de onde retiram o mínimo possível (diante das dificuldades) para viver, complementar a renda ou mesmo manter a honra, já que “é uma vergonha comprar farinha”.

Mesmo havendo uma estreita relação dos moradores da comunidade com a empresa Marborges pelos vínculos de trabalho, diante do que se viu, do que se ouviu ou se quantificou, o “abandono” da roça compõe, na verdade, um processo de resistência ao não abandono do modo de vida tradicional, pois buscam constantemente manter o vínculo com a terra e com o projeto camponês.

O fim do campesinato não é determinado por decreto, e o projeto camponês é fortalecido diariamente pelo trabalho no campo, pelas relações de solidariedade, pelas lutas e relações políticas. É cunhado pela crença no direito à terra: “O vovô veio, fez a casa e disse ‘olha o nosso canto é aqui’” e aí ficaram seus descendentes, e neste lugar resiste e reside Dona Maria (56 anos), seus irmãos e suas famílias.

Dona Sabá, do interior de sua casa, aponta para a porta da frente e fala sobre outra resistência: “Alguns ainda estão por aí, mas outros já foram embora. Ainda tem a Matinta, essa sempre tá por aí, mas os outros, a Inhangá, o Curupira é difícil aparecê”. Assim como os encantados, algumas pessoas foram embora, mas outros ficaram e são estas que seguem na reprodução/manutenção do projeto que é camponês e quilombola.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, R. Ilha de Marajó e existência de um campesinato negro. In: CASTRO, E. (Org.). **Quilombolas do Pará**. Belém: NAEA/UFPA, 2005. CD Rom.

_____. Estratégias dos Quilombolas de Jambuaçu e Projetos da Vale S.A. no Moju, Pará. In: ALMEIDA, A. W. B. (Org.). **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: territórios quilombolas e conflitos**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia; Edições UEA, 2010.

ACEVEDO, R.; CASTRO, E. **Negros do Trombetas: guardiões de matas e rios**. Belém: CEJUP; NAEA; UFPA, 1998.

_____. Abacatal no caminho de pedras. In: CASTRO, E. (Org.). **Quilombolas do Pará**. Belém: NAEA; UFPA, 2005. CD Rom.

ALMEIDA, A. W. B. Prefácio da primeira edição. In: ACEVEDO, R.; CASTRO, E. **Negros do Trombetas: guardiões de matas e rios**. Belém: CEJUP; NAEA; UFPA, 1998.

_____. Os Quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, E. C. (Org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

_____. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, maio. 2004.

_____. Amazônia: a dimensão política dos “conhecimentos tradicionais” In: ACSELRAD, H. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Boll, 2004.

_____. Processos de territorialização e movimentos sociais na Amazônia. In: CARVALHO, H. M. (Org.). **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

_____. **Terra de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PGSCA; UFAM, 2008.

_____. Conceito de terras tradicionalmente ocupadas. In: SEMINÁRIO SOBRE QUESTÕES INDÍGENAS. **Palestra proferida...** 2005. Disponível em: <<https://www.redeagu.agu.gov.br>>. Acesso em: 23 out. 2012.

ALMEIDA, O. T.; GUIMARÃES, J. ; RIVERO, S. L. M. O Arranjo Produtivo Local do Dendê - Nordeste do Pará. In: CAMPOS, I. (Org.). **Arranjos Produtivos Locais na Amazônia Legal**. Belém: Ponto Gráfico, 2009. p. 7-36.

ALMEIDA, R. Amazônia, Pará e o mundo das águas do Baixo Tocantins. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010. p. 291-298. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n68/20.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2013.

ALVES, S. A. O. **Sustentabilidade da agroindústria de palma no Estado do Pará**. 2011. Tese (Doutorado em Recursos Florestais) – Escola Superior de Agricultura, “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2011.

AMORIM, J. C. A. **Dinâmicas e interações a partir da implementação do Projeto Mina de Bauxita em Paragominas-PA**: Colônia Oriente e Potirritá. 2010. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Belém. 2010.

ARAUJO, S. A. A resistência da ideologia do desenvolvimento econômico. **Economia-Ensaio**, Uberlândia, v. 17, n. 1, p. 57-75, jul./dez., 2002.

ARRUTI, J. M. A emergência dos "remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. **Mana**, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p. 7-38, 1997.

_____. **Etnogêneses Indígenas**. 2004 Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/quem-sao/etnogeneses-indigenas>>. Acesso em: 16 set. 2013.

_____. Os impasses em torno dos direitos das comunidades quilombolas no Brasil. **Novamérica**, n. 127, p. 48-53, jul./set., 2010.

_____. A emergência da questão quilombola. **Territórios Negros**, Koinonia, ano 2, n. 4, 2002. Disponível em: <<http://www.koinonia.org.br/tn/9/index.htm> >. Acesso em: 12 set. 2013.

BANDEIRA, M. L. Terras Negras: Invisibilidade Expropriadora. **Textos e Debates**: Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas, Florianópolis, ano I, n. 2, 1990.

BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (Org.). **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **O poder simbólico**. Lisboa; Difel, 1989.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papius, 1996.

_____. Making the economic habitus. **Ethnography**, v. 1, n. 1, p. 17-41, 2000.

_____. **Algumas propriedades do campo**. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 2003.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **Meditações Pascalinas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: EDUSP, 2008.

CAMACHO, R. S. O Paradigma da questão agrária em questão: a questão agrária e a educação do campo. In: ENCUENTRO INTERNACIONAL HUMBOLDT, 13, 2011. Dourados. **Anais...** Dourados: UFGD, 2011.

CAMPOS, C. S. S. Campesinato autônomo: uma nova tendência gestada pelos movimentos sociais do campo. **Lutas & Resistências**, Londrina, v.1, p.146-162, set., 2006.

CARVALHO, H. M (Org.). **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. **O campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social**, 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/Arleth/Downloads/social.pdf>. Acesso: 11 ago. 2014.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Org.). **Faces do Trópico Úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: CEJUP; NAEA; UFPA, 1997. p. 221-142.

_____. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. **Papers do Naea**, Belém, n. 92, 1998.

_____. **Quilombolas de Bujaru: memória da escravidão, territorialidade e titulação da terra**. Belém: SEJU; Programa Raízes; UNAMAZ, 2003.

_____. Sociedade colonial e organização da produção na Região Guajarina. In: CASTRO, E. (Org.). **Quilombolas do Pará**. Belém: NAEA/UFPA, 2005a. CD Rom.

_____. Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 8, n. 2, p. 5-39, dez., 2005b.

_____. **Escravos e senhores de Bragança**. Documentos históricos do século XIX, região Bragantina, Pará. Belém: NAEA, 2006.

_____. Ideologia do desenvolvimento como substrato das políticas de Integração sulamericana (IIRSA) e emergência de novos conflitos sociais nas fronteiras políticas. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 34, 2010. Caxambu. **Anais...** Curitiba: ANPOCS, 2010. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1470&Itemid=350>. Acesso em: 22 out. 2013.

_____. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. **Cadernos CRH**, v.25, n.64, p. 45-62, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v25n64/04.pdf> >. Acesso em: 16 jan. 2013.

_____. Desenvolvimento, racionalidade do planejamento, ideologia e poder. PONTUAL, V. (Org.). **Desenvolvimento Regional e desigualdades**. Recife: ANPUR, 2014.

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA-CEPLAC. **Dendê**: potencial para produção de energia renovável. s.d. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo9.htm>>. Acesso em: 17 nov. 2013.

COSTA, F. A. **Ecologismo e questão agrária na Amazônia**. Belém: SEPEQ; NAEA, 1992.

_____. **Formação Rural Extrativista na Amazônia**: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720-1970). Belém: NAEA, 2012.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT. Quilombolas do Jambuaçu: Moju/PA x Companhia Vale do Rio Doce. **Dossiê**. Belém: CPT Guajarina, 2007.

_____. Criada a Articulação Nacional de Quilombos. **Notícias CPT**. 2014. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/noticias-2/14-aco-es-dos-movimentos/2113-criada-a-articulacao-nacional-de-quilombos>>. Acesso em: 11 jun. 2014.

CRUZ, B. E. V. **Territorialização e organização espacial do grupo Agropalma**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

DAHL, G.; HJORT, A. Development as message and meaning. **Ethnos**, n. 49, p.165-85, 1985.

DPA-Diretrizes de Política de Agroenergia 2006–2011. Disponível em: <http://www.agencia.cnptia.EMBRAPA.br/Repositorio/diretrizes_de_politica_de_agroenergia_2006_2011_000g6twyw7l02wx5ok0wtedt39cd5pf9.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2013.

DROUVOT, D.; DROUVOT, C. **O Programa Federal de Produção Sustentável de Óleo de Palma**: a questão da participação dos atores locais em favor do desenvolvimento territorial. 2011. Disponível em <<http://www.economia.aedb.br/seget/artigos12/8165.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2012.

EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL. **A Embrapa Amazônia Oriental e o agronegócio do dendê no Pará**. Belém: EMBRAPA, 2006.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p.133-168. (Colección Sur Sur).

FEITOSA, O. M.; SAES, A. M. O plano de defesa da borracha: entre o desenvolvimentismo e a negligência política ao Norte do Brasil, 1900-1915. **América Latina en la historia económica**, v. 20, n. 3, p. 138-168, 2013.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaios de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FERNANDES, B. M. **Delimitação conceitual de campesinato**. 2004. Disponível em: <www.mst.org.br/biblioteca>. Acesso em: 23 jul. 2013.

FERREIRA, L. C. Teorias de Conflito. **Palestra**. São Paulo: UNICAMP, 2003.

FONSECA, H. B. **Quilombolas de Jambuaçu**: seus saberes e educação como fator de politização e identidade. 2011. 112 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS-FGV; SUFRAMA. **Projeto Potencialidades Regionais Estudo de Viabilidade Econômica Dendê**. 2003. Disponível em: <http://www.suframa.gov.br/publicacoes/proj_pot_regionais/dende.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2014.

GLASS, V. Dendê, oportunidade ou arapuca? **Jornal Aldeia**, FASE Amazônia Oriental, nov./dez., 2013. Disponível em: <http://issuu.com/fundodema/docs/jornal_aldeia_web/6>. Acesso em: 12 jan. 2014.

GOMES, F. S. No labirinto dos rios, furos e igarapés: camponeses negros, memória e pós-emancipação na Amazônia, séc. XIX-XX. **História Unisinos**, v. 10, n. 3, p. 281-292, set./dez., 2006.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2005.

HEBETTE, J. **Cruzando a Fronteira**: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia. v. 2. Belém: UFPA, 2004.

_____. O campesinato paraense. In: CARVALHO, H. M. **O campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

HOSBAWN, E. Introdução: a invenção das tradições. In: HOSBAWN, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 9-23.

HOMMA, A. K. O; VIEIRA, I. C. G. Colóquio sobre dendezeiro: prioridades de pesquisas econômicas, sociais e ambientais na Amazônia. **Amazônia: Ciência & Desenvolvimento**, Belém, v. 8, n. 15, p. 79-90, jul./dez. 2012.

HYDRO. **Notícias**. 2012a. Disponível em: <<http://www.hydro.com>>. Acesso em: 23 de nov. 2012.

_____. **Notícias**. 2012b. Disponível em: <<http://hydro.peopleontime.com.br/curriculo.asp>>. Acesso em: 8 fev. 2013.

IANNI, O. **Escravidão e Racismo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **A luta pela terra**: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Cidades**. 2014. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=150470>>. Acesso 12 fev. 2014.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-INCRA. **Plano de Utilização das Comunidades Remanescentes de Quilombo de Jambuaçu** - Município de Moju. Belém: ITERPA, 2010.

LEAL, A. L. **Amazônia**: o aspecto político da questão mineral. 1988. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1988.

LEITE, I. B. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 3, p. 965-977, 2008.

LENIN, A. I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**, Brasília, n. 322, p. 1-32, 2002.

LOUREIRO, J. J. P.; LOUREIRO, K. L. Inventário Cultural e Turístico do Baixo Tocantins. 2. ed. Belém: IDESP, 1987.

LOUREIRO, V. L. R. **Amazônia**: estado, homem, natureza. Belém: CEJUP, 1992.

LOUREIRO, V. R.; PINTO, J. N. A. A questão fundiária na Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n.54, may/aug. 2005.

MAHAR, D. J. **Desenvolvimento Econômico da Amazônia**: uma análise das políticas governamentais. Rio de Janeiro: IPEA; INPES, 1979.

MARQUES, M. I. M. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In:

OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (Orgs.). **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004. p. 145-157.

_____. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 11, n. 12, p. 57-67, jan./jun., 2008.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. Impasses políticos dos movimentos sociais na Amazônia. **Tempo Social**; São Paulo, v. 1, n. 1, 1989.

_____. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1991.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO-MDA. **Ata da 2ª Reunião Ordinária**. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_setoriais/Palma_de_oleo/2_reuniao/Ata.pdf>. Acesso em: 12 set. 2013.

_____. **Mercado Interno de Óleo de Palma**. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_setoriais/Palma_de_oleo/6RO/APP_Mercado_Plama.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2014.

_____.; UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA-UFV. **Viabilidade de extração de óleo de dendê no estado do Pará**. Minas Gerais: MDA/UFV. 2007. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/biodisel/18_-_Dende.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2014.

MONTAG, L. F. A. et al. Ictiofauna de campos alagados da Ilha do Marajó, Estado do Pará, Brasil. **Biota Neotrop.**, v. 9, n. 3, p. 241-253, 2009.

MONTEIRO, K. F. G. **Análise de indicadores de sustentabilidade socioambiental em diferentes sistemas produtivos com palma de óleo no Estado do Pará**. 2013. Tese (Doutorado em Ciências Agrárias/Agroecossistemas da Amazônia) – Universidade Federal Rural da Amazônia; Embrapa Amazônia Oriental, Belém 2013.

MONTEIRO, M. A.; COLEHO, M. N. As políticas federais e reconfigurações espaciais na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 7, n. 1, p. 91-122, jun., 2004. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufpa.br/>>. Acesso em: 13 jul. 2013.

MOREIRA, E. S.; HÉBETTE, J. Metamorfose de um campesinato nos Baixo Amazonas e Baixo Xingu paraense. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (Orgs.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categoriais, v. I. Construções identitárias e sociabilidades. São Paulo: UNESP; Brasília/DF: NEAD, 2009. p.187-207.

MOTA, D. M. M.; SCHMITZ, H; SILVA JÚNIOR, J. F.; RODRIGUES, R. F. A. Extrativismo de Mangaba no Nordeste e Norte do Brasil: “Isto é trabalho de mulher”. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL AMAZÔNIA E FRONTEIRAS DO CONHECIMENTO - 35 ANOS, 2007, Belém. **Anais...** Belém: NAEA, 2008. p. 1-17.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARÁ-MPPA. Pará: MP apura conflito agrário envolvendo quilombolas no Alto Acará. Disponível em: <<http://www.mppa.mp.br/index.php?action=Menu.interna&id=1723&class=N>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

MINERAÇÃO RIO DE NORTE-MRN. **Site oficial da empresa**. 2012. Disponível em: <<http://www.mrn.com.br/pt-BR/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 8 fev. 2013.

MULLER, A. A.; FURLAN JUNIOR, J. **Agronegócio do dendê**: uma alternativa social, econômica e ambiental para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Belém: EMBRAPA Amazônia Oriental, 2001.

MULLER, A. A.; FURLAN JUNIOR, J.; CELESTINO FILHO, P. **A EMBRAPA Amazônia Oriental e o Agronegócio do Dendê no Pará**. Belém: EMBRAPA Amazônia Oriental, 2006.

NAHUM, J. S.; BASTOS, C. S. Dendeicultura e descampesinização na Amazônia paraense. **Campo-território: revista de geografia agrária**, v. 9, n. 17, p. 469-485, abr. 2013.

NAHUM, J. S; MALCHER, A. T. C. Dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia: a dendeicultura na microrregião de Tomé-Açu (PA). **Confins**, v. 16, p. 1-20, 2012. Disponível em: <<http://confins.revues.org/7947?lang=pt>>. Acesso em: 13 out. 2013.

NEVES, D. P. (Org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**: formas dirigidas de constituição do campesinato. v. 2. São Paulo: UNESP, 2009.

O'DWYER, E. C. Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos. In: O'DWYER, E. C. (Org.). **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

OLIVEIRA, R. C. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

_____. Identidade étnica, identificação e manipulação. **Sociedade e Cultura**, v. 6, n. 2, p. 117-131, jul./dez. 1997.

ORTIZ, R. (Org.). **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

PANDOLFO, C. **A cultura do dendê na Amazônia**. Belém: SUDAM, 1981.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL DO TOCANTINS-PDRS Tocantins. **Relatório**. Belém: SEPOF, 2012.

PEREIRA, C. M. Z. **Conflitos e identidades do passado e do presente**: política e tradição em um quilombo na Amazônia. 2008. 130 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

PERIPOLLI, O. J. O processo de esvaziamento do campo entre jovens camponês: os desafios colocados à escola. **Revista da Faculdade de Educação**, ano IX, n. 16, p. 77-93, jul./dez., 2011. Disponível em: <http://www2.unemat.br/revistafaed/content/vol/vol_16/artigo_16/77_93.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2013.

PLANO NACIONAL DE AGROENERGIA-PNA (2006-2011); 2. ed. rev. Brasília/DF: Ministério da Agricultura, Pecuária E Abastecimento-MAPA; Secretaria de Produção e Agroenergia-SPA; EMBRAPA, 2006.

PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA-PNCSA. Quilombolas de Jambuaçu, Moju/Pará. **Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil**. Brasília: PNCS, 2007.

PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DE BIODIESEL-PNPB. Inclusão social e desenvolvimento territorial. [s.d.]. Disponível em: http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/biodisel/arquivos2011/Biodiesel_Book_final_Low_Completo.pdf. Acesso em: 15 fev. 2014.

RAVENA, N. **Palestra**. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2014.

REBELLO, F. K.; SANTOS, M. A. S; HOMMA, A. K. O. Modernização da Agricultura nos municípios do nordeste paraense: determinantes e hierarquização no ano de 2006. **Revista de Economia e Agronegócio**, v. 9, n. 2, 2011. Disponível em: <<http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/121296/2/Artigo%203.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2013.

REBELO, F. K.; COSTA, D. H. M. A experiência do Banco da Amazônia com projetos integrados de dendê familiar. **Contexto Amazônico**, ano 5, n. 22, p. 1-8, jun., 2012.

REPORTER BRASIL. **Diagnóstico das áreas de influência (AII, AID E ADA) do frigorífico e cadeia pecuária associada – baseline analysis**. 2010. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/documentos/bertin/bertin-estudo4.1ao4.3.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2014.

REVEL, J. **Jogos de escalas**. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RIBEIRO, G. L. Poder, redes e ideologia no campo fazer desenvolvimento. **Novos estudos CEBRAP**, n. 80, p. 109-125, 2008.

SACHS, I. Brasil rural: da redescoberta à invenção. **Estudos Avançados**, v.15, n. 43, p. 75-82, 2004.

SACRAMENTO, E. D. **As almas da Terra**: a violência no campo paraense. 187 f. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA–SAGRI. **A DLA vai facilitar o acesso ao crédito para os agricultores familiares**. 2013. Disponível em: <http://www.sagri.pa.gov.br/posts/view/360/a_dla_vai_facilitar_o_acesso_ao_credito_para_os_agricultores_familiares>. Acesso em: 11 jan. 2014.

SALLES, V. **O negro no Pará**: sob o regime da escravidão. 2. ed. Belém: UFPA, 1988.

SAMPAIO, L. S et al. Potencialidades agrofloretais para o desenvolvimento do território quilombola de Jambuaçu/PA. [s. d.]. Disponível em: <<http://www.sct.EMBRAPA.br/cdagro/tema03/03tema41.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2013.

SANTOS, C. A. B. P. **Fiéis descendentes**: redes-irmandades na pós-abolição entre as comunidades negras rurais sul-Mato-Grossenses. 2008. Tese (Doutorado

Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

_____. Tia Eva: trajetória de vida de uma ex-escrava doceira. **Habitus**, Goiânia, v. 11, n.1, p. 37-52, jan./jun. 2010.

SANTOS, M. A. S.; D'ÁVILA, J. L. **Cenários do agronegócio na Amazônia: o caso da dendeicultura**. Belém: [s. n.], 1998.

SECRETARIA DE ESTADO TRANSPORTES-SETRAN. **Rodovias**. 2013. Disponível em: <http://www.setran.pa.gov.br/modal_rodoviario/PA150.php>. Acesso em: 12 set. 2013.

SETTON, M. G. J. A Teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Rev. Bras. Educ.**, n. 20, p. 60-70, 2002.

SILVA, L. G. T.; VENTURIERI, A.; HOMMA, A. K. O. A dinâmica do agronegócio e seus impactos socioambientais na Amazônia brasileira. **Novos Cadernos NAEA**, v. 11, n. 2, p. 169-182, dez. 2008.

SOUSA, R. V. **A influência do Estado no crescimento da economia do setor mineral: o caso da CVRD de 1942 a 2010**. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

_____. **Modalidades de crédito, organizações coletivas e reprodução camponesa na história de Cametá**. 2000. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2000.

STEDILE, J. P. Introdução. In: STEDILE, J. P. (Org.). **A Questão Agrária no Brasil: o Debate Tradicional: 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular: 2005.

STEINBRENNER, R. M. A. **Para além da informação: dilemas e desafios da participação**. 2006. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2006.

SUDAM. **Amazônia: desenvolvimento e ocupação**. Belém: SUDAM/Serviço de Documentação e Divulgação, 1968.

TEIXEIRA, J. C.; MOREIRA, L. B.; CASTRO, C. C. B. Dinâmica de poder em redes interorganizacionais: uma análise sob a ótica dos conceitos de *habitus*, campo e capital de Bourdieu. **Perspectiva**, Erechim, v. 35, n.130, p. 113-128, jun./2011.

TRECCANI, G. **A Regularização Fundiária na pauta dos Movimentos Sociais do Baixo Tocantins e o título de posse como estratégia dos Movimentos Sociais**. Belém: FASE Amazônia, 2004. (Série Entrevistas sobre a Amazônia).

TRINDADE, J. S. B. Territórios intrusados pela cadeia do alumínio: legislação ambiental, para quem? In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, VI. 2012, Belém. **Anais...** Belém: UFPA; ANPPAS, 2012.

VANDENBERGHE, F. The real is relational: an epistemological analysis of Pierre Bourdieu's generative structuralism. **Sociological Theory**, v. 17, n. 1, p. 33-67, 1999.

VOIVODIC, M. A.; BEDUSCHI FILHO, L. C. Bases conceituais para o entendimento de conflitos sociais entre empresas florestais certificadas, comunidades e outros atores locais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 4, 2008, Brasília. **Anais....** Brasília: ANPAS, 2008.

WACQUANT, L. Esclarecer o *Habitus*. **Educação & Linguagem**, ano 10, n. 16, p. 63-71, jul./dez., 2007.

WANDERLEY, N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo: UPF, 2001.

WEINSTEIN, B. **A Borracha na Amazônia**: expansão e decadência 1850-1920. São Paulo: Hucitec, 1993.

WOLF, E. Prefácio. In: RIBEIRO, G. L. **Empresas Transnacionais**. Um grande projeto por dentro. São Paulo; Rio de Janeiro: Marco Zero; ANPOCS, 1991.